



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



O LUGAR ONDE ACABA O RIO E COMEÇA O MAR

Rio, Tradição e Paisagem em Vila Nova de Milfontes



Vânia Sofia Eusébio Penedo

20111080

Projeto Final para a obtenção do Grau de Mestre
em Arquitetura, especialização em Urbanismo

Orientador: Professor Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira

Lisboa, FA ULisboa, julho, 2017.

*Caminho pelas vielas sinuosas de Milfontes
E pelas suas travessas milenares
Desço as escadas estreitas até sentir o azul do Mira
Admiro a pequena igreja que parou no tempo
E o forte a debruçar-se meigamente sobre as águas do rio
O pequeno farol junto à foz parece um monte alentejano
Um monte que avançou até ao litoral para abraçar o mar*

*O mar navega no meu coração, que palpita com tanta beleza
Encontro sempre novos encantos, olhando o além da foz
A realidade e o sonho da beleza misturam-se nas águas do oceano*

*Percorro a ruas estreitas de Vila Nova de Milfontes
Reinvento os passos perdidos da gente simples
Procuro as fontes, como quem procura os sonhos
Alcanço sempre o branco das casas
Consta que as águas das fontes existem
Mas ninguém ainda as conseguiu alcançar...*

João António Palma Ramos

AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento vão para a minha família, foram eles o porto seguro que sempre me amparou neste percurso. À minha mãe, pelo apoio incondicional e compreensão nos momentos mais críticos. Ao meu pai, por me fazer acreditar e por ter sido, ao longo destes anos, a motivação que em muitas alturas me faltou. Ao meu irmão, que desde sempre é parte integrante da minha vida e que sem ele tudo seria mais difícil de suportar. A eles, o maior agradecimento, por serem modelos de coragem e por enriquecerem a minha vida todos os dias. Pela capacidade que têm de tornar o impossível sempre possível, e por fazerem com que as minhas angústias e inquietações sejam sempre pequenas.

Tendo consciência de que nada disto teria sido possível sozinha, dirijo um agradecimento sincero às minhas amigas – à Patrícia, à Rita, e às Marianas. Por compreenderem as minhas faltas de tempo, por me recarregarem baterias e me apoiarem sem reservas.

Um destaque e agradecimento especial à Mariana Neto, por ser a companheira de todas as horas nesta caminhada e a prova de que tudo se torna mais fácil quando caminhamos lado a lado.

Por fim e não menos importante, cabe um lugar especial ao orientador e amigo, Professor Doutor Carlos Ferreira. O meu agradecimento pela competência na sustentação do presente Projeto Final de Mestrado, e sobretudo pela marca insubstituível que deixará no meu percurso académico.

A toda a minha família e amigos,

Colegas e Docentes,

À Faculdade de Arquitetura.

O LUGAR ONDE ACABA O RIO E COMEÇA O MAR

Rio, Tradição e a Paisagem em Vila Nova de Milfontes

Nome do aluno: Vânia Sofia Eusébio Penedo

Orientação: Professor Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitetura com Especialização em Urbanismo

Data: Lisboa, FA ULisboa, julho 2017

RESUMO

O Projeto Final de Mestrado pretende destacar um território muito particular, como Vila Nova de Milfontes, através de uma intervenção inovadora e coesa.

O litoral português caracterizado por elementos de elevada vulnerabilidade ambiental e riqueza paisagística, tem vindo a assistir, desde os anos 60, a uma ocupação excessiva e sem planeamento. No entanto, a preocupação relativamente às consequências destas ações, tem vindo a aumentar, encontrando-se mais presente nos instrumentos de gestão territorial, de forma a minimizar os impactos na natureza.

Considera-se fundamental entender a presença do turismo balnear no lugar onde convergem diferentes interesses, forças e planos, e que em simultâneo, a cultura, as gentes e as tradições o tornam único.

A proposta a apresentar passará pela consolidação urbana de uma área delimitada no Plano de Urbanização de Vila Nova de Milfontes, designada como Zona de Expansão 1, proporcionando dinamismo e um crescimento equilibrado. Pretende-se a introdução de estratégias de projeto que promovam a identidade da vila, criando uma imagem arquitetónica de referência, atraindo não só turistas como a população local E, simultaneamente, entender em que medidas é possível atenuar a sazonalidade do turismo, de forma a que a procura deste destino não seja unicamente durante os meses mais quentes. Ambiciona-se, então, um turismo controlado, que privilegie o desenvolvimento sustentável de qualidade e que não cresça à custa da utilização desmedida dos recursos naturais. Neste sentido, o potencial de crescimento e afirmação do território em estudo, carece não apenas da quantidade/qualidade das infraestruturas existentes, mas sim de uma reinvenção criativa e uma nova abordagem no sentido de responder às tendências atuais.

Palavras-Chave: Turismo, Paisagem, Ambiente, Vila Nova de Milfontes, Projeto urbano.

THE PLACE WHERE THE RIVER ENDS AND BEGINS THE SEA

River, Tradition and Landscape in Vila Nova de Milfontes

Student name: Vânia Sofia Eusébio Penedo

Adviser: Professor Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira

Master Degree: Architecture, specialization in Urbanism

Date: Lisbon, FA ULisboa, July 2017

ABSTRACT

The Final Master Degree Project aims to enhance a very particular territory, such as Vila Nova de Milfontes, through an intervention that can be described as innovative and cohere.

The Portuguese coast characterised by elements of high environmental vulnerability and a rich landscape has been witnessing, since the 60's, an excessive and unplanned occupation. However, the concern regarding the consequences of these actions has risen, being found in the territorial management tools, in order to minimize the impacts on nature.

It is considered to be crucial to understand the presence of beach tourism in the place where different interests, strengths and plans converge and that, simultaneously, the culture, the people and the traditions make unique.

The proposal to be submitted will consist on the urban consolidation of an area delimited in the Urbanization Plan of Vila Nova de Milfontes, designated as Zona de Expansão 1, proportioning dynamic and a balanced growth. It is intended to introduce project strategies that promote the village identity, creating an architectural image of reference, to attract not only tourists but also the local community/population. And, simultaneously, understand in which ways is it possible to lessen the seasonality of tourism, in a way that the search for this destination doesn't happen only during the warm months. A controlled tourism is thus aimed, that privileges sustainable development of quality and that it doesn't grow at the expenses of the unrestrained usage of natural resources. In this way, the potential growth and affirmation of the territory studied lack not only the quantity/quality of the existing infrastructures but also a creative reinvention and a new approach in order to respond to current trends.

Key-words: Tourism, Landscape, Vila Nova de Milfontes, Urban Project.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	vii
Capítulo I INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Objetivos	2
1.3 Metodologia.....	2
1.4 Estrutura do Projeto Final de Mestrado.....	3
Capítulo II PAISAGEM, IDENTIDADE E TURISMO	5
3.1 Paisagem, Ambiente e Lugar	5
3.2 Espaço Público, Estruturação e Apropriação	9
3.3 Turismo Balnear e Transformação Territorial.....	13
Capítulo III CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	19
4.1 Enquadramento territorial de Vila Nova de Milfontes	19
4.2 A formação do lugar costeiro e o seu carácter defensivo	22
4.3 Da vila piscatória à atração balnear	36
4.4 Os primórdios do turismo	39
4.5 Massificação do turismo sazonal.....	47
4.6 O planeamento territorial e a dimensão sociodemográfica	55
4.7 Turismo, requalificação e ambiente.....	68
4.8 Diagnóstico Síntese	84
Capítulo IV PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	87
6.1 Localização da proposta	87
6.2 Enquadramento Legal.....	89
6.3 Estratégias de intervenção.....	89
6.4 Programa.....	96
CONCLUSÃO.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	105
ANEXOS.....	112

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Pintura de Vila Nova de Milfontes de George Landmann, início do século XIX.	6
Fonte: QUARESMA, António (1988) <i>Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes</i> , 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira, p.27.	
Figura 2 The Place Diagram, Project for Public Spaces, 2009.	10
Fonte: https://www.pps.org/reference/grplacefeat/ última vez consultado: novembro, 2016.	
Figura 3 Vista geral do Jardim Pescador Olhanense, 2017.	12
Fonte: https://www.pps.org/reference/grplacefeat/ última vez consultado: abril, 2017.	
Figura 4 a) e b) Diferentes ambientes do Jardim Pescador Olhanense, 2017.	12
Fonte: http://www.cm-olhao.pt/listar-artigos/2112-projeto-de-reabilitacao-da-frente-ribeirinha-altera-face-da-cidade-de-olhao última vez consultado: abril, 2017.	
Figura 5 Leituras do processo colaborativo com os atores locais, POESTMAL, 2015.	14
Fonte: Plano Operacional Estratégico para o Turismo Sol e Mar no Alentejo Litoral, 2015.	
Figura 6 Mapa de atratividade do Alentejo Litoral, POESTMAL, 2015.	16
Fonte: Plano Operacional Estratégico para o Turismo Sol e Mar no Alentejo Litoral, 2015.	
Figura 7 Enquadramento Territorial de Portugal na Europa.	19
Fonte: http://www.adl.litoralalentejano.pt/index.php/associacao/zona-de-intervencao , adaptado pelo autor última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 8 Enquadramento territorial, a) Alentejo a nível nacional e b) Sub-região Alentejo Litoral a nível regional.	20
Fonte: a) e b) http://www.adl.litoralalentejano.pt/index.php/associacao/zona-de-intervencao , adaptado pelo autor última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 9 Enquadramento da Freguesia de Vila Nova de Milfontes no Concelho de Odemira.	21
Fonte: Autor.	
Figura 10 Limites do concelho de Milfontes, segundo a carta de 1486.	23
Fonte: QUARESMA, António (1988) <i>Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes</i> , 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira, p.28.	
Figura 11 Casa da Câmara, a) 1960, b) 1970 e c) 2017.	24
Fonte: a) Fonte: QUARESMA, António (1988) <i>Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes</i> , 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira, p.80; b) Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/523780907658932/?type=3&theater ; c) Fonte: Autor última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 12 Igreja de Nossa Senhora da Graça, a) 1960 e b) 1973.	25
Fonte: a) www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/592392110797811/?type=3&theater e b) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/519130468123976/?type=3&theater última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 13 Igreja de Nossa Senhora da Graça, c) 1990 e d) 2017.	25
Fonte: c) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/494789077224782/?type=3&theater e d) Autor última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 14 Capela de São Sebastião, 2017.	25
Fonte: Autor.	
Figura 15 Planta do Forte, 1602.	26
Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1529&muda_idioma=PT última vez consultado: setembro, 2016.	

Figura 16 Desenho aguarelado, a) 1617 e b) 1620.	26
Fonte: a) e b) Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1529&muda_idioma=PT última vez consultado: setembro, 2016.	
Figura 17 Estalagem, a) 1960 e b) 2017.	27
Fonte: a) Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11085 e b) Autor. última vez consultado: setembro, 2016.	
Figura 18 Planta esquemática dos edifícios importantes, século XVII.	28
Fonte: Autor.	
Figura 19 Rossio, lugar de encontro junto ao poço, século XIX.	29
Fonte: QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net.	
Figura 20 Planta da vila em de João Gabriel de Chermont, 1790, com base num “borrão” de 1781.....	29
Fonte: Imagem cedida por António Quaresma.	
Figura 21 Planta Síntese, António Quaresma.	30
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira, p.60, adaptada pelo autor.	
Figura 22 Pelourinho, reconstituição aproximada.	31
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira, p.68.	
Figura 23 Moinho de vento, século XIX.....	32
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 24 Moinho de maré, século XIX	32
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 25 Cemitério, a) e b) 2017.....	32
Fonte: a) e b) Autor.	
Figura 26 Barca de passagem do rio, anos 20.....	33
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 27 Rossio, anos 20.....	33
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 28 Forte São Clemente, a) anos 30, b) e c) 2017.	34
Fonte: a) http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11085 ; b) Autor e c) http://www.ruralea.com/sonha-ter-um-castelo-ha-um-a-venda-em-milfontes/ última vez consultado: maio, 2016.	
Figura 29 Vista aérea, 1945.	35
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 30 Vista aérea, 2015.	35
Fonte: https://panorama360.pt/item/milfontes/ última vez consultado: dezembro, 2016.	
Figura 31 Praia das Furnas, 1830.	36
Fonte: QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net, p.35.	
Figura 32 O Pátio, 1924.	37
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	

Figura 33 Batismo do Pátria, 1924.	37
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 34 Festa de regresso, a) Vila Nova de Milfontes, 1924 e b) Terreiro do Paço, 1924.	38
Fonte: a) QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira; b) https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:JBN001440_-_Recep%C3%A7%C3%A3o_aos_aviadores_do_avi%C3%A3o_P%C3%A1tria,_Brito_Pais,_Sarmiento_de_Beiros_e_Manuel_Gouveia.jpg última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 35 Monumento de homenagem, Barbacã, a) e b) 2007.	38
Fonte: a) e b) Autor.	
Figura 36 Praia, início do século XX.	39
Fonte: QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net, p.35.	
Figura 37 Banhos, início do século XX.	39
Fonte: QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net, p.36.	
Figura 38 Lançamento à água do barco Milfontes, 1933.	41
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 39 Barco Milfontes, 1935.	41
Fonte: www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/493954280641595/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 40 Barco Rio Mira, 1946.	41
Fonte: www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/493954280641595/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 41 Localização da Praça e do Rossio.	42
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira, p.60, adaptada pelo autor.	
Figura 42 O Rossio, a) Correios, 1950 e b) Bar Azul, 2017.	43
Fonte: a) www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/484258564944500/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017; b) Autor.	
Figura 43 O Rossio, a) Bancas para vendas hortícolas, 1950 e b) Junta de Freguesia, 2017.	43
Fonte: a) QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira; b) Autor.	
Figura 44 O Rossio, lugar do sino para anunciar a chegada do peixe, a) 1950 e b) 2017.	43
Fonte: a) QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira; b) Autor.	
Figura 45 Localização da Barbacã.	44
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira, adaptada pelo autor.	
Figura 46 Escadaria da Barbacã, a) anos 40 e b) 1952.	44
Fonte: a) QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira; b) http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=744 última vez consultado: março, 2017.	
Figura 47 Barbacã, a) 1962 e b) 1969.	45
Fonte: a) http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=744 ; b) QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ªEdição, Câmara Municipal de Odemira última vez consultado: fevereiro, 2017.	

Figura 48 Cartaz da inauguração, 1952.	45
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 49 Carta militar, 1952.	46
Fonte: https://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=2&escala=1&extracto=544 última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 50 Centro Comercial, a) anos 50, b) anos 60 e c) 2017.	47
Fonte: a) e b) QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net, p.43; c) Fonte: Autor.	
Figura 51 Praia da Franquia, anos 60.	47
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.629649033738785.1073741950.318527904850901/643995255637496/?type=3&theater última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 52 Praia da Franquia, anos 60.	48
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.629649033738785.1073741950.318527904850901/643995255637496/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 53 Fotografia aérea, 1969.	49
Fonte: Fotografia cedida por CM Odemira.	
Figura 54 População residente 1864-1980.	50
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira, p.83, adaptada pelo autor.	
Figura 55 Praia da Franquia, a) e b) 1970.	50
Fonte: a) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/485231241513899/?type=3&theater ; última vez consultado: janeiro, 2017. b) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/505489442821412/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 56 Aglomerado Urbano, anos 70	51
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/578593455511010/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 57 Praia da Franquia, anos 70.	51
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.629649033738785.1073741950.318527904850901/903243933045959/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 58 Família na praia da Franquia, 1977.	51
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/512625485441141/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 59 Barco nas águas do rio Mira.	51
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/512625485441141/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 60 Construção da Ponte sobre o rio Mira, a), b), c) e d) 1977.	52
Fonte: a); b); c) e d) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.482342388469451.96483.318527904850901/534788736558149/?type=3&theater última vez consultado: dezembro, 2016.	
Figura 61 Avenida da Praia, 1984.	53
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/488271504543206/?type=3&theater última vez consultado: maio, 2017.	

Figura 62 Campismo selvagem, a) e b) anos 80.	53
Fonte: a) e b) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.483757014994655.96687.318527904850901/488271504543206/?type=3&theater última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 63 Fotografia aérea, 1987.	53
Fonte: QUARESMA, António (1988) Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes, 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira.	
Figura 64 Carta Militar, 1991.	54
Fonte: www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=2&escala=1&extracto=544 última vez consultado: dezembro, 2016.	
Figura 65 Carta de Enquadramento Regional, POPNSACV.	55
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1133 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 66 Extrato Planta Síntese, POPNSACV.	56
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1133 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 67 Extrato Carta equipamentos, zonas e elementos de atração recreativa/turística terrestre e marinha, POPNSACV.	57
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1133 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 68 Plano Sectorial da Rede Natura 2000.	58
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/uploads/document/file/10452/_reas_Classificadas_no__mbito_da_Rede_Natura_2000.pdf última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 69 Planta síntese, PROF AL	59
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/uploads/document/file/10504/PROF_AL_-_Carta_S_ntese_1_2.pdf última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 70 Planta Subsistema de Desenvolvimento Turístico, PROTA.	59
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1134 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 71 Planta Sistema Urbano e de Suporte a Coesão Territorial, PROTA.	59
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1134 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 72 Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral, PROTA.	59
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/335?folders_list_43_folder_id=1134 última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 73 Unidades de Paisagem, PROTA.	60
Fonte: Autor, com base no PROTA última vez consultado: junho, 2016.	
Figura 74 Extrato Planta de Ordenamento, PDM Odemira.	61
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/327 última vez consultado: maio, 2016.	
Figura 75 Plano de Urbanização de VNMF.	62
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/327 última vez consultado: maio, 2016.	
Figura 76 Plano de Pormenor da ZE 2 – Brejo dos Pinheiros e ZE 3 – Monte Da Pedra.	63
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/327 última vez consultado: maio, 2016.	
Figura 77 Esquema síntese dos planos existentes.	64
Fonte: Autor.	
Figura 78 Evolução da população residente entre 1864 e 2011.	65
Fonte: Autor, com base no INE.	

Figura 79 População Residente nas Freguesias, 2011.....	66
Fonte: Autor, com base no INE.	
Figura 80 População Residente por faixa etária, Censos 2011.	66
Fonte: Autor, com base no INE.	
Figura 81 População Residente Nível de Escolaridade, 2011.	67
Fonte: Autor, com base no INE.	
Figura 82 População residente, Nível de Ensino Básico, 2011.....	67
Fonte: Autor, com base no INE.	
Figura 83 a) e b) Mar.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 84 Rio Mira.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.499128446790845.1073741831.318527904850901/651025768267778/?type=3&theater última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 85 Rocha D'água D'alto.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 86 Vista aérea sobre VNMF.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: novembro, 2016.	
Figura 87 Fauna.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 88 Igreja Nossa Senhora da Graça.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 89 a) e b) Artesanato.....	69
Fonte: https://www.facebook.com/vivermilfontes/ última vez consultado: janeiro, 2017.	
Figura 90 Áreas de implementação da Polis Litoral.....	71
Fonte: http://www.polislitoralsudoeste.pt/ última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 91 As ações previstas no âmbito do Polis Litoral Sudoeste.....	72
Fonte: http://www.polislitoralsudoeste.pt/projetos-acoas última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 92 Desassoreamento do rio Mira.....	73
Fonte: http://www.polislitoralsudoeste.pt/sistemas-dunares-arribas última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 93 Instalação da draga.....	73
Fonte: https://www.facebook.com/VilaNovaDeMilfontes/photos/a.151717534868112.28193.107740162599183/1461415280564991/?type=3&theater última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 94 a) e b) Valorização e qualificação da Praia do Malhão.....	73
Fonte: a) e b) http://www.polislitoralsudoeste.pt/sistemas-dunares-arribas última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 95 Valorização e qualificação da Praia das Furnas.....	73
Fonte: http://www.polislitoralsudoeste.pt/espacos-balneares última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 96 Portinho do Canal.....	73
Fonte: http://www.polislitoralsudoeste.pt/atividade-piscatoria última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 97 a) e b) Requalificação do aglomerado urbano.....	74
Fonte: a) e b) http://www.polislitoralsudoeste.pt/aglomerados-costeiros última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 98 Balcão Único, VNMF.....	74
Fonte: http://www.bu.cm-odemira.pt/ última vez consultado: maio, 2017.	
Figura 99 Rota Vicentina.....	76
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/ última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 100 Logotipo, Rota Vicentina.....	76
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/ última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 101 FEI-TUR, VNMF, 2011.....	77
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/517 última vez consultado: junho, 2017.	

Figura 102 Logotipo FEI~TUR.	77
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/517 última vez consultado: julho, 2016.	
Figura 103 Combinação dos elementos diferenciadores e qualificadores, POESTMAL.	77
Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, Turismo 2020.	
Figura 104 Projetos – Visão Holística, ET 2020.	78
Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, Turismo 2020.	
Figura 105 Empreendimentos Turísticos por freguesia.	80
Fonte: Plano Diretor Municipal (revisão), Turismo.	
Figura 106 Alojamentos locais por freguesia.	81
Fonte: Plano Diretor Municipal (revisão), Turismo.	
Figura 107 Distribuição mensal das dormidas na hotelaria em Vila Nova de Milfontes (milhares).	81
Fonte: Autor, com base no INE.	
Figura 108 App Descubra Odemira.	82
Fonte: http://www.cm-odemira.pt/pages/467 última vez consultado: novembro, 2017.	
Figura 109 Forte de São Clemente.	83
Fonte: http://mercurioonline.pt/html/N3021CastelodeMilfontestransformadoemMuseu.html última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 110 Localização da Zona de Expansão 1.	87
Fonte: Autor.	
Figura 111 a) e b) Enquadramento da Zona de Expansão 1.	88
Fonte: Autor.	
Figura 112 Vista A.	88
Fonte: Autor.	
Figura 113 Vista B.	88
Fonte: Autor.	
Figura 114 Vista C.	88
Fonte: Autor.	
Figura 115 Vista D.	88
Fonte: Autor.	
Figura 116 Vista E.	88
Fonte: Autor.	
Figura 117 Vista F.	88
Fonte: Autor.	
Figura 118 Esquema de hierarquia viária proposta.	90
Fonte: Autor.	
Figura 119 Rotunda do poço, a) 1990 e b) 2017.	91
Fonte: a) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.499128446790845.1073741831.318527904850901/651025768267778/?type=3&theater última vez consultado: abril, 2017; b) Fonte: Autor.	
Figura 120 Poço a) 1970 b) 2017.	91
Fonte: a) https://www.facebook.com/vivermilfontes/photos/a.499128446790845.1073741831.318527904850901/651025768267778/?type=3&theater última vez consultado: abril, 2017; b) Fonte: Autor.	
Figura 121 Esquema do percurso pedonal proposto.	92
Fonte: Autor.	
Figura 122 Esquema espaços verdes propostos.	93
Fonte: Autor.	
Figura 123 Esquema do edificado e percurso propostos.	94
Fonte: Autor.	

Figura 124 Programa Base, domínios de intervenção.	95
Fonte: http://frentemar.wixsite.com/frente_mar_horta última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 125 Corte, Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.	95
Fonte: http://frentemar.wixsite.com/frente_mar_horta última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 126 Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.	95
Fonte: http://frentemar.wixsite.com/frente_mar_horta última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 127 Alçado, Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.	95
Fonte: http://frentemar.wixsite.com/frente_mar_horta última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 128 Centros de Interpretação.	96
Fonte: Autor.	
Figura 129 Habitação e Pavilhão.	97
Fonte: Autor.	
Figura 130 Terminal e oficinas.	97
Fonte: Autor.	
Figura 131 Planta do terminal de autocarros, Espanha.	98
Fonte: Autor.	
Figura 132 Corte terminal de autocarros, Espanha.	98
Fonte: http://www.archdaily.com.br/br/778368/estacao-de-onibus-em-trujillo-ismo-arquitectura última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 133 Alçado terminal de autocarros, Espanha.	98
Fonte: http://www.archdaily.com.br/br/778368/estacao-de-onibus-em-trujillo-ismo-arquitectura última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 134 a) e b) Vistas exterior, terminal de autocarros, Espanha.	98
Fonte: http://www.archdaily.com.br/br/778368/estacao-de-onibus-em-trujillo-ismo-arquitectura última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 135 a) e b) Vistas interior, terminal de autocarros, Espanha.	98
Fonte: http://www.archdaily.com.br/br/778368/estacao-de-onibus-em-trujillo-ismo-arquitectura última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 136 Apoios de praia.	99
Fonte: Autor.	
Figura 137 Escadaria no bairro do Cambuci, em São Paulo.	99
Fonte: http://www.archdaily.com/227874/ewha-womans-university-dominique-perrault-architecture última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 138 Ewha Womans University Dominique Perrault Architecture.	99
Fonte: https://ensaiosfragmentados.com/2013/10/23/escadaria-interativa-do-cambuci-nomas/ última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 139 a) e b) 2º Lugar: Concurso de Ideias Requalificação e Renovação da Praia e Orla de Figueira da Foz e Buarcos / atelier RUA.	100
Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-45182/2-lugar-concurso-de-ideias-requalificacao-e-renovacao-da-praia-e-orka-de-figueira-da-foz-e-buarcos-atelier-rua/1334620339-07-figueira-acesso-praia/ última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 140 Estacionamento.	100
Fonte: Autor.	
Figura 141 a) e b) AIDS Memorial Receives Approval / studio a+i, St. Vincent's Hospital Park, Irlanda.	100
Fonte: www.archdaily.com/257079/aids-memorial-receives-approval-studio-ai última vez consultado: junho, 2017.	
Figura 142 Síntese de intenções da proposta.	101
Fonte: Autor.	

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AL	Alentejo Litoral
ADL	Associação De Desenvolvimento Do Litoral Alentejano
BTT	Bicicleta Todo-o-Terreno
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CI	Centro Interpretativo
CTP	Confederação do Turismo Português
EEA	European Environment Agency
ET	Estratégia de Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDM	Plano Diretor Municipal
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PNSACV	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
POETSMAL	Plano Operacional Estratégico Turismo Sol e Mar no AL
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PP	Plano de Pormenor
PSRN2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PU	Plano de Urbanização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RNES	Reserva Natural do Estuário do Sado
RNLSAS	Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
VNMF	Vila Nova de Milfontes
WTO	World Travel Organization
ZE	Zona de Expansão
ZPE	Zonas de Proteção Especial

1.1 Tema

O Alentejo não é só uma região de Portugal, é muito mais que isso. É uma terra de sonhos, sonhos reais, vividos pelos que lá estão e pelos que lá vão.

Há 5 anos, o meu interesse pela arquitetura levou-me a trocar o sossego do Alentejo pelo alvoroço lisboeta, desde então comecei a ter um olhar mais atento, sob cada detalhe da terra que me viu crescer. Ser do Alentejo é diferente, é sentir a magia das cores dos campos, do céu nas noites de verão, do branco das casas caiadas, das manhãs de neblina, do azul do mar, do pôr-do-sol único, do cante, das tradições... Estas singularidades já não fazem parte do meu dia-a-dia, apenas da minha nostalgia.

As raízes e a forte ligação que mantenho ao Litoral Alentejano, tiveram um papel decisivo na escolha do tema. Esta região foi, desde o início, objeto de estudo a que me propus para a realização do Projeto Final de Mestrado.

Na costa alentejana, o sol e o mar, foram fatores determinantes para a transformação de pequenas vilas piscatórias em aglomerados turísticos, promovidos pela atração das épocas balneares. A ocupação urbana criada para dar resposta à procura turística é a principal fonte de insustentabilidade dos territórios costeiros, sobretudo pelas habitações de segunda residência.

A proposta pretende refletir uma alternativa de planeamento, com vista a uma integração dos elementos que constituem o lugar, salvaguardando a memória do passado e promovendo um futuro com qualidade.

Apelidada por muitos de *Princesa do Alentejo*, Vila Nova de Milfontes é uma verdadeira caixa de surpresas. Para além das bonitas praias, a sua riqueza engloba um conjunto de particularidades deslumbrantes. A história, a natureza, as tradições e as gentes tornam-se fortes motivos de interesse e envolvem-nos de forma única. De uma maneira geral, podemos destacar três elementos que sintetizam a sua composição – o rio, a tradição e a paisagem, constituindo assim uma matriz de estudo.

Vila Nova de Milfontes está associada a um destino de “férias de Verão” e, consequentemente, a um território que, para além de praia, não tem muito mais para oferecer. Esta associação de uma região que não tem motivos de atração, é um dos problemas centrais, sendo fundamental a desmitificação da mesma.

Assim, é intenção deste trabalho promover não só os valores naturais e paisagísticos, como culturais e arquitetónicos, mantendo o equilíbrio entre a conservação, valorização, e vivência humanas.

1.2 Objetivos

Os objetivos estabelecidos para o presente Projeto Final de Mestrado baseiam-se na criação de uma proposta urbana de requalificação, integração e consolidação da Zona de Expansão 1 (delimitada no Plano de Urbanização de Vila Nova de Milfontes).

Assim, tem-se como objetivo avaliar as orientações e os planos de ordenamento territorial existentes, desde o âmbito nacional, regional e local, que determinam as normativas em vigor no território.

Pretende-se então intervir sobre a malha urbana e infraestruturas pré-existentes, de maneira a afirmar a identidade da vila. Criando, desta forma, novos edifícios com programas inovadores e espaços públicos que promovam a continuidade entre o núcleo antigo e a parte mais recente da vila. Assim, torna-se fundamental que se encontrem estratégias de projeto que encontrem soluções para promover o lugar, onde a proximidade com o rio lhe imprime um caráter único.

O trabalho culmina na definição de uma estratégia geral, num programa, adequando o espaço às potencialidades do território e numa aplicação direta na proposta, nas diversas escalas territoriais e nas suas dimensões sociais.

1.3 Metodologia

Para a elaboração do Projeto Final de Mestrado, adotou-se uma metodologia de trabalho que desse resposta aos objetivos delineados, dividida em duas partes, teórica e prática. Apesar de distintas, resultaram numa articulação entre análise, interpretação e intervenção. O método de investigação teve uma aplicação de estudo de caso e de abordagem qualitativa.

A interpretação do território de Vila Nova de Milfontes exigiu, numa primeira fase, uma recolha de dados indireta, tais como fontes estatísticas, fontes documentais, cartografia, vídeos e fotografias. No entanto, estas informações tornaram-se insuficientes para que fosse feita uma caracterização fiel relativamente a um lugar tão rico e diversificado.

Numa segunda fase, de forma a sustentar as informações recolhidas de forma indireta, a observação *in situ* foi um instrumento fundamental na descodificação do território. Devido às suas especificidades, este só se tornou verdadeiramente perceptível depois de o percorrer. A interpretação do território de forma direta auxiliou na construção de uma conceção do mesmo, que, filtrada por um olhar mais atento, permitiu identificar e presenciar os elementos que constituem o lugar.

Simultaneamente a esta interpretação, houve um contacto direto com as entidades responsáveis pelo território em questão. Este contato foi essencial na medida em que a troca de ideias e o conhecimento adquirido foi uma mais-valia para a interpretação do território.

Para além das entidades responsáveis pela vila, as opiniões e pareceres da comunidade local constituíram um pilar essencial. Uma vez que o trabalho tem como foco as pessoas, este é direcionado tanto aos residentes como pretende proporcionar aos turistas um maior envolvimento com a sociedade e a cultura que visitam.

Após esta observação ao local, de forma mais interativa, verificou-se uma riqueza tanto a nível de paisagem, marcada por uma identidade muito própria, como uma forte atração turística. Perante este cenário considerou-se pertinente o aprofundamento dos temas gerais que serviram de elo na consolidação do presente trabalho. Após uma leitura direcionada para os temas escolhidos, segundo autores de referência, verificou-se uma diversidade de perspetivas que permitiram um conhecimento mais consolidado acerca das temáticas.

Estes elementos possibilitaram uma reflexão crítica e permitiram estabelecer diretrizes para a proposta de intervenção urbana. Com a metodologia referida, foi possível cumprir os objetivos propostos para o presente Projeto Final de Mestrado.

1.4 Estrutura do Projeto Final de Mestrado

O presente trabalho tem como estrutura quatro tópicos orientadores: (i) Introdução, onde se apresentam as motivações, a problemática, objetivos e a metodologia utilizada; (ii) Paisagem, identidade e turismo, onde se introduzem as problemáticas presentes no território; (iii) Caracterização da área de estudo, onde é feito o enquadramento territorial, analisando a freguesia de Vila Nova de Milfontes tanto a nível histórico como a nível da presença do turismo, (iv) Proposta de intervenção bem como o desenvolvimento do projeto urbano integrado.

O suporte metodológico de desenvolvimento do projeto, desde a compreensão do tema, conceptualização teórica, até à realização do projeto, pode dividir-se em duas partes: teórica e prática. Na primeira, considerou-se essencial abordar os temas *Paisagem, identidade e turismo; Espaço público, estruturação e formas de apropriação e Turismo balnear e transformação territorial*. Depois, efetuou-se uma caracterização da área de estudo, seguindo uma ordem cronológica da evolução da vila à atualidade. A análise mais incidente a nível da freguesia, permitiu diagnosticar tanto as potencialidades como as fraquezas que o território apresenta. Este diagnóstico foi fundamental para considerar à partida algumas premissas para uma intervenção urbana mais coesa e integrada.

Já na parte prática, definiram-se diretrizes para a estratégia, através das reflexões obtidas na parte teórica, que vise a coerência e conexão urbana da mesma. A estratégia para a área de intervenção, tendo como base diferentes escalas, estabeleceu novas lógicas de continuidade, através de ligações pedonais que minimizem os efeitos da fragmentação urbana e promovam novos

ambientes. Do mesmo modo, a intenção de atenuar a sazonalidade através de dinâmicas que não dependam do estado do tempo, é uma constante.

Por fim, o desenvolvimento do trabalho permitiu uma postura crítica por parte da autora, resultando numa apresentação de considerações finais.

Neste capítulo será feita uma revisão da literatura sobre as problemáticas em análise com o intuito de definir os conceitos teóricos fundamentais para a realização do presente trabalho. Os conceitos *Paisagem e Ambiente, Espaço Público e Turismo Balnear*, surgem como elementos marcantes num território como Vila Nova de Milfontes.

A posição geográfica da área em estudo, faz com que exista um património natural de elevado interesse. A diversidade de paisagens e a reduzida pressão humana adquirem uma presença inegável nesta região. Por esse motivo, é importante entender os conceitos de *paisagem* e *ambiente*, segundo alguns autores de referência.

Seguidamente, importa compreender o que se entende por espaço público e a sua integração na estrutura urbana. O seu entendimento como elemento integrante e estruturante de uma área urbana e turística constitui um contributo importante para o planeamento.

Por fim, o turismo balnear destaca-se como um fenómeno de relevância, sendo a natureza e o mar, os principais focos de atração da Costa Alentejana.

3.1 Paisagem, Ambiente e Lugar

A controvérsia em torno do conceito de paisagem não é recente e, de todo, unânime. Sendo uma área tão subjetiva, todos os diferentes conceitos são válidos. No entanto, o valor do recurso paisagem, é reconhecido de forma universal pela sociedade, nomeadamente pelo seu contributo para o bem-estar das populações.

A paisagem compõe o quadro territorial das vivências da sociedade, composto por elementos naturais e culturais que revelam a síntese espacial e temporal das relações entre a natureza e o homem. Pelo que, *não se pode ignorar a matriz cultural que lhe é dada pelas comunidades humanas que ao longo dos tempos a trabalharam e modelaram* (Fadigas, 2011, p.58).

De acordo com a autora Manuela Magalhães (2007), a paisagem vai muito além daquilo que se vê, *como a ponta de um iceberg, ou a cara de alguém que não revela inteiramente as características desse alguém*. A essência da paisagem torna-se então naquilo que revela a quem a souber interpretar, o que exige uma análise dos sinais de forma a reconhecer o que não é visível.

Reflete tanto os processos biogeofísicos, como os que resultam do uso e da transformação socioeconómica dos recursos, bem como representações culturais, emocionais ou simbólicas dos

espaços, enquanto lugares significativos para as comunidades presentes no território (Saraiva, 2005, p.20).

Tanto a paisagem humanizada como a paisagem natural, obtiveram qualidades figurativas ao longo do tempo, através de vários acontecimentos culturais e sociais, *pelo valor simbólico ou mágico de certos sítios, pela exaltação iconográfica feita pelas artes como a pintura, a fotografia e a literatura* (Lamas, 2005, p.52).



Figura 1 | Pintura de Vila Nova de Milfontes de George Landmann, início do século XIX.

É através destes processos que as paisagens foram adquirindo características de beleza capazes de exaltar uma emoção estética tornando-se, assim, um fator natural cultural.

A emoção estética existe hoje tanto numa obra de arte como numa paisagem: o pôr-do-sol, um campo verdejante, o espetáculo de uma aldeia no seu território são percebidos como objetos manufaturados ou outras manifestações artísticas (Lamas, 2005, p.52).

Considerando que a paisagem *desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento* (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14) tornam-se fundamentais. É, então, no ano 2000 que a paisagem adquire uma figura jurídica, comum a nível europeu na Convenção Europeia da Paisagem, assinada em Florença. Passando, assim, a ser objeto alvo de medidas de valorização, conservação, gestão e planeamento. Deste modo, «Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14).

A crescente ameaça sobre a sua integridade, torna o planeamento e o ordenamento do território cada vez mais imprescindíveis. Deste modo, as intervenções sobre a paisagem tornam-se também do domínio arquitetónico e urbanístico.

A paisagem não é apenas um elemento constituinte do lugar pois, através da intervenção do homem, deverá ser também da arquitetura. A intervenção na paisagem deve resultar na construção de uma rede de pontos-chave de *uma grande evidência visual e de um forte significado espacial que tornem de novo reconhecível a essência textual da paisagem* (Thermes, 2005, p.85). A arquitetura integra o ambiente vivido pelo homem e utiliza a paisagem como elemento central da sua intervenção. Existe uma procura constante em dialogar com a paisagem através de estratégias utilizadas pelo arquiteto, como situações de abertura e fecho, enquadramento e alinhamento. O papel do arquiteto compreende então uma observação detalhada dos elementos disponíveis, de forma a criar a ponte entre o homem e a paisagem.

Onde quer que construamos há uma paisagem pré-existente. No meu entender, a leitura da paisagem é uma fase extremamente importante. Devemos fazer algo único relativamente àquele lugar. O que tento fazer é desvendar a singularidade da paisagem (Jodidio, 2007, p.28).

A conceção de paisagem do autor Raul Lino inclui não só a relação entre o meio e a arquitetura como também as circunstâncias materiais e sociais, o “estilo de vida”, a “maneira de ser, de pensar e de sentir” de determinada comunidade. O sentido da contemplação da paisagem está ligado a um *estado de alma, sentimento espiritual tão libertador quanto maior é o bem-estar que o sujeito sente projetando-se na paisagem e que cumula no sentimento de felicidade* (Pereira, 2012, p.41). Raul Lino, citado por Pereira, afirma que o “estado de alma” referido resulta da experiência da contemplação da paisagem, ou seja, da síntese harmoniosa entre a arquitetura e o meio.

Quando se fala em paisagem esta identifica não apenas um território, mas a sua própria imagem, com diversos conteúdos interpretativos. Conteúdos esses que fazem com que o olhar do homem assuma um papel fundamental.

Ao percorrermos o território, a paisagem surge como uma derivada, remetendo-nos para uma dimensão artística, que cria uma realidade paralela à física. *Uma realidade que se resolve numa idealização, a qual se sobrepõe ao quadro inicial como uma mais-valia cultural, que faz das características identitárias de um meio físico, um verdadeiro e próprio tipo icónico* (Thermes, 2005, p.75-76).

A paisagem e o território tornam-se elementos nos quais aquilo que é observável coincide com o que pode ser interpretado, ambos coexistem numa amplitude entre a aparência do conjunto e a interpretação dos elementos que o constituem. Por um lado, a paisagem acarreta uma dimensão

poética, onde as coisas descritas podem ser inseridas numa narração que nos levam a uma harmonia ideal. Por outro, o território afirma-se como *um teste científico* que resulta num número amplo de informações. Estes dois conceitos, originam assim duas *formas paralelas de memória possessiva* (Thermes, 2005, p.76).

Para o arquiteto, a paisagem constitui um instrumento bastante complexo. Esta complexidade advém de uma composição de diversas linguagens – desde o *plástico/espacial do cenário natural, ao da vegetação; desde o da água ao das infraestruturas, desde a urbana à linguagem arquitetónica* (Thermes, 2005, p.78), numa só linguagem visual.

Se por um lado a paisagem é uma realidade objetiva, por outro ela resulta num produto de quem a observa, através de uma leitura subjetiva com base em interpretações, resultando numa criação autónoma.

Outro exemplo da sua complexidade consiste no carácter vivo da paisagem que a torna num elemento em constante evolução. Assim, ao longo do tempo, pode existir um número indeterminado de interpretações, podendo tanto variar a nível da sua composição, como na sua intensidade. *A sua maior ou menor beleza derivará mesmo da qualidade desse cenário, que poderá ser mais ou menos complexo, não obstante a qualidade das transformações e da força idealizante das suas representações* (Thermes, 2005, p. 79).

Ao conceito de *paisagem* torna-se fundamental adicionar o conceito de *ambiente*. Este, por sua vez, mais relacionado com as questões de carácter ecológico, surge articulado com a sustentabilidade. Este conceito aumenta a consciência face ao esgotamento dos recursos e origina a relação entre a natureza e a atividade humana.

Ao longo dos anos, as questões ambientais foram adquirindo uma maior importância fazendo parte de um conjunto de princípios essenciais para a elaboração de estratégias de planeamento e gestão das cidades. Esta crescente preocupação resulta na garantia da sustentabilidade dos territórios para as gerações futuras. Torna-se então fundamental que se encontre o equilíbrio entre o natural e o urbano. Esta gestão dos recursos deve colimar na proteção de áreas naturais, de fauna e de flora, sob a forma de áreas protegidas.

A importância do ambiente e das vertentes ecológicas, simultaneamente com uma maior consciencialização para a sua preservação como *fator de equilíbrio urbano, trouxeram para o debate das questões urbanas, e para o seu planeamento, desenho, uso e gestão, novos argumentos e novas referências* (Fadigas, 2011, p.6).

Deste modo, a cidade passou a ser entendida para além do seu espaço construído ou da paisagem transformada, para ser vista também como um ecossistema.

A intervenção humana articula o lugar natural e o lugar construído, resultando num único lugar. A apropriação do lugar pelo homem advém da arquitetura e da compreensão das pré-existências.

Para o autor Norberg-Schulz citado por Paiva (2009), ato mais elementar da arquitetura é compreender a vocação do lugar. Ao mesmo tempo que protegemos a terra tornamo-nos parte integrante da sua totalidade. A arquitetura é, portanto, a concretização do *Genius Loci*. O ambiente particular de qualquer aglomerado revela o seu próprio carácter, com o qual se identificam os seus habitantes. Deste modo, qualquer paisagem também possui o seu carácter. *Genius Loci* resulta então numa articulação entre as características naturais e construídas. Para o autor Schulz citado por Paiva (2009), *o conjunto de características, naturais, de luz, morfologia, materiais, bem como socioculturais, arquitetónicas, de linguagem, de hábitos que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade, indicam o carácter do Lugar. É a manifestação das forças desse lugar e das suas qualidades locais transpostas para a vivência do Homem.*

3.2 Espaço Público, Estruturação e Apropriação

A forma de pensar a cidade ou o aglomerado urbano tem-se vindo a alterar devido às novas formas de mobilidade. O território fragmentado, formado por intervenções isoladas e desconexas entre si, impede uma leitura contínua de identidade como um todo.

Articulando este aspeto com o desenvolvimento dos aglomerados turísticos, aborda-se o espaço público na procura de soluções de intervenção que possam dar uma nova leitura de continuidade e identidade. Para além da sua capacidade de manter as relações entre indivíduos ao funcionar como espaço de encontro, o espaço público passou a ser também reconhecido como fator de integração, articulação e estruturação do território.

Segundo o autor Brandão (2002), considera-se espaço público *toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso coletivo* (p.189). É o principal património comum dos habitantes da cidade. Segundo o autor Gehl (2007) é o espaço público que faz a ligação entre todas as outras funções da cidade e *resulta num espaço das relações entre as pessoas e entre elas e os sítios, sendo concebido e desenhado para ter um papel construtor da identidade urbana* (Brandão e Remesar, 2003, p.14).

Desde o início das civilizações que o espaço público se encontra presente nos aglomerados urbanos, cidades ou aldeias. *É um todo que se desenha e se define com os edifícios, as árvores que o conformam, tendo também em conta o chão que se pisa, a iluminação pública que o modela, o mobiliário e a arte urbana que o compõem* (Salgado, 2000, p.9).

Os espaços públicos de qualidade *podem ajudar os aglomerados urbanos a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania* (Brandão, 2002, p.16).

Como apresentado no Project for Public Spaces (Figura 2), estes espaços devem ser avaliados em quatro categorias bem como os seus respetivos valores, tais como acessos e ligações, tanto visuais como físicas. O conforto e imagem, que inclui a noção de segurança, limpeza, e zonas de estar. Os usos e atividades, que possibilitam a utilização e apropriação por parte das pessoas através de atividades. E por fim, mas não menos importante, a socialização, que resulta da interação e desenvolvimento de relações interpessoais entre a comunidade.

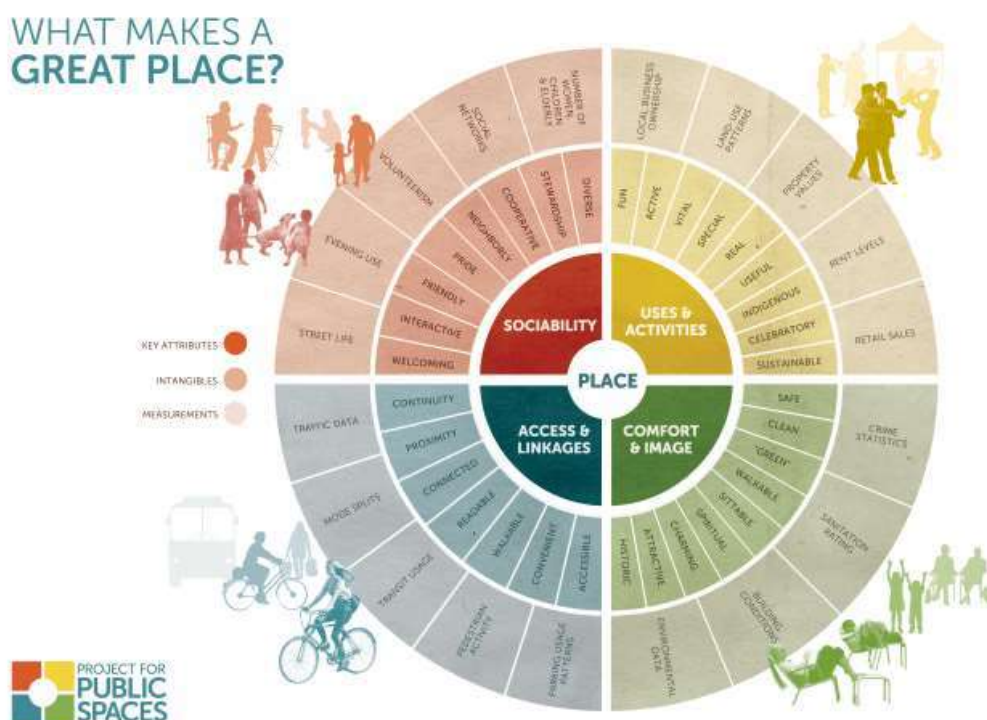


Figura 2 | The Place Diagram, Project for Public Spaces, 2009.

Dada a importância destes espaços, eles devem ser planeados, tendo como prioridade as pessoas. Os espaços públicos apenas se tornam atrativos se forem bem situados, bem desenhados e convidativos, onde existam atividades lúdicas, recreativas e de cariz desportivo (Gehl, 2007). Devem, por isso, ser aplicadas o máximo de qualidades aos espaços tornando-os lugares atraentes e com boas condições para todas as pessoas.

Atualmente existe uma crescente preocupação na manutenção, no conforto e na segurança nas intervenções de espaços públicos, uma vez que as características físicas e a qualidade dos mesmos são responsáveis pelas atividades e interações sociais que neles podem ocorrer.

No desenho dos espaços públicos, a vegetação desempenha um papel importante para a sua qualificação. O espaço verde tem um papel impulsionador na vertente ecológica, social e estética do meio, sendo por isso um investimento com bastante retorno em termos de valorização da área envolvente. Nos pequenos aglomerados turísticos costeiros, os espaços públicos devem resultar numa interação harmoniosa entre o lugar e o ambiente. A interação com elementos da natureza deve ser, por isso, sempre maximizada. A noção de lugar encontra-se diretamente associada à interação entre as pessoas e os locais. Deste modo, os lugares que marcam são aqueles capazes de atrair e estimular a permanência de pessoas, garantindo um diálogo harmonioso entre o indivíduo e o espaço.

A apropriação do espaço resulta, segundo Cullen (2006), de uma visão serial do indivíduo que o percorre, guardando na memória essas percepções e articulando-as com experiências adquiridas anteriormente. Assim, a visão é condicionada por todas as experiências obtidas no passado, baseadas em diversos fatores tais como ambientes e elementos arquitetónicos. De acordo com Brandão (2002) a identidade de um espaço surge articulada com os elementos que o constituem, pela sua dimensão, mobiliário urbano, atividades e afluência de pessoas.

A vivência dos espaços públicos é fortalecida pelo processo de apropriação, pois a identidade do lugar promove o reconhecimento do espaço através das relações entre os indivíduos e as experiências do passado. A criação de espaços públicos resulta, assim, num processo complexo. Perante as mais variadas apropriações, os espaços são palco de um conjunto de comportamentos por parte dos indivíduos, que lhe conferem identidade.

A requalificação dos espaços públicos tem vindo a ganhar destaque numa procura de recriar as tradicionais interações como espaço de encontro e comércio. Relativamente aos espaços públicos desenhados em frentes de água, estes adotam diversas estratégias a nível pedonal e alteração de tráfego viário eliminando barreiras visuais, de forma a promover uma maior proximidade entre o indivíduo e o rio/mar. *Estes espaços emblemáticos vão ganhando novas vocações, como áreas de eventos, de restauração e de recreação em geral, assumindo-se como marcos de eleição no marketing do turismo internacional* (Ferreira, 2016).

As intervenções de espaço público com frentes marítimas, resultam de num exercício complexo. Encarando, na maioria dos casos, problemas de escalas de aproximação, na intenção de gerar numa nova visão da paisagem e das próprias relações humanas com o urbano, o mar e as praias. Tal como acontece no projeto de reabilitação da frente ribeirinha da cidade de Olhão (figura 3). Onde a estratégia tem como foco principal o mar e as tradições, preservando a memória de espaços de referência, num espaço pensado à escala humana. De maneira a criar áreas homogêneas que permitem uma leitura uniforme do conjunto. A criação de diferentes espaços de lazer e encontro, é garantida através de zonas de contemplação e anfiteatros.



Figura 3 | Vista geral do Jardim Pescador Olhanense, 2017.



Figura 4 | a) e b) Diferentes ambientes do Jardim Pescador Olhanense, 2017

3.3 Turismo Balnear e Transformação Territorial

Ao longo dos anos, o turismo tem-se assumido como um fenómeno de grande relevância à escala global. Esta atividade está a crescer de forma significativa na Europa e no Mundo. Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo é considerado um dos principais setores socioeconómico, político, cultural e ambiental a nível mundial.

O Decreto-Lei n.º 191/2009, 17 de agosto, que estabelece as bases das políticas de turismo, define os instrumentos para a respetiva execução, afirmando que o turismo é o *movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades*.

O turismo assume, atualmente, um valor incontestável. *Com uma gestão adequada, o turismo pode transformar-se numa das principais fontes de revitalização económica das zonas costeiras* (CE, 2001).

No entanto, para além de ser um forte impulsionador da economia, não se limita apenas a esta dimensão, mantendo-se articulado tanto com o ambiente, património natural e construído, como com a comunidade local e o território.

O turismo de massas surge em Portugal na década de 60, mas é na década de 70/80 que se assiste à explosão do seu crescimento. Este crescimento repentino levou ao desenvolvimento de um turismo massivo de baixa qualidade, onde, por vezes, gerou mais problemas do que benefícios, com danos irreversíveis na paisagem litoral.

O turismo balnear é considerado um turismo de massas. Este conceito está associado à ideia de uma multidão que, embora geográfica e socialmente separada, pode-se juntar e constituir um fenómeno de massa.

Os autores Hora e Cavalcanti (2003) salientam que, tal como no turismo balnear existem interesses predominantes, também os comportamentos dos turistas são padronizados relativamente a uma dada região. Os destinos mais procurados estão associados normalmente ao turismo de sol e mar que, mesmo não sendo introduzidas melhorias nos destinos, estes tipos de produto mantêm elevados níveis de procura.

Associado à procura do binómio sol/mar existem produtos turísticos dominantes, correspondentes a atividades balneares que se desenvolvem em zonas do litoral. Os destinos turísticos balneares, sobretudo aqueles que garantem condições favoráveis, tornam-se destinos privilegiados, registando um maior impacto no meio ambiente. No caso de Portugal, este crescimento massivo do turismo não existe em todo o território de igual forma. Na costa portuguesa,

o turismo balnear começa a proporcionar ofertas alternativas, diversificadas, mais ecológicas e com uma maior qualidade (Figura 5). Existe, portanto, uma preocupação mais consciente acerca da preservação do património natural e ambiental, da identidade cultural, da paisagem e da biodiversidade, que, uma vez integradas, alcançarão mais-valias económicas e sociais.

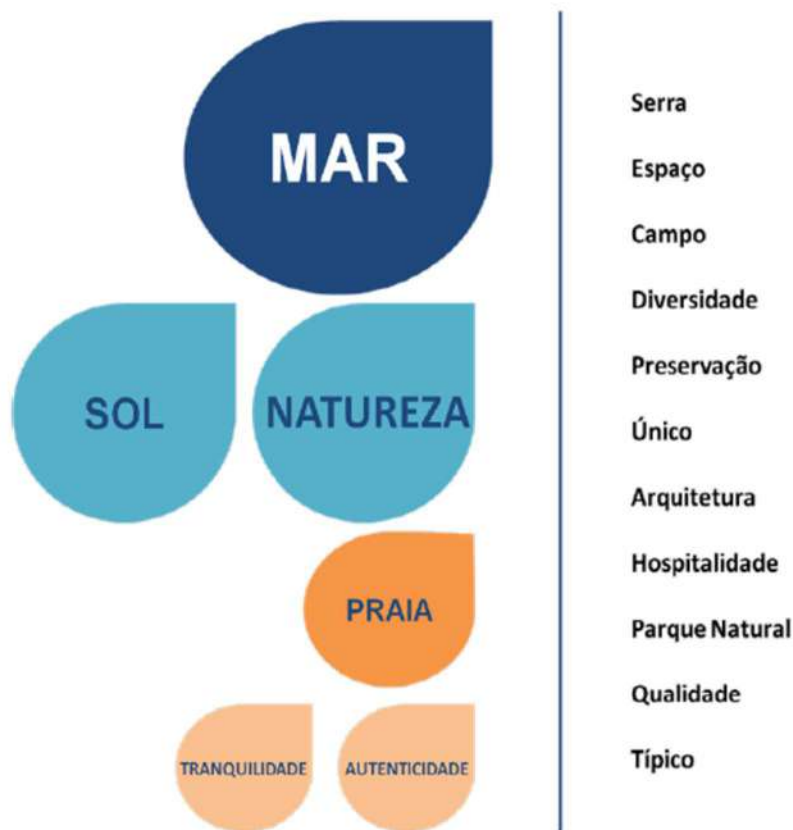


Figura 5 | Leituras do processo colaborativo com os atores locais, POESTMAL, 2015.

Contudo, segundo o autor Cunha, o modelo de desenvolvimento turístico português continua inalterado desde os anos 60, centrando-se no produto sol e mar, na exploração intensiva dos recursos naturais, na concentração de investimentos na faixa litoral na perspetiva do negócio imobiliário e na pouca integração com o território.

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo, o Alentejo Litoral (AL) começa a afirmar-se como um polo turístico onde se estão a efetuar grandes investimentos no sector. O Plano Operacional Estratégico para o Turismo Sol e Mar no Alentejo Litoral define quatro objetivos para o desenvolvimento desta atividade:

1. *Afirmar internacionalmente o AL como destino turístico, atrativo e singular, de qualidade e de sustentabilidade ambiental;*
2. *Consolidar a imagem e a trajetória de desenvolvimento do AL como destino de Sol e Mar, na imbricação como Turismo Náutico, o Turismo Ativo, o Turismo de Eventos, os percursos na Natureza, a gastronomia regional e a descoberta dos valores patrimoniais do Alentejo.;*
3. *Promover e aprofundar a complementaridades e sinergias do destino turístico com o produtos e territórios de proximidade;*
4. *Assumir o desenvolvimento do turismo como uma forte alavanca do desenvolvimento económico e social regional e como um grande pilar do turismo nacional.*

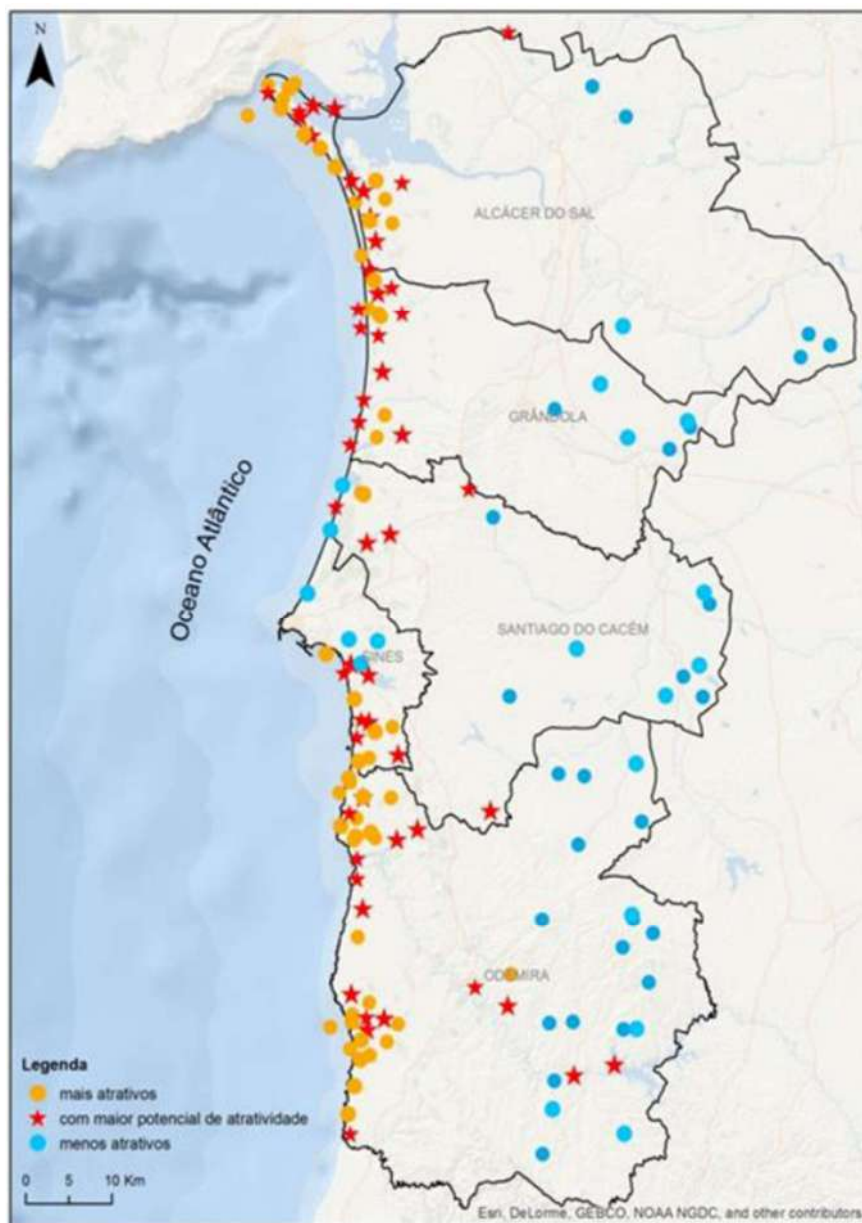


Figura 6 | Mapa de atratividade do Alentejo Litoral, POESTMAL, 2015.

Segundo o autor Jean-Pierre (2007) citado por Nabais, este tipo de turismo apresenta dois lados da balança: a potencialidade turística aliada ao desenvolvimento do território e aumento da economia e melhores infraestruturas, previnem o isolamento e promovem o lugar. Em contrapartida, de acordo com o autor Silva (2015), sendo consequentemente as áreas ecologicamente mais sensíveis, as mais procuradas, este fenómeno origina inúmeras ações destrutivas.

O turismo balnear é uma atividade que coexiste com o tempo quente, tornando o investimento e o desenvolvimento de uma região canalizado para um período específico, o Verão. Como consequência, surge a sazonalidade que, de acordo com os autores Reis e Moreira (1993), define-se como *flutuações periódicas e sistemáticas, que provocam variações alternadas das observações e se reproduzem de modo regular de ano para ano, ou em períodos mais curtos*.

A sazonalidade verifica-se pela tendência geral de aumento do consumo em determinados períodos específicos. Tanto podem resultar das alterações climáticas, como de fatores institucionais (exemplo: o calendário escolar e o religioso). No entanto, existem outras motivações que criam esta procura concentrada, como hábitos e tradições em determinados períodos, gerando um acrescido consumo de certos bens, provocando fortes picos nos respetivos setores.

De acordo com Domingues (1980) citado por Almeida (2015), a sazonalidade apresenta-se como um fenómeno gerador de desequilíbrios na exploração dos serviços turísticos e dos transportes com origem na variação das condições climáticas.

No entanto, a definição mais abrangente é a do autor Butler (1994), que apresenta a sazonalidade como o desequilíbrio temporal no fenómeno turístico que pode ser expresso em termos de dimensões tais como o número de visitantes, os gastos dos visitantes, o tráfego nas estradas, emprego, e entrada em atrações.

O fenómeno da sazonalidade apresenta várias consequências negativas, de entre as quais a intensa concentração dos fluxos turísticos. Promovendo, por um lado, picos de atividade que são prejudiciais perante os recursos físicos e sociais do destino, e por outro, vales de procura que geram ineficiência na indústria turística que pode pôr em causa a sua apreciação global do destino.

De acordo com Baum e Hagen (1999) nem todos os destinos consideram negativos os efeitos da sazonalidade, sendo que alguns beneficiam da época baixa para que seja um período propício à sua própria recuperação. Contudo, é pelos impactos negativos que a sazonalidade é reconhecida, especialmente no sector económico (Butler, 1994).

Em oposição, as consequências deste fenómeno não se restringem aos aspetos económicos, podendo existir outros fatores sobre o território como o ambiente ou o meio sociocultural. Tal como afirma Hartmann (1986), *seria errado avaliar a sazonalidade do turismo*

apenas em termos económicos, isolando um sistema de serviço turístico regional da sua base social, ambiental e ecológica.

Numa visão mais positiva, a sazonalidade pode trazer certos benefícios, sobretudo na possibilidade de utilização dessas mesmas épocas baixas para a manutenção e recuperação de infraestruturas.

Para os autores Baum e Hagggen (1999), também a localização geográfica dos destinos e das atrações turísticas podem justificar os maiores ou menores efeitos da sazonalidade. A variação da oferta é apontada pela OMT (1984) como um fator bastante relevante a este nível. Os destinos que apresentam características mais específicas tendem a ser mais sazonais, em vez dos que oferecem uma maior diversidade de produtos, recursos, e atrações turísticas.

Se por um lado a excessiva utilização de serviços turísticos durante a época alta é para muitos turistas um responsável pela diminuição dos níveis de satisfação e conforto, por outro lado, a indisponibilidade de alguns serviços em época de vale poderá ter impacto semelhante (Butler, 1994). As situações acima referidas não afetam apenas os turistas, mas também as comunidades locais.

O desenvolvimento equilibrado do destino deve ter como estratégia a criação de novos produtos. O autor Butler (1994) defende que esses produtos se devem enquadrar no desenvolvimento global do destino para que possam apoiar e complementar os existentes, de maneira a contrariar as consequências negativas do fenómeno, tal como a criação de atividades que se possam incorporar nos serviços independentes do clima.

Embora o turismo balnear apresente uma presença inegável, começam a existir novos produtos a ganhar afirmação. Desta forma, é importante dar destaque à presença deste tipo de produtos alternativos ao sol e mar, com vista à sua consolidação. Ainda na perspetiva estratégica de desenvolvimento do turismo nacional, a Confederação do Turismo Português defende que a presença do binómio sol e praia, não pode ser menosprezado, no entanto, deve ser (...) *requalificado e reinventado de modo a combater a sua sazonalidade e a aproveitar as sinergias potenciais com outros segmentos e/ou produtos mais dinâmicos e de maior valor acrescentado, como o desporto, saúde, negócios, urbano e o cultural* (CTP, 2005). É necessário que, acima de tudo, se criem alternativas de maneira a atrair os turistas e responder às suas expectativas e motivações.

A mitigação da sazonalidade depende essencialmente da capacidade de resposta às motivações turísticas (ET 2020).

O presente capítulo iniciar-se-á com um enquadramento territorial em diferentes escalas de aproximação, desde a Europa à freguesia.

Seguidamente, será feita a evolução da freguesia de Vila Nova de Milfontes, sob forma cronológica, dividida por subcapítulos: história do local, evolução urbana, primórdios do turismo, planeamento territorial e análise sociodemográfica, para uma melhor compreensão do território.

Por fim, será feito um diagnóstico sintetizando quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da freguesia, de forma a definir previamente algumas estratégias e hipóteses de intervenção.

4.1 Enquadramento territorial de Vila Nova de Milfontes

A posição geográfica de Portugal a nível Europeu situa-se na faixa Atlântica, mas com fortes influências mediterrânicas, o que lhe atribui particularidades tanto a nível climático, como a nível cultural e paisagístico (Figura 7).



Figura 7 | Enquadramento Territorial de Portugal na Europa.

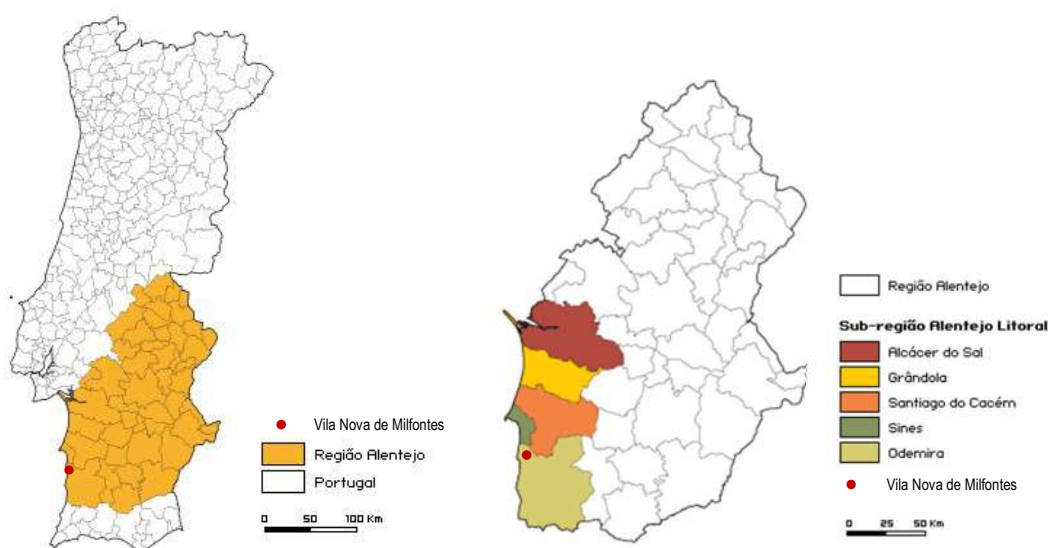


Figura 8 | Enquadramento territorial, a) Alentejo a nível nacional e b) Sub-região Alentejo Litoral a nível regional.

Relativamente à localização da região do Alentejo no contexto nacional (Figura 8, a)), este é compreendido entre a faixa litoral Norte e a faixa litoral Sul, ambas com um forte desenvolvimento urbano e grande densidade populacional. *A posição de encaixe entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, torna-o um território, por um lado, com fatores muito atrativos em termos de acessibilidades e, por outro lado, concilia simultaneamente características de ruralidade e preservação com alguns riscos associados à pressão litoral* (Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano).

O Alentejo Litoral inicia na Península de Troia (concelho de Grândola), passando por Santiago do Cacém, Sines e terminando em Odemira, numa extensão entre a faixa costeira e a planície alentejana (Figura 8, b)). Esta sub-região é composta por características muito singulares, resultado de uma harmoniosa relação entre os recursos litorais e paisagens rurais, com uma reduzida pressão humana.

Os elementos físicos evidenciam a riqueza dos valores naturais da fauna e da flora, das albufeiras e espelhos de água, das diversas áreas classificadas, da extensa frente mar, mas também a riqueza dos solos e das condições climáticas, estão na origem de atividades agrícolas com níveis de produtividade elevados (ADL).

Por sua vez, a posição geográfica desta sub-região garante acessibilidades aos principais eixos de transportes e a proximidade com a área metropolitana de Lisboa facilita a sua inclusão no território nacional.

Esta inserção favorável poderá também ser reforçada pela estruturação de estratégias de cooperação transnacional, com outros territórios que contribuam para a criação de novas relações ao nível das comunicações, das redes viárias e ferroviárias e dos circuitos turísticos (ADL).

A área de intervenção definida para o Projeto Final de Mestrado insere-se no Concelho de Odemira. Sendo este o maior concelho do país, com um total de 1720,25km², corresponde a 1,9% da área continental, a 6,6% da região do Alentejo, a 32,7% do Litoral Alentejano e a 16,8% do Distrito de Beja. Apesar da sua grande dimensão, tem apenas cerca de 26 mil habitantes.



Figura 9 | Enquadramento da Freguesia de Vila Nova de Milfontes no Concelho de Odemira.

O Concelho de Odemira, composto por 13 freguesias (Figura 9), pertence administrativamente à região do Alentejo e à sub-região do Litoral Alentejano, conjuntamente com os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines. Por estar localizado na parte oeste do distrito, o concelho de Odemira é limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira a Sul pelos concelhos de Aljezur e de Monchique, a Norte pelos Concelhos de Sines e de Santiago e a Este pelo concelho de Ourique.

Por sua vez, Vila Nova de Milfontes tem 76,48 km² e é uma das freguesias que tem maior peso no município, tanto a nível populacional como em atratividade turística.

4.2 A formação do lugar costeiro e o seu caráter defensivo

A presença humana nas margens do rio Mira desde o período Paleolítico, foi comprovada através dos vestígios arqueológicos encontrados no território. Foram encontrados instrumentos de pedra lascada, presumivelmente fabricados por Homo Erectus, que terão mais de meio milhão de anos.

O rio Mira terá suscitado o interesse dos povos comerciantes do Mediterrâneo, nomeadamente Fenícios e Gregos, uma vez que era uma região onde se produzia sal e era rica em minerais.

Da mesma forma, a presença dos romanos na região está testemunhada através de vestígios arqueológicos (fragmentos de cerâmica) que terão sido descobertos durante as obras de construção da ponte.

O interesse por parte deste povo está ligado à existência dos minerais. *O escoamento do minério e, eventualmente, do sal, do pescado e de produções agrícolas e industriais, continuava a conferir ao rio Mira um papel de relevo como via de comunicação* (Quaresma, 1988, p.20). Através do estudo das atividades da pesca, navegação marítima e salicultura, terá sido possível comprovar a existência de núcleos de ocupação nos litorais abrigados, mais particularmente no estuário do Sado e do Mira.

Já do período de domínio árabe os vestígios materiais são escassos, apesar da sua longa permanência. Contudo, esta presença ficou mais evidenciada através de topónimos que ainda perduram nos dias de hoje, dos quais se destacam, Odemira e Almogrove.

No princípio do século XIII, na última fase de Reconquista, os frades da Ordem de Santiago tiveram um papel relevante pelo auxílio que prestaram aos reis de Portugal. No século XIII, o litoral alentejano tinha poucos habitantes e o seu território não tinha qualquer organização. Como tal, o rei de Portugal D. Afonso III fez doações à Ordem de Santiago como recompensa pelo seu importante papel na guerra.

Em 1486, D. João II fundou uma nova vila, chamada Milfontes. Aquando a sua fundação, o número de fogos existente não ultrapassaria a meia dúzia. As razões da fundação da vila, haviam sido mencionadas na carta régia da sua fundação, *o serviço, honra e proveito* que os reis e o povo recebiam pela existência de portos de mar. Era então fundamental dotar este território de infraestruturas que melhorassem as condições para as transações comerciais. *A criação da vila respondeu a essa necessidade (...) pelo povoamento e organização administrativa do lugar, criava verdadeiramente um porto de mar (...) o que garantia maior apoio e segurança à navegação* (Quaresma, 1988, p.27).

D. João II desvinculou este território do concelho de Sines, ao qual pertencia anteriormente, e os limites territoriais da vila foram redefinidos, correspondendo na sua maioria aos da atual freguesia. No entanto, o território alongava-se para além da serra, englobando o Cercal (Figura 10).

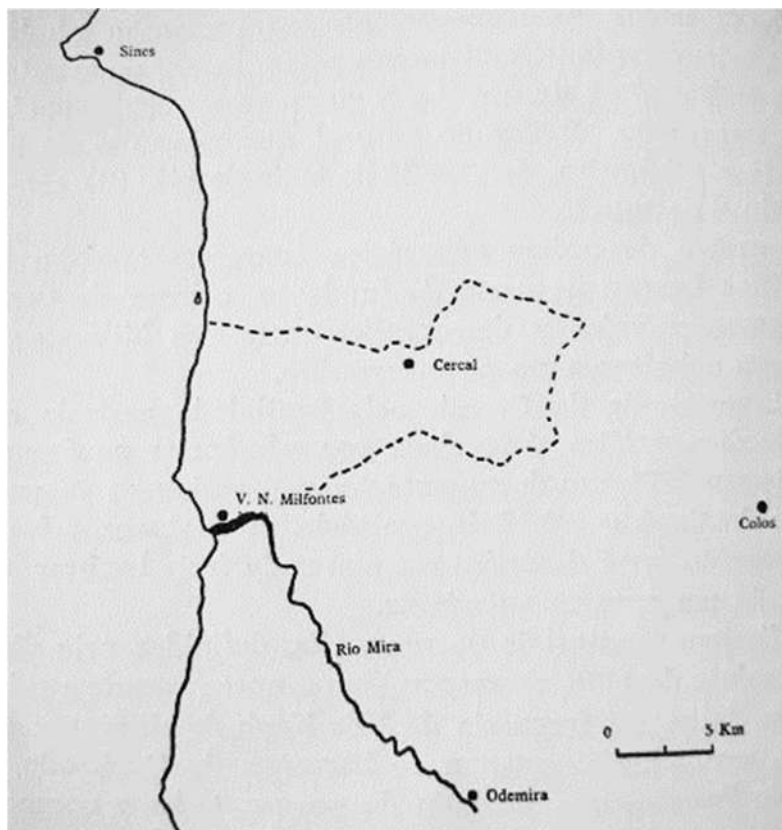


Figura 10 | Limites do concelho de Milfontes, segundo a carta de 1486.

Este topónimo de origem medieval surgiu com sentido puramente geográfico pois não se aplicava inicialmente a qualquer povoação. O elemento *Mil*, não correspondia efetivamente a um número exato, mas a uma grande quantidade, um número indeterminado. A palavra *Fontes*, fazia referência às nascentes existentes na região, Milfontes era sem dúvida uma região de águas abundantes.

A designação de Vila Nova de Milfontes surgiu pela primeira em 1500, numa carta de doação da dizima do pescado desta vila e de Sines a Vasco da Gama, como recompensa da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Sendo que o uso da expressão *Nova* teria como intenção adjetivar uma localidade recentemente construída, permitindo distingui-la das vizinhas vilas de Sines e Odemira, mais antigas.

Apesar dos privilégios inerentes à sua fundação serem favoráveis à fixação de população, a escassez de habitantes exigia medidas complementares. D. João II, consciente dessa situação,

passou um diploma que conferia à vila um estatuto especial, *ser couto para homiziados*¹ (a um máximo de 50). Com o intuito de povoar, defender e aumentar a população, de maneira a contrariar a reduzida demografia da vila. Após a sua fixação, estes homiziados obtinham como recompensa, a absolvição dos seus crimes e tinham diversos privilégios, a nível de defesa, proteção económica e independência judicial.

Em 1512, perante a reforma geral dos antigos forais, surge o foral² manuelino, resultado da sequência legislativa dos primeiros tempos do concelho, constituindo o instrumento de maior validade temporal, pois só no século XIX seria definitivamente revogado.

Para além do poder real, atuavam outros poderes: o do Concelho e o da Ordem de Santiago. Com a fundação da vila, surgiu a necessidade de construir um edifício que albergasse o poder do Concelho - Paços do Concelho ou a Casa da Câmara (Figura 11). Este sofreu algumas alterações tanto no seu projeto inicial como nas funções que desempenhou. Para além dos serviços camarários, o edifício incluía também a prisão que se relacionava com as atribuições jurídico-administrativas do Concelho. A prisão ocupava no século XVIII um dos dois compartimentos em que se dividia o piso térreo. No século XIX, no outro compartimento desse piso, foi criado um açougue³.



Figura 11 | Casa da Câmara, a) 1960, b) 1970 e c) 2017.

Relativamente ao poder da Ordem de Santiago, a Igreja possuía algumas propriedades, das quais recebia o respetivo foro⁴. Porém, existiam associações de leigos mais ricas, que tinham várias casas e propriedades agrícolas. Estas funcionavam anexas à igreja matriz e auxiliavam os confrades.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça (Figura 12 e 13) data do início do séc. XVI, pertencendo à Ordem de Santiago da Espada, cuja cruz está gravada na porta principal. Foi alvo de muitas

¹ Os coutos de homiziados constituíam-se em terras a que poderiam acolher-se, libertando-se das penas em que tivessem incorrido, quaisquer criminosos, salvo os incriminados por traição.

² Documento real utilizado em Portugal, que visava estabelecer um concelho e regular a sua administração, deveres e privilégios.

³ Estabelecimento comercial onde se vende carne.

⁴ Pensão anual em géneros, que se paga ao senhorio diretamente.

destruições e reconstruções ao longo do tempo, nomeadamente quando foi afetada pelos sismos que ocorreram no país em 1531. No entanto, a torre sineira foi construída no final do século XIX.



Figura 12 | Igreja de Nossa Senhora da Graça, a) 1960 e b) 1973.



Figura 13 | Igreja de Nossa Senhora da Graça, c) 1990 e d) 2017.

Em meados do século XVI, além da Igreja Matriz surge a Capela de São Sebastião (Figura 14), que o crescimento da povoação a foi integrando no seu perímetro.



Figura 14 | Capela de São Sebastião, 2017.

Desde sempre, a vila teve uma história atribulada, perante os perigos que vinham do mar - a pirataria e o corso⁵. Em finais do século XVI, houve uma intensificação do corso e da pirataria, o que obrigou a que se tomassem medidas a nível da fortificação do litoral. O grande ataque foi por volta de 1590, feito por corsários mouros, entraram no rio Mira e atacaram a vila, surpreendendo a

⁵ Atividade marítima caracterizada pelo assalto aos navios de comércio.

população que se encontrava na igreja (por ser dia santo). O ataque que destruiu a vila, para além dos danos causados na igreja matriz, foram incendiadas culturas e terão sido capturados habitantes, levando-os como cativos para ser exigido um resgate.

Perante a necessidade de segurança da vila e da navegação, e após uma petição realizada pelos moradores ao rei D. Filipe II, foi decidida a construção do forte de Milfontes, que se concluiu entre 1599 e 1602. O Forte de São Clemente foi edificado num contexto de luta contra a pirataria marítima e a sua atividade militar durou até meados do séc. XIX. De planta poligonal (Figura 15), foi construído no estilo maneirista, com o baluarte voltado para a foz do rio. Edificado sobre uma ponta rochosa na margem direita do Mira, vigiou a foz durante séculos.

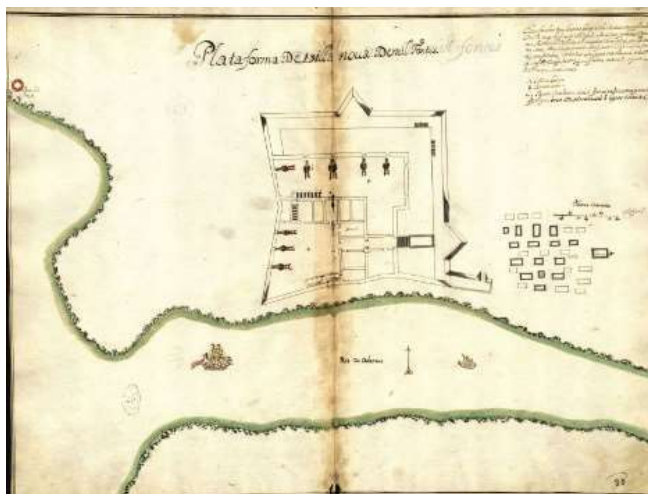


Figura 15 | Planta do Forte, 1602.

Ao longo das faces altas, havia um fosso limitado exteriormente por contraescarpa, na qual existia uma estrada coberta. O muro que hoje rodeia o fosso do castelo, formando o miradouro da Barbacã, é o que resta dessa antiga fortificação (Figura 16, b)).



Figura 16 | Desenho aguarelado, a) 1617 e b) 1620.

O aumento da população nos séculos XVII e XVIII, deu origem ao parcelamento e aforamento do antigo campo de pastagem comum. Onde os moradores fizeram as suas cercas, onde cultivavam cereais, com os quais pagavam o respetivo foro à Câmara.

Após a edificação da fortificação, a vila recomeçou o seu crescimento de forma gradual, sem os constantes ataques do passado.

Nesta altura, o comendador sentiu-se em segurança para mandar construir uma estalagem e uma casa de habitação. Esta terá caído em ruínas por falta de manutenção, já que os comendadores que se sucederam não tiveram o mesmo interesse por Milfontes. Do paço do comendador subsistiu apenas o nome, sendo transformado num campo de cereais após o desaparecimento do edifício.

É então em 1604 que é construído o edifício da estalagem (Figura 17). Na mesma altura, o comendador mandou colocar uma barca de passagem no rio, cujo local de embarque se situava um pouco mais abaixo, com o intuito de prestar um serviço aos viajantes que se deslocavam entre Lisboa e o Algarve pela estrada do litoral e precisassem de atravessar o Mira. Com a construção do forte e consequentemente, garantida uma maior segurança, surgiram novas oportunidades de negócio e investimento na vila. Tal como o forte e a igreja, a estalagem foi um dos edifícios estruturantes do tecido urbano.



Figura 17 | Estalagem, a) 1960 e b) 2017.

No século XVII, para além do forte, da igreja e da capela, a vila tinha três edifícios de destaque: estalagem, paços do comendador e casa da Câmara (Figura 18). Para além destes, existiam pontualmente pequenas casas de taipa.

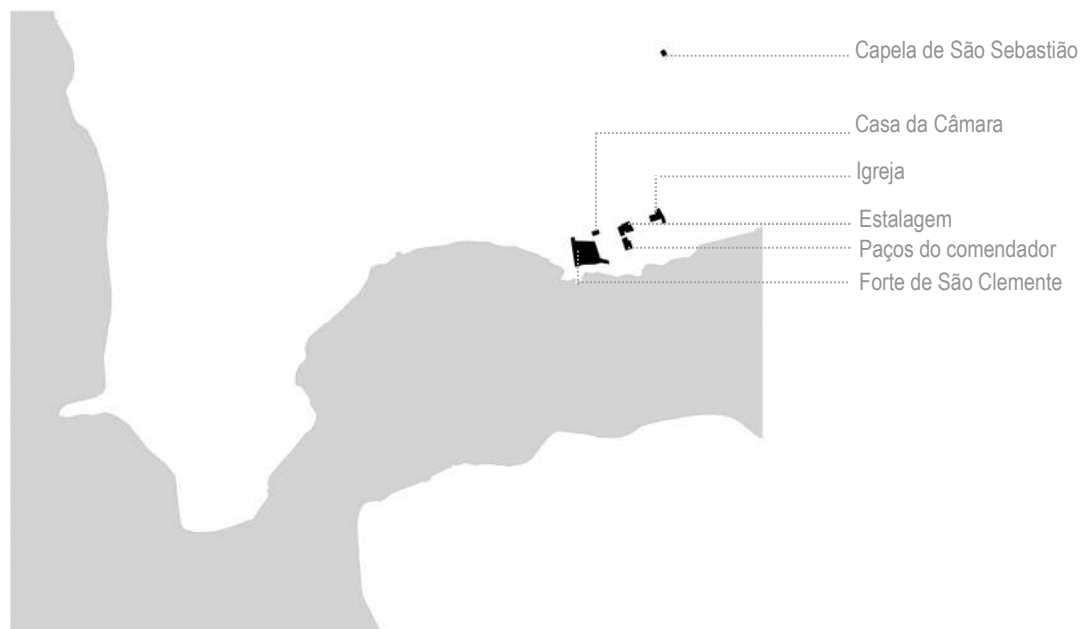


Figura 18 | Planta esquemática dos edifícios importantes, século XVII.

Ainda no século acima referido, o abastecimento de água fazia-se essencialmente por dois poços públicos. O mais antigo localizava-se no Largo da Junqueira, perto da igreja. Foi conhecido como poço de gastar, pelo fato de fornecer água potável. O outro, perto do forte, era chamado de poço do castelo, tendo sido subterrado durante a construção da avenida marginal.

Para além destes dois, existia outro no Rossio (Figura 19), destinado a dar de beber aos animais, mas posteriormente destinado ao abastecimento de água para uso doméstico. Em 1876, a pedido de alguns moradores, foi aberto um segundo poço no Rossio. Para além da sua utilidade, os poços eram locais importantes de encontro. Na segunda metade do século XVII, a vila tinha crescido até ao adro da igreja e iniciado a sua expansão para norte (Rua do Norte).



Figura 19 | Rossio, lugar de encontro junto ao poço, século XIX.

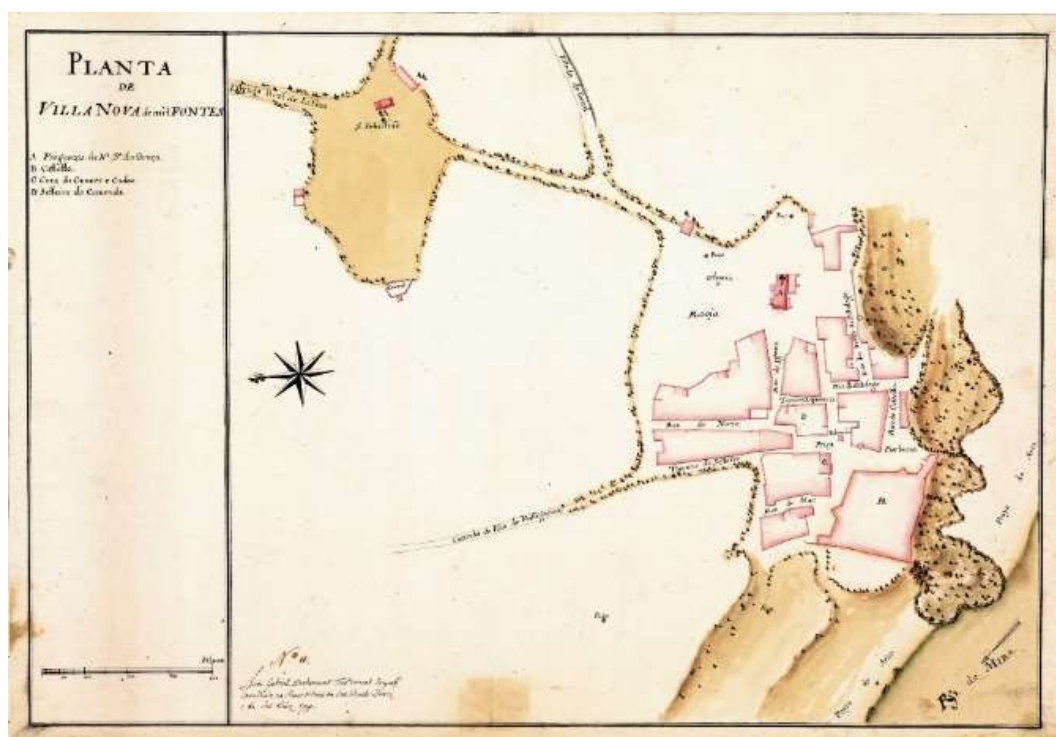


Figura 20 | Planta da vila em de João Gabriel de Chermont, 1790, com base num "borrão" de 1781.

Em 1790, o aglomerado urbano era bastante reduzido e como se pode verificar na planta de João Chermont, este começou a crescer a partir do Forte de São Clemente, pois era sem dúvida a zona mais protegida dos ataques dos piratas (Figura 21).

A malha urbana do centro histórico estava praticamente definida, tal como a conhecemos hoje. Na envolvente do forte, a Praça era o centro cívico da vila. Ali se situava os Paços do Concelho e o celeiro da comenda. Aquele lugar era palco de diversos acontecimentos, a população reunia-se para: *comprar e vender; observar a aplicação de justiça; assistir ao pregão do porteiro do concelho para arrendamento em hasta pública das propriedades das confrarias (...)* (Quaresma, 1988, p.61). Local privilegiado onde os pescadores tinham acesso ao rio ou podiam apreciar o estado do mar, olhar a amarração do bote, ou simplesmente ver a entrada e saída dos barcos de cabotagem⁶.

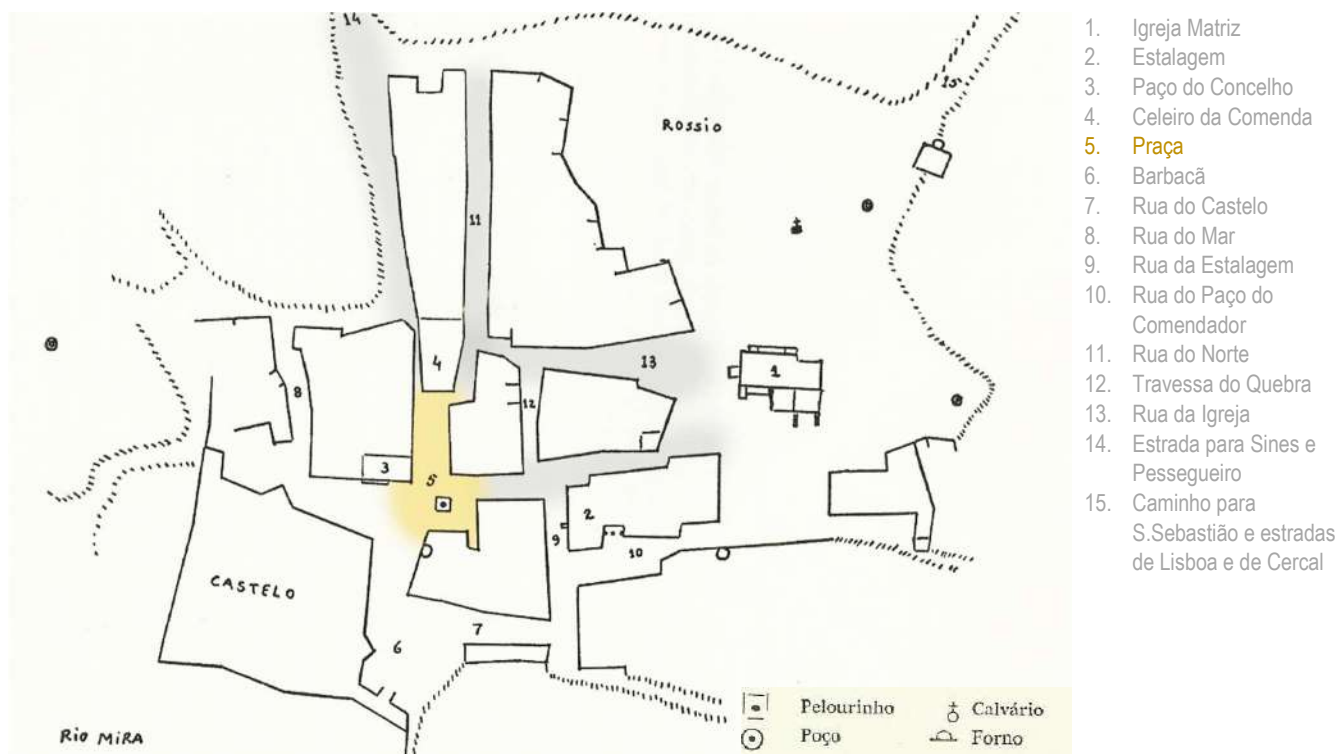


Figura 21 | Planta Síntese, António Quaresma, 1988.

⁶ Cabotagem é a navegação entre portos marítimos de um mesmo país, sem perder a costa de vista.

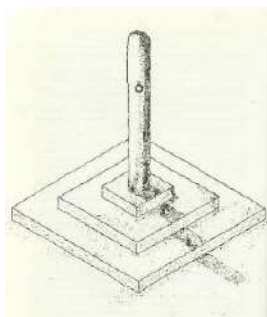


Figura 22 | Pelourinho, reconstituição aproximada.

No centro da Praça (Figura 21), erguia-se o pelourinho (Figura 22). Sendo sinal da jurisdição do concelho, o pelourinho era usado para expor os criminosos à vergonha pública. No entanto, a pena de morte não seria, cumprida no pelourinho, mas sim na forca levantada no local denominado Outeiro da Forca.

Para a Praça confluíam a Rua da Igreja, a Rua do Norte, a Travessa do Celeiro e a estrada de Sines.

No princípio do séc. XIX, as casas da vila começam a envolver a igreja por norte, sul e nascente. Por volta de 1820, a Fábrica da Igreja⁷, proprietária dos terrenos que circundavam o templo, delimitou aí vários talhões, onde foram construídas novas casas. Nessa altura, são definidas a Rua do Poço de Gastar, a Travessa do Rossio, o início da Rua Sarmento de Beires e a Rua do Sol, na direção nascente, ao longo do caminho que comunicava com a praia dos Carris.

A comenda, as confrarias e as ordens religiosas foram extintas pela legislação liberal do século XIX. Nessa altura, a estalagem e o celeiro cessaram as suas funções. No ano de 1960, a estalagem foi adquirida por António Santos, apaixonado e conhecedor de arquitetura. Era natural de Odemira, descendente de uma família notável, residia em Lisboa e pretendia adquirir uma casa de férias em Milfontes. Relativamente ao celeiro da comenda, no início do século XX, passou a ser uma loja de retalho.

A barca da passagem que pertenceu à comenda da Ordem de Santiago entre 1604 e 1834. Extintas as ordens, e após um período de indefinição, o serviço passou a competência da Câmara que periodicamente o entregava, em praça, a um barqueiro.

Em 1836 foi extinto o concelho de Milfontes, integrando-se no concelho do Cercal do Alentejo. Posteriormente, em 1855, é aprovada a divisão territorial do Reino, que vem pôr fim à indefinição dos anos antecedentes. Deste modo, as freguesias de Vila Nova de Milfontes, Cercal e Colos, do suprimido concelho, passaram a fazer parte do concelho de Odemira, onde mais tarde, a freguesia do Cercal seria destacada para ser incluída no Concelho de Santiago do Cacém. Esta reestruturação dos limites do concelho é até então a sua configuração atual.

Após a desagregação do concelho de Milfontes e da transferência dos serviços camarários para a Câmara de Odemira, a escola primária passou a funcionar no piso superior da antiga Casa da Câmara, onde se manteve quase um século. Já no século XX, foi vendido a um particular, cidadão

⁷ Fábrica da igreja é a pessoa jurídica a que pertencem todos os bens e direitos destinados à conservação, reparação e manutenção de uma igreja, e ao exercício do culto nela.

estrangeiro que lhe fez obras, reconstruindo-o de raiz, mas preservando o traçado original. Mais recentemente, foi adaptado a restaurante, a Paparoca.

No século XIX, o concelho era proprietário dos foros dos moinhos de vento (Figura 23) e de maré (Figura 24) (que no século XVI, a Ordem considerava seus) e de pequenas explorações agrícolas, cercadas por valados de canas, que protegiam as culturas dos ventos marítimos.



Figura 23 | Moinho de vento, século XIX.



Figura 24 | Moinho de maré, século XIX

Perante o aumento da população, simultaneamente com a legislação liberal que proibia os enterramentos nas igrejas, o cemitério começou a ser uma preocupação crescente. O que levou à sua construção em 1859.

Para tal foi aproveitado o terreno que circundava a igreja, com exceção do adro na fachada principal. Poucos anos depois, a Junta de Freguesia solicitou a sua remoção para um local mais adequado. As condições de higiene e as questões ambientais começavam a ser uma preocupação crescente, pelo que, o cemitério tornou-se numa ameaça à saúde pública.

Em 1888 é então finalizado o novo cemitério (Figura 25), o local escolhido para a sua construção foi o Outeiro da Forca, um cerro sobre o rio, a nascente da vila.



Figura 23 | Cemitério, a) e b) 2017.

Entre a construção dos dois cemitérios, em 1862, é feita uma alteração significativa da Praça, até então local de encontro. Um juiz de Odemira, enviou um requerimento à Câmara Municipal a solicitar a concessão do terreno do pelourinho para construir um edifício de habitação, situado na Praça, junto aos Paços do Concelho e ao Forte. Justificava a sua intenção com o melhoramento e uma maior definição que iria dar própria à rua. Além disso, oferecia essa concessão e obras de que carecia a escola, um valor que considerava muito superior à insignificância do terreno. A Junta de Paróquia, chamada pela Câmara de Odemira a dar parecer, cooperou com a proposta defendendo que o terreno não tinha utilidade pública e que um prédio urbano iria melhorar a aparência da rua. Deste modo, foi demolido o pelourinho e restringida a dimensão da praça.

A necessidade de ligação entre as duas margens levou a Junta da Paróquia, em 1875 a expor à Câmara de Odemira o problema do mau estado da conservação da barca de passagem (Figura 26). Nesse mesmo ano, a Câmara mandou fazer uma nova barca.



Figura 24 | Barca de passagem do rio, anos 20.

Alguns anos depois, em 1897, a Câmara decidiu que os banhistas que iam à praia das Furnas (a sul) podiam atravessar o rio em qualquer bote, entre julho e outubro, até às 11 horas da manhã, sem obrigatoriedade de recorrerem à barca da passagem. Esta decisão veio trazer mais atividade ao próprio rio.



Figura 25 | Rossio, anos 20.

Relativamente ao edificado, a maioria das casas continuavam com dimensões modestas, contruídas em taipa quase na sua totalidade e apenas de piso térreo (Figura 27). No entanto, no final do século XIX e princípios do XX, sentiu-se uma evolução a nível do edificado, algumas moradias passaram a ter

uma arquitetura mais urbana, com dois pisos e janelas de sacada. Com essa evolução, surgem as platibandas, atribuindo à moradia uma maior imponência (numa época de crescimento da burguesia local, relacionada com o comércio marítimo).

No início do século XX, a vila continuava o seu crescimento gradual, a partir do Rossio até à Capela de São Sebastião.

Já em 1902, seria anunciado que o forte (Figura 28) iria ser vendido. Foi então vendido em 1906 em hasta pública, tendo sucessivos proprietários. O forte encontrava-se bastante degradado, principalmente nos muros voltados para a barra. Esta situação foi consequência da passagem do tempo, pelo desprezo dos proprietários e, por último, pela construção da casa-abrigo do salva-vidas, em 1929.



Figura 26 | Forte São Clemente, a) anos 30, b) e c) 2017.

A Junta de Freguesia chegou a deliberar a sua demolição em 1931, devido ao perigo de derrocadas e por considerar pouco dignificante a existência de ruínas numa terra que queria ser progressiva. Essa intenção não teve seguimento.

Em 1937 houve um novo pedido de demolição, contrariado pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, cujo parecer foi solicitado pela Câmara de Odemira.

Por fim, em 1939 o forte foi adquirido por um privado que o terá salvo de novas tentativas de demolição. Houve uma reconstrução do mesmo, adaptando-o a residência particular. Por sua vez, foi classificado imóvel de interesse público em 1978, salvaguardando-o de alterações que afetassem a sua integridade. Pelo que, *o imóvel classificado não poderá ser demolido, no todo ou em parte, nem ser objecto de alienação ou quaisquer obras sem parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico* (PU de Vila Nova de Milfontes, 2004).

A procura pela pequena vila foi aumentando gradualmente de ano para ano. Em 1914, um jornal de Odemira noticiou que começava *nesta vila a debandada dos banhistas para as vizinhas praias de Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira*.⁸

⁸ 32 Ecos do Mira, n.º 55, 2 de setembro de 1914, p. 1.



Figura 27 | Vista aérea, 1945.



Figura 28 | Vista aérea, 2015.

4.3 Da vila piscatória à atração balnear

No século XVII, começa-se a associar as propriedades terapêuticas do ar do mar com os conceitos naturalistas aplicados à medicina. A partir dessa altura, as principais famílias do Concelho começam a procurar, essencialmente, as praias de Milfontes e Sines.

Desde o século XIX, até meados do século XX, eram as gentes da terra que frequentavam as praias desta região. A população ligada ao mundo rural, ia até ao mar, nos dias 24 de junho (nascimento de São João) e 29 de agosto (além de ser o dia de Nossa Senhora da Soledade, foi o dia em que São João foi morto), juntamente com os animais, para tomar os famosos banhos santos. Estes banhos tinham um simbolismo purificador e regenerador, pelo que esta prática era adotada por toda a região.



Figura 29 | Praia das Furnas, 1830.

Já na primeira metade do século XIX (Figura 31), surgem as primeiras referências sobre banhistas em Milfontes, pois era a localidade escolhida pela elite do concelho. No período de Verão, as famílias de classe baixa não procuravam esta região. Porém, o poder curativo dos banhos salgados atraíam também pessoas de baixo poder económico, ansiando tratamento para as doenças. Estas famílias frequentavam lugares menos visitados pelas classes mais altas e praias menos qualificadas. As famílias ligadas ao mundo rural só iam aos famosos banhos de mar, depois de finalizar os trabalhos agrícolas, quando recebiam as rendas. Por este motivo, a época balnear prolongava-se até finais de outubro.

Ao longo do século XIX, a importância de Vila Nova de Milfontes como estância balnear foi crescendo. De tal forma que em 1877, a Câmara Municipal de Odemira, reconhecendo a importância da localidade como porto e destino balnear, criou uma estação telefónica. A vila oferecia então aos

veraneantes os serviços de uma estação postal, com correio três vezes por semana. Anos mais tarde, teria a sua estação telegráfica.

Com a República, o turismo em Portugal passou a ter uma expressão institucional, depois da realização do IV Congresso Internacional de Turismo. Em 1911, foi criada a Repartição do Turismo, inicialmente integrada no Ministério do Fomento e, em 1921, saiu uma legislação que enquadrava as *estâncias hidrológicas, praias, estâncias climatéricas, de altitude, repouso e turismo* num sistema orgânico, a cargo do administrador do concelho.

As comissões tinham como objetivo o desenvolvimento das estâncias, proporcionar um meio confortável, higiénico e agradável, tanto com obras de interesse geral, como realizando iniciativas aliadas à indústria de turismo. Em 1923, foi publicada no Decreto n.º 8714, de 14 de março de 1923, a classificação das estâncias abrangidas no concelho de Odemira, catalogadas como “praias” - Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira.

Para além desta forte ligação ao mar, a vila foi palco de um grande feito da aviação portuguesa em 1924, a primeira travessia aérea entre Portugal e Macau.

A bordo do avião Breguet 16 BN2 (Figura 32) utilizado na 1ª Guerra Mundial, batizado de Pátria (Figura 33), seguiam António Jacinto de Brito Pais, navegador e comandante, e José Manuel Sarmiento Beires, piloto. Em Tunes Manuel Gouveia, mecânico, juntou-se a esta tripulação.



Figura 30 | O Pátria, 1924.



Figura 31 | Batismo do Pátria, 1924.

O local de partida eleito foi Vila Nova de Milfontes porque Brito Pais era natural da região (Colos). O Pátria descolou do Campo dos Coitos, onde a extensão da pista criada foi adequada à longa corrida do avião e grandiosa o suficiente para que a partida tivesse o merecido destaque, tal como os aviadores desejavam.

Foram vários os contratempos, com condições atmosféricas bastante adversas, o Pátria acabou por aterrar à força no deserto de Thur na Índia, totalmente danificado. No entanto, este foi substituído pelo Pátria II, comprado na Índia. Para que o Pátria II pudesse prosseguir viagem, Manuel Gouveia não acompanhou o resto dos tripulantes por uma questão de lotação da aeronave, seguindo diretamente para Macau.

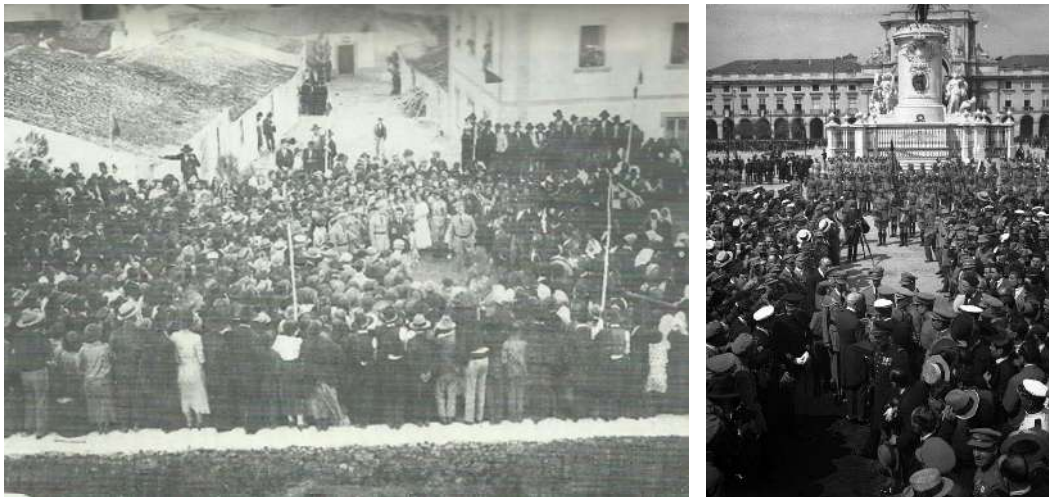


Figura 32 | Festa de regresso, a) Vila Nova de Milfontes, 1924 e b) Terreiro do Paço, 1924.

Em homenagem aos aviadores e ao seu feito histórico, foi erguido na Praça da Barbacã, um monumento que marca a heroica viagem (Figura 35).



Figura 33 | Monumento de homenagem, Barbacã, a) e b) 2007.

"Eles afrontaram riscos de que não é fácil fazer ideia, voaram sobre o mar, sobre desertos, sobre terras inhóspitas, enfim, sobre regiões onde seria impraticável a aterragem (...) Venceram ventos, nevoeiros e areias, monções e calores tropicais (...) demonstraram que os portugueses de agora não desmentem as tradições da sua Raça e que os descendentes dos Capitães e Marinheiros das naus se tinham tornado aviadores (...)"

GAGO COUTINHO COMENTANDO A VIAGEM DO "PÁTRIA"

4.4 Os primórdios do turismo

A partir do século XX, a praia adquire um novo significado, passando a ser um local de descanso e lazer, e não um lugar exclusivamente para fins terapêuticos.

Começaram a existir mudanças nos hábitos dos veraneantes, o que levou a algumas transformações na vila. Os costumes já não exigiam que os banhistas se escondessem dos olhares estranhos, e a margem direita do estuário, começou a servir de praia de banhos.

Relativamente aos entretenimentos da época, nos anos 20 foi fundada, por comerciantes e proprietários de Milfontes, a Sociedade Recreativa Milfontense, onde se realizavam bailes e jogos. As épocas festivas eram aproveitadas pela população para se divertir, destacando o Santo António e o São João.

Para além dos espetáculos e das feiras, os banhistas organizavam os seus próprios divertimentos, que incluíam passeios pelo campo, pela praia e pelo rio. O início do século XX foi marcado pela grande difusão da vida saudável, o que fez aumentar as atividades desportivas, como as regatas no rio. Mais tarde, iniciaram-se as procissões fluviais, em que participavam barcos de pescadores e de banhistas.



Figura 34 | Praia, início do século XX.



Figura 35 | Banhos, início do século XX.

Em 1927, o Guia de Portugal, no 2º volume dedicado ao Sul, fez uma breve referência a Milfontes. As notas escritas por Sarmento de Beires, destacaram Vila Nova de Milfontes como tendo ótimas condições balneares, clima temperado, ar fortemente salino e mar muito azul.

No entanto, não deixou de referir Milfontes como uma “vilazinha” com uma praia modesta, frequentada apenas por famílias da região, o comércio local limitava-se apenas a três lojas de mercearia de artigos diversos, poucas casas de aluguer e que não havia clubes de diversões. Na falta de diversões *pode-se matar o tempo pescando, caçando, remando, explorando as Furnas, barquejando no rio, estendendo os passeios sobre a areia até ao Canal (...)*.

Naturalmente, Beires tomava como padrão de referência as cosmopolitas e sofisticadas estâncias lisboetas, a que Milfontes não se podia comparar (Quaresma, 2003, p.13).

Com o passar no tempo e com o aumento da procura pelas praias do litoral, surgem novas exigências, novas modas e novas atrações. O cinema ao ar livre passou a ser uma das principais atividades de entretenimento. Nos anos 30, passaram a haver sessões na Barbacã que se tornavam verdadeiras noites de animação e convívio. Da mesma forma, surge o teatro do povo, ambulante e ao ar livre.

No entanto, as praias de Milfontes, continuavam a ser frequentadas sobretudo por população local. Uma das principais razões, era as dificuldades de transporte, existia uma fraca rede viária e os transportes ainda serviam mal a região. O caminho-de-ferro, concluído ainda no século XIX, passava longe e as intenções de construir uma via férrea entre Sines e Lagos com passagem por Milfontes, não foram avante. As estradas regionais tornavam-se um problema, mesmo quando o automóvel se tornou um importante meio de transporte. *Milfontes, completamente centrifugada, tornara-se mais do que nunca uma povoação no fim do ramal, onde se ia apenas intencionalmente* (Quaresma, 2003, p.16).

O meio de transporte ainda muito presente nesta altura, era o barco. Em 1933, foi construído em Milfontes o famoso barco que herdou o nome da vila. Este, servia de transporte entre Odemira e Vila Nova de Milfontes.



Figura 36 | Lançamento à água do barco Milfontes, 1933.



Figura 37 | Barco Milfontes, 1935.

Para além do Milfontes, outro barco muito conhecido com as mesmas funções do Milfontes (Figura 38 e 39), foi o Rio Mira (Figura 40). Construído também na vila, alguns anos mais tarde, em 1946.



Figura 38 | Barco Rio Mira, 1946.

No I Congresso Nacional do Turismo realizado em 1936, as preocupações a nível de higiene que tanto destaque tiveram, chegaram a Milfontes.

Começou a haver um cuidado especial por parte da Junta de Freguesia, para preparar a época balnear. De maneira a embelezar a vila, a Junta de Freguesia decidiu em 1930, plantar árvores nos seus largos. Já em julho de 1940, foram afixados editais apelando à população que limpassem as suas propriedades. A preocupação com a imagem da vila foi crescendo, desde a caiação dos muros da Barbacã e da escola primária, bem como melhor iluminação.

Nessa altura, muitos banhistas passaram a preferir a praia da franquia (a que se chamava também praia do Rio, ou praia dos Medos), mais adequado aos banhos e com um grande areal com declive acentuado bem exposto ao sol, *onde se armava uma linha de toldos e barracas de lona riscada de azul ou vermelho* (Quaresma, 2003, p.23).

O caminho que levava à praia da Franquia, designado por Avenida Marginal, foi criado nos anos 40. A abertura desta avenida foi deliberada numa reunião da Câmara, onde teve bastante adesão, tanto por banhistas, como residentes.

As restantes praias locais tinham menos procura, estando muitas vezes desertas. A praia do Farol, a mais resguardada dos ventos, mas com fama de perigosa devido ao repentino fundão, passou a ter alguns banhistas, porém o acesso a pé era difícil. À praia da Furnas ainda não eram muitos os apreciadores.

Já nos anos 40, iniciou-se o turismo social, quando em Portugal começaram a proliferar as colónias de férias, à semelhança do que se passava fora do país. Em 1942, organizou-se uma colónia de férias para as crianças do interior que nunca tinham visto o mar. A partir de 1959, a colónia infantil foi complementada com um colégio feminino, dando mais tarde origem ao Instituto de Nossa Senhora de Fátima. A colónia acabou por sofrer o impacto dos novos tempos, e os grandes grupos de crianças do meio rural alentejano foram desaparecendo das ruas de Milfontes. O turismo social deixaria mesmo de constituir o principal objetivo do Instituto.

Ainda na mesma década, as funções da Praça foram transferidas para o Rossio (Figura 41). O Rossio, anteriormente logradouro publico de carácter rural, passou a ser um espaço cívico de referência, onde existia o correio, o mercado, o posto médico, o talho, uma taberna e uma padaria.

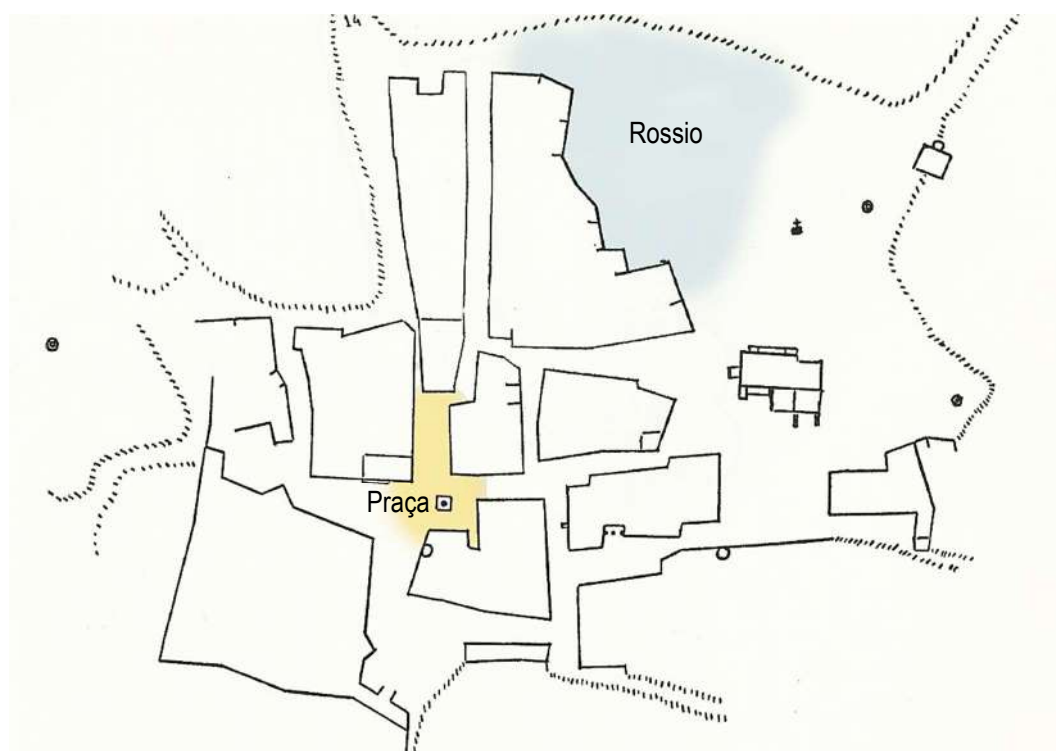


Figura 39 | Localização da Praça e do Rossio.

Apesar desta mudança de funções ter sido promovida pela Junta de Freguesia em 1947, devido alegadamente à falta de condições higiénicas da Praça. Consta que a verdadeira razão

tivesse sido uma grande pressão feita por algumas famílias ricas que tinham casa de veraneio na Praça e não suportavam o ruído e o cheiro da Praça, do que por uma verdadeira dinâmica socio urbana.



Figura 40 | O Rossio, a) Correios, 1950 e b) Bar Azul, 2017.



Figura 41 | O Rossio, a) Bancas para vendas hortícolas, 1950 e b) Junta de Freguesia, 2017.



Figura 42 | O Rossio, lugar do sino para anunciar a chegada do peixe, a) 1950 e b) 2017.

Por sua vez, a Barbacã (Figura 46), intitulada também como Passeio (o Passeio Público da época), que tinha sido local de venda de peixe, continuava a ser local de reunião de banhistas e moradores. De lugar privilegiado, era um verdadeiro miradouro sobre o estuário. Em 1943, foi inaugurada a escadaria da Barbacã até ao rio (Figura 47).

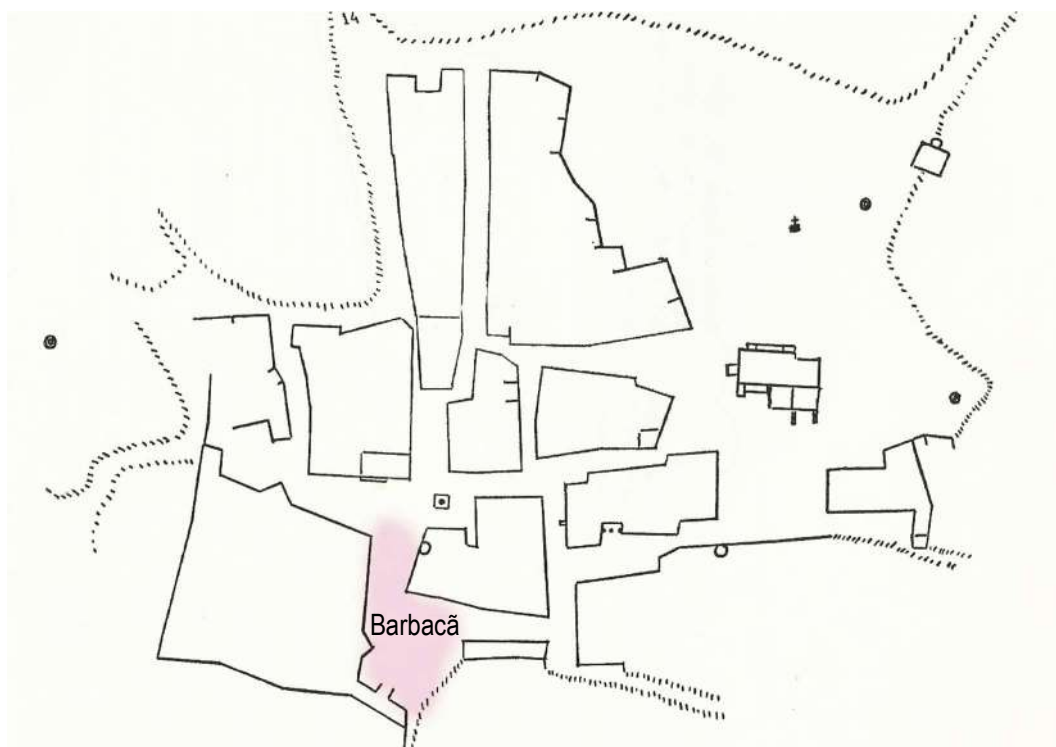


Figura 43 | Localização da Barbacã.



Figura 44 | Escadaria da Barbacã, a) anos 40 e b) 1952.

A partir dos anos 50, este espaço serviu também para a realização da festa da Nossa Senhora da Graça e de bailes noturnos.



Figura 45 | Barbacã, a) 1962 e b) 1969.

O crescimento da freguesia, começou a sentir-se a vários níveis. Em 1952, foram terminadas as obras de instalação da água canalizada. Nesse ano, Milfontes preparou-se para a inauguração do abastecimento público, com “grandiosos festejos” e presença do governador civil e do presidente da União Nacional (Figura 48).

Relativamente à luz elétrica, os velhos candeeiros a petróleo desta pequena vila foram substituídos apenas em 1965. Alguns banhistas organizaram então o “enterro do candeeiro”, brincadeira de tom elitista resultado da perfeita noção do que a eletricidade simbolizava.



Figura 46 | Cartaz da inauguração, 1952.

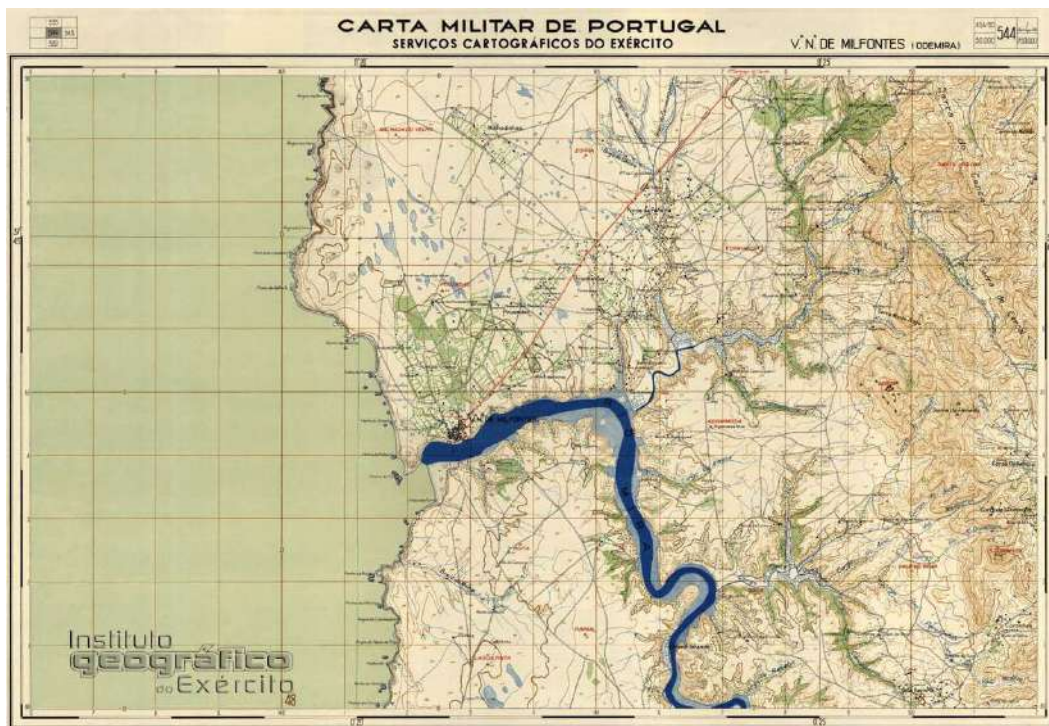


Figura 47 | Carta militar, 1952.

4.5 Massificação do turismo sazonal

O turismo baseado no lazer e numa cultura de consumo, converteu-se numa necessidade que permite contrabalançar a agitação que se tem no dia-a-dia. O turismo de sol e praia já se havia destacado de outros tipos de turismo. Deste modo, os pacatos recantos alentejanos, na primeira metade do XX, seguiram a tendência geral do resto do país a nível turístico.

Na passagem dos anos 50 para os 60, o visitante habitual tinha casa própria ou alugava. O aluguer de casas a banhistas representava um importante contributo para a economia de um certo número de famílias. Tinha-se tornado mesmo uma das formas mais benéficas de obter rendimento, numa comunidade cuja economia não era favorável.

O impacto relativo ao aumento de famílias na economia local não se limitava ao aluguer de casas. O pequeno comércio e a pesca artesanal, aumentada a procura, também animavam a vila.



Figura 48 | Centro Comercial, a) anos 50, b) anos 60 e c) 2017.

Aproximava-se a década demograficamente recessiva de 60, década de emigração e de mobilização militar. Turisticamente não existiam grandes mudanças, embora a afluência tivesse aumentado. Milfontes, bem como as restantes praias do concelho, continuava entre as praias de 3.^a ordem, conforme a classificação oficial destinada a tabelar as licenças para armar barracas e toldos.



Figura 49 | Praia da Franquia, anos 60.

Um jornal local, em 1960 referia que apesar da crescente importância económica do turismo, o seu impacto local não se alterava de forma muito marcada. A vila voltava à habitual pacatez assim que terminava o verão, como recorda uma antiga banhista: *A seguir ao equinócio de setembro, faziam-se as malas, fechavam-se as casas e as famílias partiam. Os sinais do fim das férias surgiam com um rigor matemático: o vento rodopiava, de repente, para o quadrante sul e as nuvens desfaziam-se numa chuvada grossa que espalhava no ar um cheiro intenso a terra molhada. Ao mesmo tempo, o mar embravecia e revolia-se nos fundos, arrastando para as praias pedaços de madeira e restos de boias e de redes, e empurrando rio acima uma espumarada espessa que turvava a limpidez das águas. Vila Nova voltava, então, ao esquecimento do mundo até ao Verão seguinte e a maioria da população, pescadores e camponeses pobres, preparava-se para os rigores da invernia, entregue a si própria e à penúria das papas de milho, das favas e das batatas-doces, produto dos brejos.*⁹

Parte da população partiu para a metrópole lisboeta, procurando uma melhor qualidade de vida, mas o número de fogos não deixou de aumentar.

Iniciou-se uma transformação no turismo local, aparecem mais turistas estrangeiros, surgem os primeiros campistas e alguns turistas de Lisboa começam a vir assiduamente para a região. Todavia, também entre a população do concelho a “ida à praia” se tinha tornado um hábito popular (Figura 52).



Figura 50 | Praia da Franquia, anos 60.

⁹ Isabel Santos, “Vila Nova de Milfontes: para que conste”, in Grande Reportagem, n.º 7, Ano II -2.ª série, Julho/Setembro de 1991, pp. 126, citada por QUARESMA, António (2003) O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes, milfontes.net.

A década de 60 marca o início da atual fase de crescimento. Lenta primeiro e explosiva nos anos 70/80, a expansão urbanística leva a vila até ao Montinho, Rua do Pinhal, estrada do Cercal, e transfere para aí a parte mais ativa da povoação. As urbanizações crescem, num ritmo rápido, o Monte Vistoso, o Monte da Rosa, o Moinho de Vento, a Eira da Pedra, tornam-se manchas de ocupação cada vez maiores. A última década é a época da construção clandestina e da adulteração dos elementos arquitetónicos da região. A habitação passa a conter vários anexos para alugar durante a época balnear. O turismo determina o crescimento urbano e a organização funcional da habitação.

Os transportes rodoviários ganharam uma maior importância, ao invés dos marítimos, ao ponto de se extinguir o movimento do porto comercial, o que certamente contribuiu para a partida de população. Em 1966 saiu pela barra do Mira o último barco de cabotagem.



Figura 51 | Fotografia aérea, 1969.

Embora se registasse um decréscimo demográfico até ao início dos anos 70, o pequeno aglomerado manteve as suas características rurais e piscatórias. Foi nessa década, principalmente após a revolução de 1974, que se começou a converter num dos principais polos turísticos regionais, aumentando rapidamente a sua população (Figura 54).

Quadro da População — 1864 - 1980 (208)

	Fogos	POPULAÇÃO PRESENTE			Variação	Densidade
		Homens	Mulheres	Total		
1864	164	409	311	720		8,8
1878	165	346	278	624	— 96	7,9
1890	169	385	304	689	+ 65	8,5
1900	188	452	373	825	+ 136	10,1
1911	220	486	436	922	+ 97	11,3
1920	307	763	666	1429	+ 507	17,6
1930	373	819	812	1631	+ 202	20,1
1940	546	1114	1012	2126	+ 495	26,3
1950	599 a)	1326	1120	2446	+ 320	30,1
1960	980	1490	1316	2806	+ 360	34,8
1970	770 a)	1050	1125	2175	— 651	26,8
1980	1009 a)	1479	1420	2899	+ 724	35,7

a) Famílias.

Figura 52 | População residente 1864-1980.

Já a partir dos anos 70, o turismo tinha iniciado um processo de massificação e deixado de ser um fenómeno elitista. A progressiva industrialização tornava a população cada vez mais urbana, em que o direito às férias e ao lazer, estava largamente difundido.



Figura 53 | Praia da Franquia, a) e b) 1970.

Enquanto Sines, priorizava o desenvolvimento portuário e industrial, o turismo tornava-se pouco explorado. Ao invés, as praias da região como Porto Covo, Milfontes, Zambujeira, Almogrove e Odeceixe transformavam-se em estâncias da moda, procuradas tanto por portugueses, como estrangeiros. Toda a extensão de costa tornou-se bastante atrativa em termos turísticos, alterando o seu cenário característico. A antiga atividade agrícola cedeu a apropriação do espaço às

atividades turísticas (particularmente à ocupação de carácter urbano). Apesar da sazonalidade, o turismo tornava-se desde cedo, o grande motor local da economia e das mudanças. O fluxo turístico foi aumentando de forma progressiva, pelo que se diversificou a oferta comercial de serviços, ocorrendo uma verdadeira explosão da construção urbana.



Figura 56 | Aglomerado urbano, anos 70.

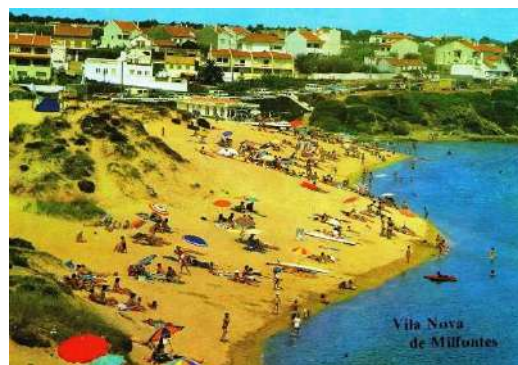


Figura 57 | Praia da Franquia. anos 70.



Figura 58 | Família na praia da Franquia, 1977.



Figura 59 | Barco nas águas do rio Mira, 1979.

Alguns banhistas chegavam a construir as suas próprias casas, com vistas privilegiadas para o rio. Para além deste aumento de habitações, Milfontes foi também local privilegiado para campismo selvagem, nos tempos em que era permitido acampar em qualquer sítio, sem restrições.

Segundo o autor Quaresma, 1988, dizia-se que nos maus anos agrícolas, não existiam lavradores doentes a precisar de praia, apenas quando o rendimento da terra permitia maior desafogo económico, é que muitos lavradores desciam ao mar.

As relações dos frequentadores habituais com a gente da terra efetuavam-se principalmente através dos serviços prestados por esta. Era clara a distinção entre os dois grupos, separados geralmente pela diferença económica e social. Pela mão de banhistas houve quem obtivesse melhor qualidade de vida, numa altura em que, como no resto do País rural, muita gente procurava

oportunidades que na sua terra escasseavam. O fluxo de turistas engrossou de ano para ano e toda a Costa Alentejana se tornou num apetecido bem de consumo. A antiga atividade agrícola cedeu, nalguns casos de forma avassaladora, a nova apropriação ligada às atividades turísticas (particularmente à ocupação de carácter urbano).

Progressivamente, foi aumentando a economia, multiplicou-se e diversificou-se a oferta comercial e de serviços. Deu-se uma autêntica explosão da construção urbana e a sociedade local transfigurou-se. O turismo torna-se, localmente, gerador de mudanças e fator capital na conformação dos padrões de vida.

Com a construção da ponte sobre o Mira (Figura 60) concluída em 1978, o serviço de travessia marítima entre as margens é prestado apenas no Verão e utilizado quase exclusivamente por turistas que frequentam as praias do sul.



Figura 60 | Construção da Ponte sobre o rio Mira, a), b), c) e d) 1977.

Nessa altura, o campismo selvagem (Figura 62), foi uma alternativa muito procurada ao aluguer de casa. A liberdade de escolha para acampar permitia uma localização privilegiada e a topografia quase plana perto das praias, tornava esses locais favoráveis à prática desta atividade. Os balneários públicos eram bastante frequentados nesta altura, servindo de apoio aos campistas.



Figura 61 | Avenida da Praia, 1984.



Figura 62 | Campismo selvagem, a) e b) anos 80.



Figura 63 | Fotografia aérea, 1987.



Figura 64 | Carta Militar, 1991.

4.6 O planeamento territorial e a dimensão sociodemográfica

É a partir da década de 60 que se verificou um *crescente interesse pela problemática do desenvolvimento regional, das assimetrias regionais e da importância das infraestruturas para minorar esses desequilíbrios* (Vieira, 2007). Contudo, só a partir dos anos 80, é que começou a ser implementado em Portugal, por o então ministro Ribeiro Teles. A freguesia de Vila Nova de Milfontes, é abrangida por vários instrumentos de gestão territorial em vigor e de diferentes âmbitos.

O início de uma preocupação ambiental materializada, foi marcada pela criada Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, segundo o Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de junho, a cargo de uma administração conjunta entre camaras municipais e a SNPRCN. Seguidamente, já em 1995, com o Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de setembro surge o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Ainda no mesmo ano, o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (Figura 65), foi aprovado segundo o Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de dezembro.

Mais uma vez, a necessidade de proteção dos valores naturais, paisagísticos e arquitetónicos face à legislação até então em vigor, obrigaram à atualização do POPNSACV em 2011, pela Resolução de Ministros n.º173/2001, de 28 de dezembro, assegurando assim, o zonamento de todo os territórios abrangidos pelo Parque.

Ao longo dos vários anos de existência do Plano, surgiram novas reflexões e avanços no conhecimento sobre os valores naturais, paisagísticos e culturais, assim como a necessidade de aperfeiçoar as formas de gestão do território. É então feita uma nova atualização do Plano, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º11-B/2011, de 4 de fevereiro.

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina adquire uma importância particular, abrangendo uma área que serve de interface, onde existe uma grande variedade de *habitats*. Desenvolve-se



Figura 65 | Carta de Enquadramento Regional, POPNSACV.

desde a ribeira da Junqueira, a norte de Porto Covo, no concelho de Sines, até ao limite do concelho de Vila do Bispo, junto ao Burgau, passando pelos concelhos de Odemira e Aljezur. É uma zona costeira arenosa com cerca de 60ha de área terrestre e 29ha de área marítima, desenvolvida ao longo de uma faixa variável limitada pela EN120.

Caraterizado a nível ambiental, essencialmente pela diversidade paisagística e ecológica, de arribas, praias, ribeiras e sapais, o Parque apresenta uma importante composição faunística e florística. Para além da pouca intervenção no território pouco, ainda existe uma parte significativa do Parque ocupada por solo agrícola e florestal.

A nível urbano, é caracterizado por aglomerados de edificação dispersa. Ao mesmo tempo, e havendo um território cada vez mais explorado pela expansão urbana, as atividades ligadas ao mar, ainda têm uma forte expressão, tanto no mar como nos estuários dos rios.

A responsabilidade de uma gestão costeira integrada de um território deve ir mais além do seu valor económico, em prol de uma maior sustentabilidade, que assente também na preservação e manutenção das potencialidades da biodiversidade local (Nabais, Ana, p.43).

No entanto, o perímetro urbano de Vila Nova de Milfontes (definido no PU) fica isento de qualquer regime de proteção (Figura 66).

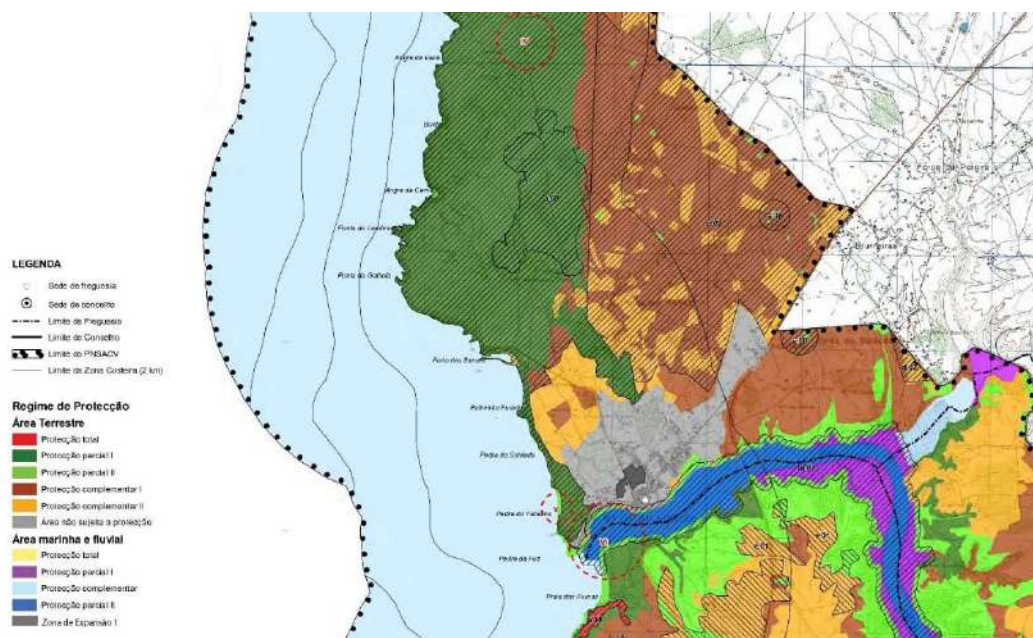


Figura 6654 | Extrato Planta Síntese, POPNSACV.



Figura 67 | Extrato Carta equipamentos, zonas e elementos de atração recreativa/turística terrestre e marinha, POPNSACV.

Existem outros instrumentos de gestão territorial, para além dos PROT e dos PMOT, que atuam na área abrangida pelo PNSACV, que embora na forma de diretrizes gerais, promovem a sustentabilidade ecológica e urbana do Parque. Dos quais fazem parte:

- Plano de Bacia Hidrográfica do Mira - Decreto-Regulamentar nº5/2002, de 8 de fevereiro;
- Plano de Bacia Hidrográfica do Sado - Decreto-Regulamentar nº6/2002, de 9 de março;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008, de 5 de junho;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau (POOC) - Resolução do Conselho de Ministros nº152/98, de 30 de dezembro;

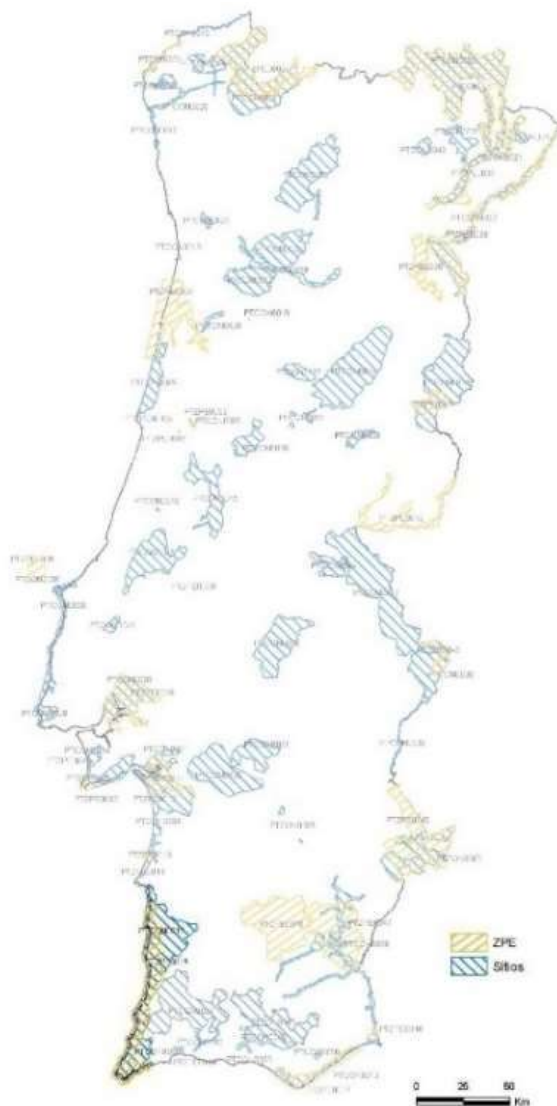


Figura 68 | Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

A nível regional, o ano de 1993 destacou-se como um novo período para o ordenamento do território do Alentejo Litoral e consequentemente para Odemira, nomeadamente com a publicação do Plano Regional de Ordenamento do Alentejo Litoral, Decreto-regulamentar 26/93, de 27 de agosto. Uma vez que o litoral Alentejano foi considerado uma área de intervenção prioritária que merecia atenção imediata do Governo por constituir um conjunto de ecossistemas de enorme fragilidade. Ainda a nível regional, foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral, Decreto-regulamentar nº39/2007, de 5 de abril. Poucos anos depois, em 2009 surge o Plano Regional de Ordenamento do Alentejo, mais abrangente.

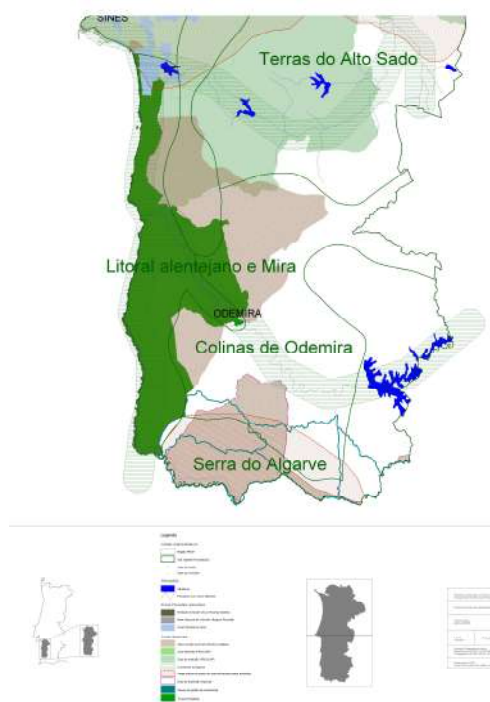


Figura 69 | Planta síntese, PROF AL.

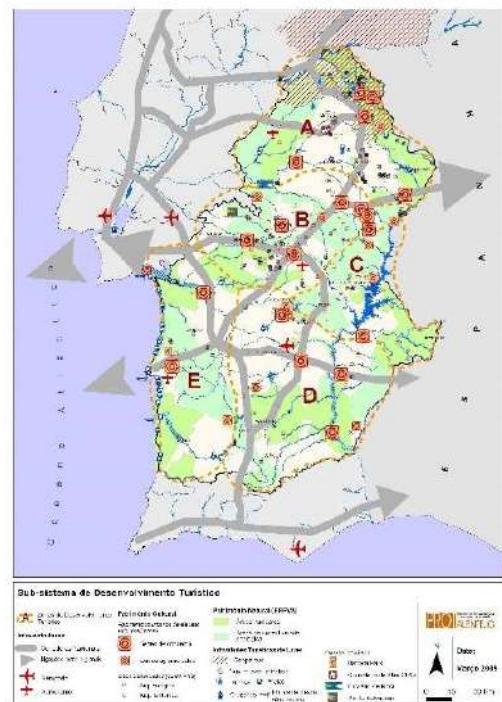


Figura 70 | Planta Subsistema de Desenvolvimento Turístico, PROTA.

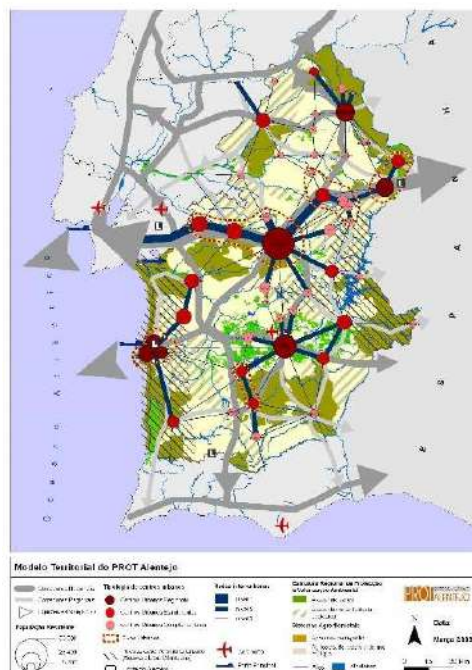


Figura 71 | Planta Sistema Urbano e de Suporte a Coesão Territorial, PROTA.

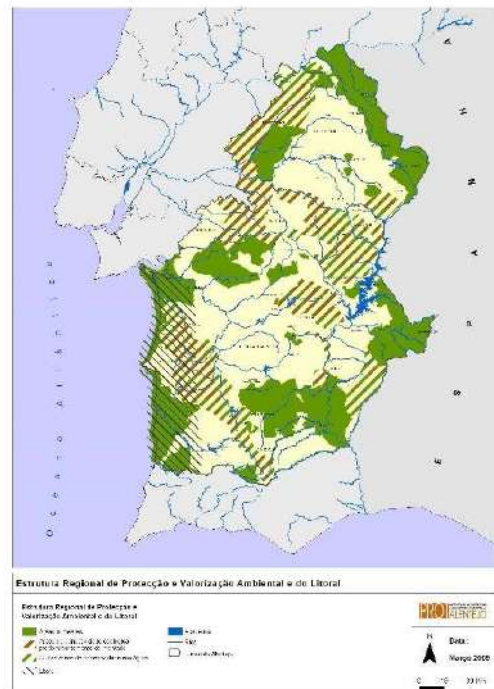


Figura 72 | Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral, PROTA.

De acordo com o PROTA, existem zonas com características distintas no Concelho de Odemira (Figura 73).

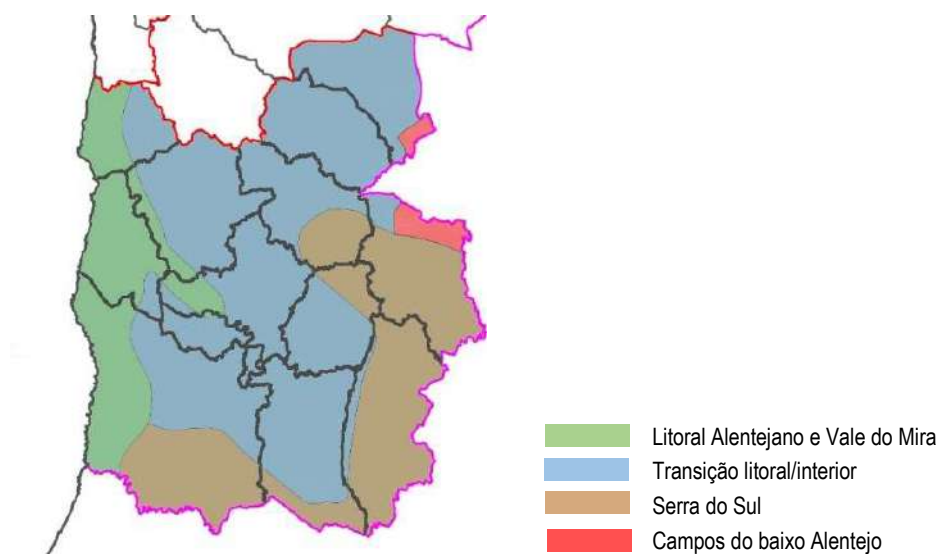


Figura 73 | Unidades de Paisagem, PROTA.

A faixa **Litoral Alentejano e Vale do Mira** é caracterizada pelas praias e pelos tradicionais portos de pesca. A extensa planície, proporciona realidades com percursos de ocupação do território de dinâmicas sociodemográficas díspares ao longo dos tempos. Dos 55 km de costa atlântica, 12 km são de praia, e que se destacam pela sua beleza singular. Esta faixa do concelho de Odemira, tem a particularidade de que se encontra totalmente inserida no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. O litoral tem a maior expressão do turismo nos seus principais aglomerados urbanos, sobretudo nas localidades de Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira do Mar. Com uma natural vocação turística, inclui as terras abrangidas pelo perímetro de rega do Mira, que integram a Reserva Agrícola Nacional, abastecidas a partir da barragem de Santa Clara que se encontra preparada para beneficiar 12000 ha de terrenos agrícolas. Estas circunstâncias também favorecem uma fauna e flora aquática muito rica. *A grande ameaça a este território situa-se a Norte, com a presença do porto e indústria de Sines* (Pré-diagnóstico Concelho Odemira, 2005).

A **faixa de transição litoral/interior**, recortando o concelho, serve de charneira entre a planície, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior.

Por último, a **faixa Serra do Sul** do concelho, distinta pela sua orografia irregular, apresenta uma variação até 516 metros de altitude e é o cenário com maior mancha florestal do país. A morfologia dos terrenos torna-os de difícil acesso, sendo determinante para o isolamento da

Através da Lei n.º 48/98, finalmente, foram deliberadas e implementadas as Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, trazendo alguma hierarquia ao quadro normativo já existente. Finalmente, só em 2000, foi aprovado o PDM do concelho de Odemira (Figura 74), articulado com os planos de hierarquia superior.



Figura 74 | Extrato Planta de Ordenamento, PDM Odemira.

O PDM de Odemira classificou os aglomerados urbanos em três categorias, consoante a sua localização no território, população, acessibilidades e funções centrais. Vila Nova de Milfontes insere-se na Categoria I. Consideram-se *aglomerados urbanos, os espaços urbanos e urbanizáveis, consolidados ou em processo de consolidação, que dispõem de níveis mais elevados de infraestruturação e de equipamentos* (Decreto-Lei n.º 244/10, de 20 de dezembro).

Por esse motivo, não se verifica nenhuma condicionante. Havendo apenas uma referência ao Forte de Vila Nova de Milfontes.

No entanto, antes da existência do PDM, já tinha sido aprovado um Plano de Pormenor da Recuperação da Zona de Construção Clandestina dos Alagoachos na Freguesia de Vila Nova de Milfontes, aprovado em 1992. O Plano de Urbanização (Figura 75) já é um instrumento mais recente, aprovado em 2004 torna-se o plano com maior incidência na Freguesia, definindo o perímetro urbano, determinando o conjunto dos espaços urbanos e urbanizáveis e espaços verdes urbanos, de acordo com o zonamento proposto no Plano Diretor Municipal de Odemira.

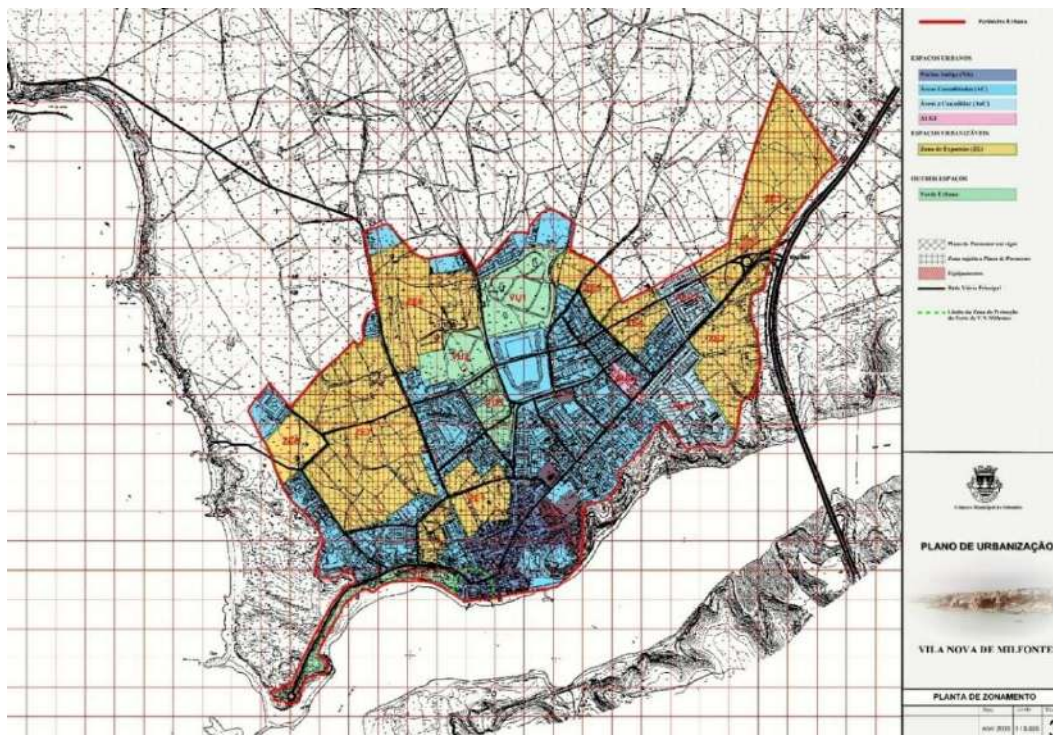


Figura 75 | Plano de Urbanização de VNMF.

Mais recentemente, em 2012 foi aprovado o Plano de Pormenor da ZE 2 – Brejo dos Pinheiros e ZE 3 – Monte Da Pedra (Figura 76). Apesar de se encontrar em vigor, ainda não foi iniciado.



Figura 76 | Plano de Pormenor da ZE 2 – Brejo dos Pinheiros e ZE 3 – Monte Da Pedra.

A responsabilidade de uma gestão costeira integrada de um território deve sobrepor-se ao seu valor económico, em prol de uma maior sustentabilidade, que assente na preservação da biodiversidade local. É necessário que haja um consenso no desenvolvimento e proteção destas áreas tao sensíveis e singulares.

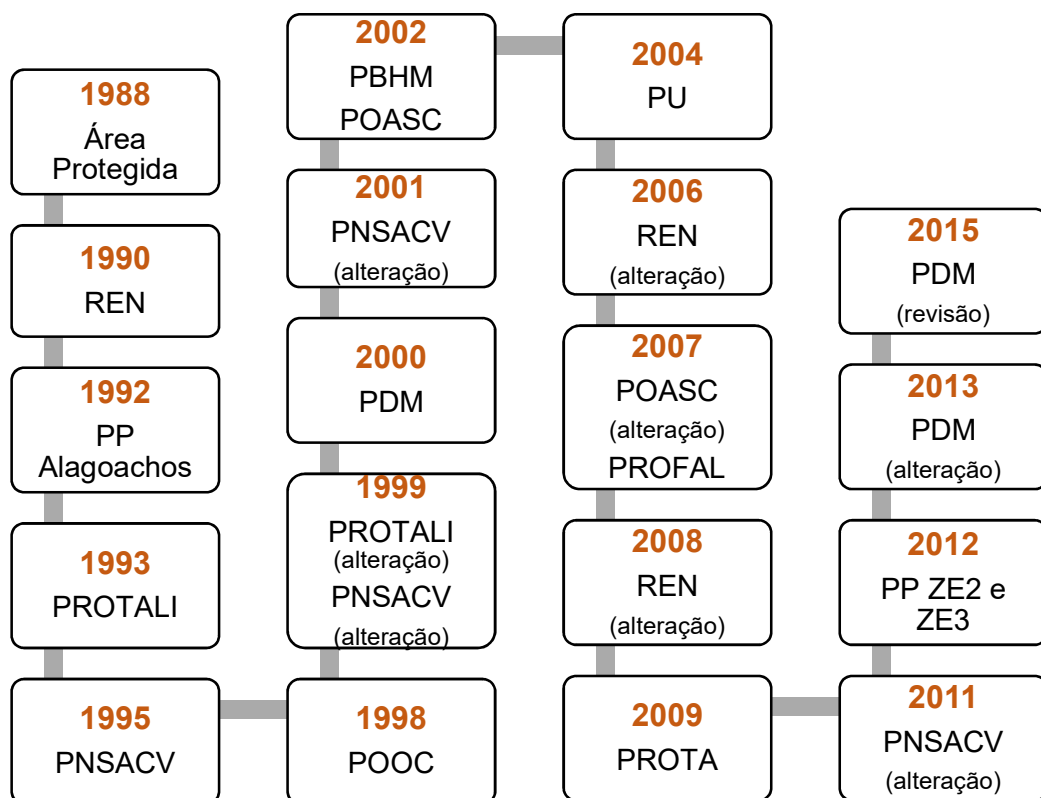


Figura 77 | Esquema síntese dos planos existentes.

Relativamente à realidade sociodemográfica desta região, esta tem uma tendência natural de perda de população, acentuando o envelhecimento populacional. Este fenómeno verifica-se de forma mais acentuada no interior do concelho, onde existe uma maior ruralidade. Enquanto que no litoral, por ter um carácter mais urbano, esta tendência não é tão evidente.

Embora o panorama demográfico seja de desânimo, os lugares isolados começam a ser repovoados e a cultura rural tem adquirido um novo peso, atraindo muitos admiradores, maioritariamente estrangeiros, que escolhem Portugal como refúgio. Para além deste fluxo populacional, existe ainda um elevado número de imigrantes de países de Leste que trabalham nas estufas e nas grandes produções agrícolas. No entanto, é difícil contabilizar este número, pois a maioria ainda não está legalizada.

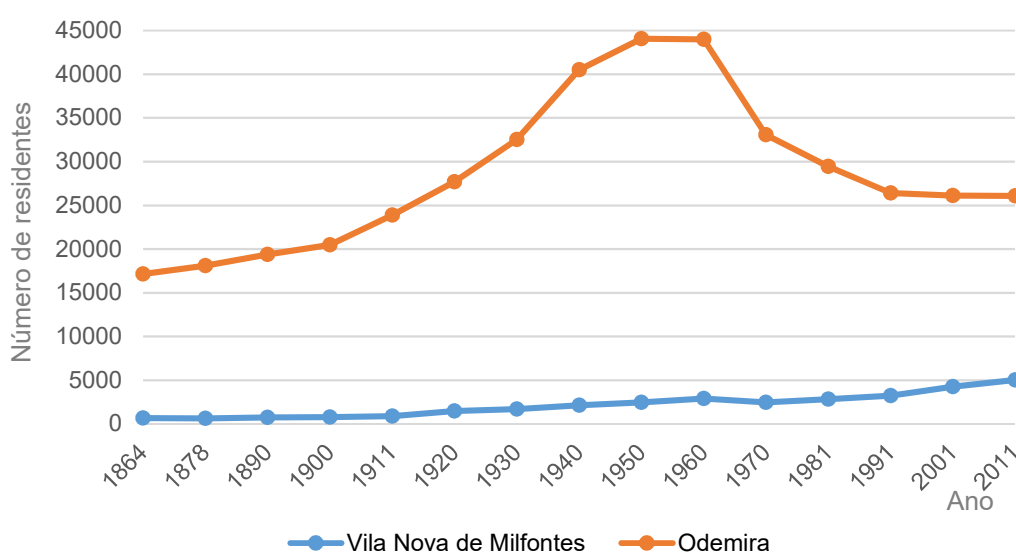


Figura 78 | Evolução da população residente entre 1864 e 2011.

Apesar de ser grande a discrepância do número de residentes de Vila Nova de Milfontes face ao total de residentes do Município (Figura 78), esta é a segunda freguesia com mais residentes (Figura 79). A freguesia que lidera em termos de número de residentes é São Teotónio, como se pode visualizar no gráfico seguinte. As freguesias do S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes são os principais centros urbanos, correspondendo a 22,3% do território do concelho e representam 46% do total da população residente. A freguesia de VNMF, de acordo com os censos 2011, tem 5031 habitantes.

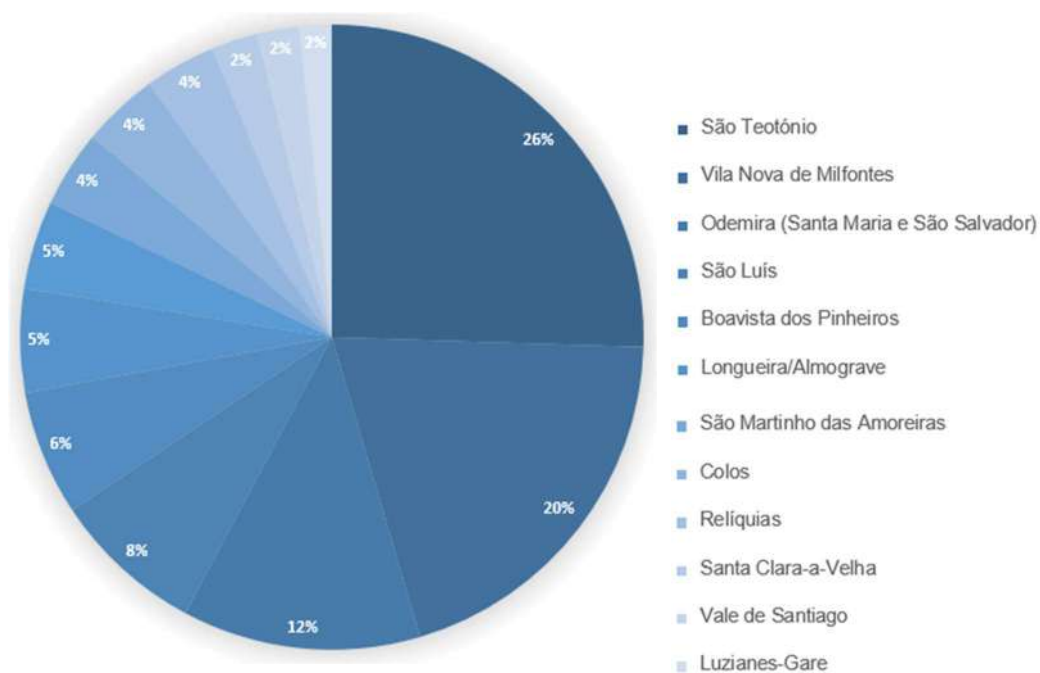


Figura 79 | População Residente nas Freguesias, 2011.

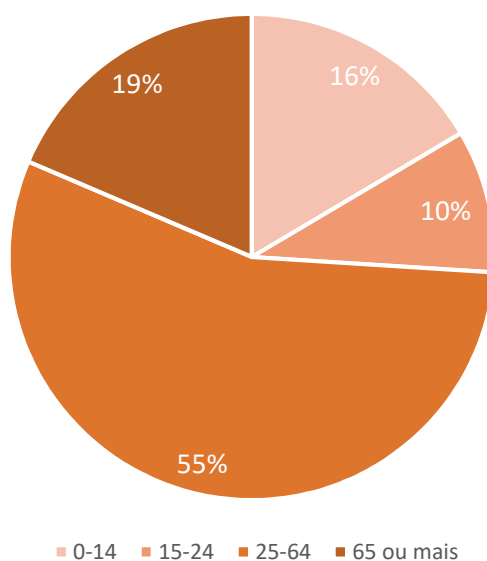


Figura 80 | População Residente por faixa etária, Censos 2011.

Relativamente às faixas etárias, os valores mostram que apesar do aumento de habitantes, a população é maioritariamente envelhecida (Figura 80). No entanto, não é o intervalo mais envelhecido se encontra o valor mais alto. Onde o se localiza o menor número de habitantes é no intervalo dos 15 aos 24 anos.

A nível de escolaridade, a população ativa tem um nível de escolaridade baixo (Figura 81) e poucas qualificações profissionais, não se encontra ainda devidamente formada de modo competir com as rápidas evoluções globais. No início de 1990 a taxa de abandono escolar era de 40%. Os esforços por parte do município e outras entidades para combater a elevada taxa, fez diminuir significativamente este parâmetro, sendo atualmente de 11%. Nos gráficos acima é possível verificar que o nível de escolaridade mais frequente é o Ensino Básico, pelo que confirma um baixo nível de escolaridade. E por sua vez, dentro da população que tem apenas o Ensino Básico, a maioria tem unicamente o 1º ciclo (Figura 82).

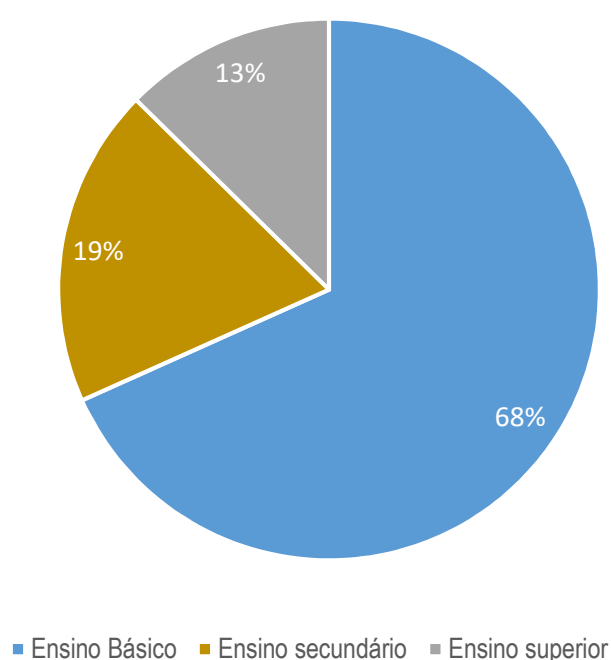


Figura 81 | População Residente Nível de Escolaridade, 2011.

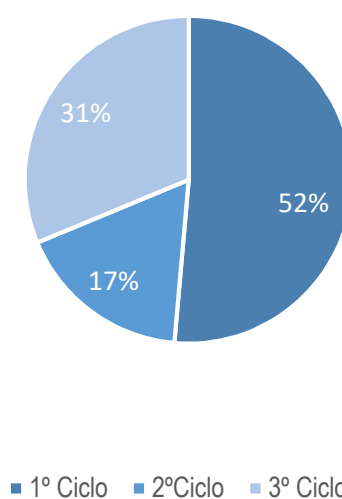


Figura 82 | População residente, Nível de Ensino Básico, 2011.

Um dos maiores problemas surge pela grande extensão do território que obriga a deslocamentos por parte dos alunos, o que faz com que tenham grandes períodos de espera, sem existir locais adequados onde possam ocupar esse tempo livre. A questão das longas distâncias e a deficiente oferta da rede de transportes é efetivamente um problema, afetando principalmente, idosos e crianças.

4.7 Turismo, requalificação e ambiente

Com o passar dos anos, são cada vez maiores os desafios a enfrentar para a melhoria das condições da vida no mundo. Um dos maiores é relativo à mudança de atitude em relação ao meio ambiente. A problematização e o entendimento das consequências de alterações no ambiente permitem compreendê-las como algo produzido pela mão humana, em determinados contextos históricos, e comportam diferentes caminhos de superação. A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza.

Atualmente, a humanidade tem se vindo a preocupar cada vez mais com a necessidade da preservação do meio ambiente. Tal urgência de preservação decorre da deterioração da natureza e do seu uso sem medidas e imprudente.

Começa-se a perceber que a proteção ao meio ambiente é determinante para a sua própria sobrevivência. No entanto, é suficiente existir uma preocupação em preservá-la. O agravamento da situação ambiental tornou necessário que hajam mecanismos e uma nova abordagem para o preservar efetivamente.

Perante esta consciencialização, surgem cada vez mais operações de requalificação e valorização ambiental. Beneficiando de uma localização privilegiada, Vila Nova de Milfontes tem no Rio Mira e no Oceano Atlântico dois palcos naturais de excelência.

O Município de Odemira assume-se como um concelho onde as questões ambientais e de sustentabilidade são relevantes para a qualidade de vida dos seus munícipes, procurando desenvolver estratégias de adaptação e crescimento que possibilitem a igual oportunidade de recursos a toda a população (CM Odemira, 2017).

A diversidade e a autenticidade desta região é garantida pela riqueza paisagística da serra e da planície, clima ameno, rio, cascatas, portos de pesca, moinhos de vento e de maré, o património arquitetónico, património arqueológico, feiras, tradições, e cultura.

O mar e o rio Mira



Figura 83 | a) e b) Mar.

Figura 84 | Rio Mira.

Paisagem



Figura 85 | Rocha D'água D'alto.

Figura 86 | Vista aérea sobre VNMF.

Figura 87 | Fauna.

Tradição e Património



Figura 88 | Igreja Nossa Senhora da Graça.

Figura 89 | a) e b) Artesanato.

Desde 2006 que as responsabilidades de gestão das zonas costeiras, estão a cargo do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Decreto-lei n207/2006, 27 de outubro), cujas competências administrativas estão entregues às diferentes entidades, conforme as localidades. Isto levou à falta de entendimento entre IGT's e a concretização de forma integrada que envolvam diferentes temáticas.

Surge assim o documento Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, segundo Resolução de Conselho de Ministros nº82/2009, a 8 de setembro, sublinhando a necessidade de preservação dos valores naturais.

A Resolução de Conselho de Ministros nº90/2008, de 5 de junho, apresentou operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária designada por Polis Litoral – Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira (Figura 90).

Cujos objetivos são:

- 1- *Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável.*
- 2- *Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais.*
- 3- *Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural.*
- 4- *Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.* (Resolução de Conselho de Ministros nº90/2008, de 5 de junho)

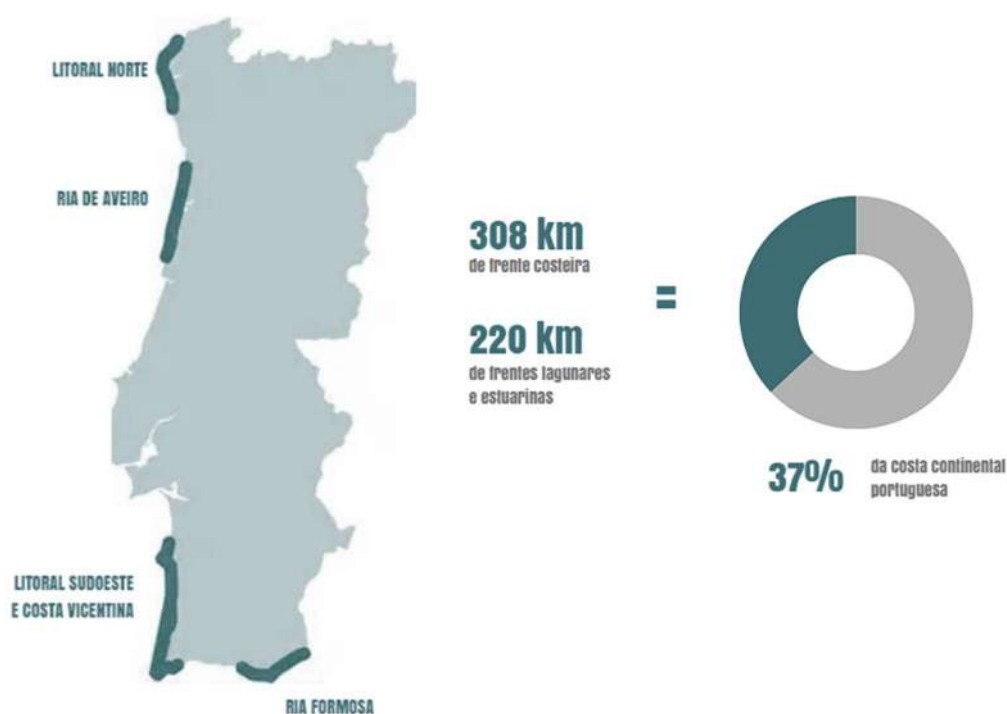


Figura 90 | Áreas de implementação da Polis Litoral.

É necessária a intervenção de planos de análise e estratégicos, exteriores aos IGT's, de forma a conseguir um melhor entendimento e execução entre os propósitos dos planos as intenções dos mesmos. Estes planos, neutros face dos interesses tanto do ICNF, como das Câmaras Municipais, podem solucionar e reverter situações de risco, contribuindo diretamente para a melhoria de vida das populações.

A Polis Litoral Sudoeste - Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em conformidade com o Decreto-Lei nº244/2009, de 22 de setembro, elaborou o Plano Estratégico da Intervenção que enquadra e define a estratégia e as ações a levar a cabo no âmbito do Polis Litoral para este território. Tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional em articulação com os Municípios abrangidos e com o apoio da Parque Expo 98.

As potencialidades inerentes a este tipo de território (mar, praia e turismo) estão diretamente ligadas à sua degradação. A estratégia de intervenção tem por base a identidade biofísica, ecológica, urbana, económica e social da faixa litoral entre São Torpes (Sines) e o Burgau (Vila do Bispo).

- 1- Valorização do património cultural e paisagístico;
- 2- Qualificação territorial de suporte às atividades económicas tradicionais;
- 3- Diversificação da vivência do território potenciando os recursos endógenos.

Eixo 1

Valorização do património cultural e paisagístico

- Proteção dos sistemas dunares e arribas
- Requalificação ambiental e reabilitação do património natural
- Reposição das condições de ambiente natural pela recuperação e proteção dos sistemas costeiros

Eixo 2

Qualificação territorial de suporte às atividades económicas tradicionais

- Qualificação e valorização da atividade piscatória
- Valorização e qualificação de espaços balneariais
- Qualificação urbana de pequenos aglomerados costeiros

Eixo 3

Diversificação da vivência do território potenciando os recursos endógenos

- Estruturas de suporte a atividades turísticas de relação com a natureza
- Promoção da mobilidade sustentável
- Equipamentos de divulgação cultural e científica
- Marketing territorial

ÁREA DE INTERVENÇÃO
9500 ha = 10.000 campos de futebol

FRENTE COSTEIRA
150 km = 16% da costa continental portuguesa

Figura 91 | As ações previstas no âmbito do Polis Litoral Sudoeste.

É neste contexto de requalificação e valorização ambiental que incidem as operações da Polis Sudoeste, inerentes ao território de Odemira, com incidência direta a Vila Nova de Milfontes.

- Sistemas dunares e arribas (em curso)



Figura 92 | Desassoreamento do rio Mira.



Figura 93 | Instalação da draga.

- Valorização e qualificação da Praia



Figura 94 | a) e b) Valorização e qualificação da Praia do Malhão.

- Espaços Balneares



Figura 95 | Valorização e qualificação da Praia das Furnas.

- Atividades Piscatórias



Figura 96 | Portinho do Canal.

- Requalificação do aglomerado urbano costeiro (em curso)



Figura 97 | a) e b) Requalificação do aglomerado urbano.

Com o aumento de atenção perante as questões ambientais, é igualmente importante que haja uma estreita proximidade entre o município e a população. Em 2010 foi implementado o Balcão Único (Figura 98) na freguesia de Vila Nova de Milfontes, tendo por objetivo melhorar as condições de atendimento, reunindo num único espaço de atendimento



Figura 98 | Balcão Único, VNMF.

presencial todo o atendimento administrativo, reduzindo os custos e a demora no atendimento entre a população e o Município de Odemira, tornando os serviços municipais mais eficientes. Sendo o maior concelho do país, houve necessidade de descentralizar o atendimento ao público, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços municipais. Os serviços do Balcão Único incidem sobre as várias áreas de atuação da autarquia, desde urbanismo e edificação, atividades económicas, águas e resíduos, rede viária, toponímia, cemitérios, educação e ação social, juventude, cultura e desporto.

O Balcão Único é uma das medidas desenvolvidas no âmbito do Projeto de Simplificação Administrativa Municipal – Odemira simplifica e uma das medidas de simplificação administrativa candidatas ao Programa Simplex Autárquico (CM Odemira, 2017).

No ano seguinte, em 2011 surge um novo projeto inovador, o Orçamento Participativo. Este, é um processo democrático participado, através do qual os cidadãos têm a possibilidade de contribuir para a decisão da aplicação de uma parte dos recursos públicos disponibilizados pelo Município.

Este processo tem como principais objetivos uma maior aproximação das políticas públicas às reais e expectantes necessidades dos cidadãos e ao mesmo tempo potenciar o exercício de uma cidadania participada, ativa e responsável (CM Odemira, 2017).

O Orçamento Participativo de Odemira tem sido amplamente reconhecido a nível nacional pela inovação de processos, pela sua qualidade e rigor, sendo considerado um dos melhores do país. Deste reconhecimento resultou um prémio de Melhor Município do Alentejo do ano 2014, uma iniciativa promovida pela plataforma UM-Cidades, que visa reconhecer as boas práticas dos municípios portugueses, ao qual o Município de Odemira concorreu com o seu modelo de OP. Em 2016 foram propostas iniciativas em todas as 13 Juntas de Freguesia de Orçamentos Participativos Locais, tornando assim o Município de Odemira como o 1º concelho 100% OP do País.

Na mesma linha de valorização e proteção ambiental, surge um dos maiores projetos da região. Uma das melhores formas de conhecer a região, é percorre-la. É perante essa constatação que surge a Rota Vicentina (Figura 99), que conjuga tanto o litoral como o interior. Criada em 2013, desenvolvida em parceria entre entidades públicas e empresários locais, aposta no turismo de natureza como via de desenvolvimento, sendo a forte atração desta região. Articula os valores naturais e culturais, permitindo sustentar pequenos negócios durante todo o ano. A rota oferece três alternativas: o Caminho Histórico, Trilho dos Pescadores e Percursos Circulares.

Pretende afirmar-se como uma característica marcante da região, *através de uma das práticas mais naturais à condição humana – a caminhada – e contribuindo de forma inequívoca para a sustentabilidade do mundo rural, através da dinamização da atividade económica, estímulo das atividades e serviços já existentes, manutenção e reforço das tradições e cultura locais, incentivo à criação de novos negócios e promoção do destino fora das épocas de maior afluência* (Rota Vicentina, 2017).

Existe uma consciência de que esta região é um dos últimos refúgios naturais da costa sul da Europa. Por esse motivo, os empresários, instituições e população local temem pela sua destruição e estão determinados em preservar o que a torna tão especial, tendo como principais objetivos:

- *Afirmar o Sw de Portugal como destino internacional de turismo de natureza, sensibilizando todos para a importância ambiental e cultural da região;*
- *Regular a passagem de caminhantes por zonas ambientalmente sensíveis;*
- *Consolidar rede de desenvolvimento (empresas, instituições, população);*
- *Dotar a região de infraestruturas públicas de usufruto da natureza, aproximando o turista da população local;*
- *Estimular a oferta existente em época média/baixa e criar novas oportunidades de negócio.*



Figura 99 | Rota Vicentina.



Figura 100 | Logotipo, Rota Vicentina.

As ações que tanto pretendem preservar o meio ambiente, não podem menosprezar a forte presença do turismo. Num mundo em mudança, em que o setor adquire novas exigências, torna-se desnecessário elaborar planos estratégicos fechados, que impeçam o dinamismo que uma atividade como o turismo requer.

Em 2006, foi criada a FEI~TUR - Feira Nacional de Turismo Desportivo e de Natureza (Figura 101), em Vila Nova de Milfontes, junto à Praia da Franquia. O evento é promovido pelo Município de Odemira, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e com o apoio da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes.

O objetivo deste evento é promover e afirmar o Alentejo e Odemira em particular, como destino privilegiado para o Turismo Desportivo e de Natureza. Nele estão em destaque as atividades na natureza, como passeios de barco no rio e no mar, canoagem, caminhadas, BTT, mergulho ou

surf. Para além disso, estão presentes as ofertas da região em termos de alojamento e de empresas de animação turística, exposição de produtos agroalimentares e mostra de artesanato local, a par de um intenso programa de animação.



Figura 101 | FEI-TUR, VNMF, 2011.



Figura 102 | Logotipo FEI-TUR.

Desde 2007 que Portugal dispõe de um Plano Estratégico Nacional do Turismo, desenvolvido para o intervalo temporal entre 2006 e 2015, tendo sido alvo de duas revisões. Este, elege o Litoral Alentejano como um dos novos destinos de alta qualidade, baseado na excelência assumida pela indústria do lazer tornando a Costa Alentejana num cenário promissor.

O PENT define as linhas de orientação estratégica para a política de Turismo, com metas e objetivos claros, de forma a criar as condições que permitam ao Turismo contribuir decisivamente para a imagem do país e para o bem-estar da população portuguesa, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial (PENT, 2008).

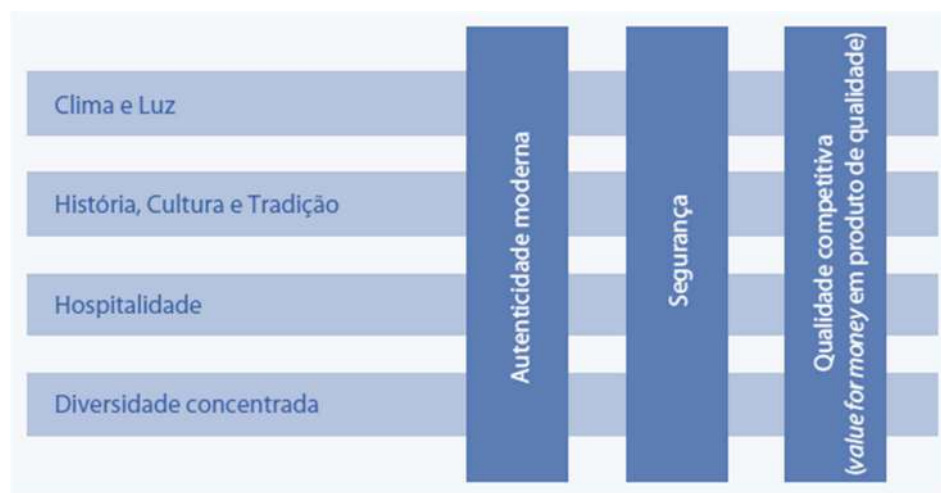


Figura 103 | Combinação dos elementos diferenciadores e qualificadores, POESTMAL.

Neste sentido, surge então a Estratégia de Turismo 2020 de responsabilidade do Turismo de Portugal, tendo como principal ideal *Tornar Portugal o destino turístico mais ágil e dinâmico da Europa*. Esta estratégia, revoga o PENT e define uma ambição de competitividade, que passa pela

definição de princípios que orientam a atuação das entidades que atuam no sector do Turismo. Os princípios estratégicos, que têm como foco cumprir a estratégia são: a pessoa, a liberdade, a abertura, o conhecimento e a colaboração.

Numa primeira fase, o foco deve estar essencialmente nas **pessoas**, nos turistas, na procura ao invés do foco exaustivo na oferta.

Se o foco estiver na procura, a oferta, se existirem as condições para o efeito, criar-se-á. Se o foco estiver na oferta, não sabemos se a procura virá (ET 2020).

Seguidamente, consideração pela **liberdade** de escolha do turista e pela autonomia das empresas no setor, de maneira a dar resposta às motivações da procura, e não impor aos turistas, aquilo que acreditamos ser o melhor para eles.

Só num contexto em que os agentes se sintam livres estarão criadas as condições para a existência de um turismo inovador, criativo, ágil e dinâmico (ET 2020).

Da mesma forma, é essencial que haja **abertura** à inovação e à criatividade, face a uma estagnação do setor, dando oportunidade a que acompanhe as tendências da mudança.

Ter especial atenção ao **conhecimento**, de maneira a permitir que se torne num destino inteligente em detrimento aos velhos modelos de negócio.

Por fim, a **colaboração**, assumindo o turismo como atividade transversal, em contraste a uma restrição setorial.



Figura 104 | Projetos – Visão Holística, ET 2020.

Em 2016, surge uma Estratégia de Turismo 2027 com uma nova visão - *Pensar o futuro, agir no presente*. Uma estratégia partilhada, de longo prazo, para o Turismo em Portugal que se fundamenta em três conceitos-chave, sendo eles: *ouvir, envolver e planejar com...* (as empresas, as instituições, a procura e as regiões), resultando assim num planeamento integrado.

Esta estratégia aponta dez desafios de natureza global, numa margem temporal de 10 anos. Estes, assentam essencialmente nos **elementos diferenciadores** – clima e luz, natureza e

biodiversidade, água, história, cultura e mar; **qualificadores** - gastronomia e vinhos, eventos artístico-culturais, desportivos e negócios; **emergentes** – bem-estar, viver em Portugal; e por fim, **ativo único-transversal** – as pessoas.

Ainda a nível estratégico, mas com um foco mais próximo, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo cria um documento estratégico 2014-2020 com base na *visão, prioridades estratégicas e eixos de intervenção*.

O foco passa por apostar no crescimento do turismo marítimo e costeiro para o Litoral Alentejano, tirando partido da vocação Atlântica do país. De maneira a apoiar o desenvolvimento da oferta turística que garanta escala competitiva internacional, assim como a redução da sazonalidade.

Deste documento resultam um conjunto de atividades e projetos, dos quais se destaca o Turismo Sol e Mar que advém do Plano Operacional Estratégico para o Turismo Sol e Mar no Alentejo Litoral, por ser o que tem maior incidência e impacto no território em estudo.

Pela razão acima descrita, é o plano que exprime de uma forma mais concreta e objetiva, as linhas de atuação direcionadas para a região. Dividido por três fases - diagnóstico, estratégia e intervenção.

Para além de descrever de forma bastante fidedigna as oportunidades e as dificuldades do Alentejo Litoral, aponta fatores-chave para o sucesso do setor.

- *Afirmação da marca Alentejo e da sub-marca Costa Alentejana;*
- *Consolidação e projeção internacional do Alentejo Litoral como Quality Coast;*
- *Articulação do AL e do produto “Sol e Mar” com outros produtos;*
- *Concentração da legislação sobreposta e das autoridades competentes sobre o Litoral;*
- *Melhoria das acessibilidades e do estacionamento na proximidade das praias, incluindo condições infraestruturais para o caravanismo;*
- *Diversificação da oferta através da valorização do mercado de nicho;*
- *Qualidade e capacidade atrativa dos eventos para captação de turistas, especialmente fora da época alta;*
- *Valorização, monitorização e divulgação das iniciativas tipo Rota Vicentina.*

Para além dos 20 objetivos estratégicos que descreve, designa como Golden Card, *afirmar o Alentejo Litoral como um destino turístico de projeção internacional, compósito de experiências singulares e inolvidáveis, na imbricação do sol, mar e praia, com desportos e fazeres ativos em*

contato com a natureza e o mar e na fruição dos valores patrimoniais materiais e imateriais identitários da região do Alentejo, social, económica e territorialmente materializado de modo sustentável e sustentado e com envolvimento ativo, concertado e frutuoso dos atores públicos e privado (POETSMAL, 2015).

O desenvolvimento do turismo de Odemira está a trazer crescimento económico, e é visto como um forte impulsionador para o desenvolvimento do concelho. Neste contexto o ordenamento do território assume um papel fundamental, por forma a garantir que o turismo se enquadre num território equilibrado (...) só deste modo se conseguirá assegurar o acesso da população residente e dos turistas aos vários equipamentos e serviços de uma forma eficiente, mas protegendo os recursos e valores naturais e paisagísticos, considerando-os como recursos estratégicos para o desenvolvimento turístico (Almeida, 2004).

Vila Nova de Milfontes é sem duvida a freguesia que mais oferta hoteleira tem. Analisando o quadro, apresentado na revisão do PDM, é possível verificar que existe uma grande diversidade do tipo de oferta, de maneira a responder da melhor a todo o tipo de procura (Figura 105).

FREGUESIA	capacidade (n.º de utentes)					TOTAL	UNIDADES
	Estabelecimento Hoteleiro	Apartamento Turístico	Parque de Campismo ou Caravanismo	Turismo de Habitação	Turismo em Espaço Rural		
BICOS	0	0	0	0	0	0	0
BOAVISTA DOS PINHEIROS	0	0	0	0	0	0	0
COLOS	0	0	0	0	0	0	0
LONGUEIRA/ALMOGRAVE	0	0	1.572	0	60	1.632	4
LUZIANES-GARE	0	0	0	0	0	0	0
PEREIRAS-GARE	0	0	0	0	6	6	1
RELÍQUIAS	0	0	0	0	4	4	1
SABÓIA	0	0	0	0	13	13	1
SANTA CLARA-A-VELHA	38	0	0	0	24	62	2
SANTA MARIA	0	0	0	0	22	22	1
SÃO LUÍS	0	0	0	0	94	94	6
SÃO MARTINHO DAS AMOREIRAS	0	0	0	0	0	0	0
SÃO SALVADOR	0	0	0	0	51	51	2
SÃO TEOTÓNIO	44	0	850	0	236	1.130	18
VALE DE SANTIAGO	0	0	0	0	0	0	0
VILA NOVA DE MILFONTES	104	188	3.265	18	87	3.662	15
ZAMBUJEIRA DO MAR	0	0	700	0	54	754	3

Figura 105 | Empreendimentos Turísticos por freguesia.

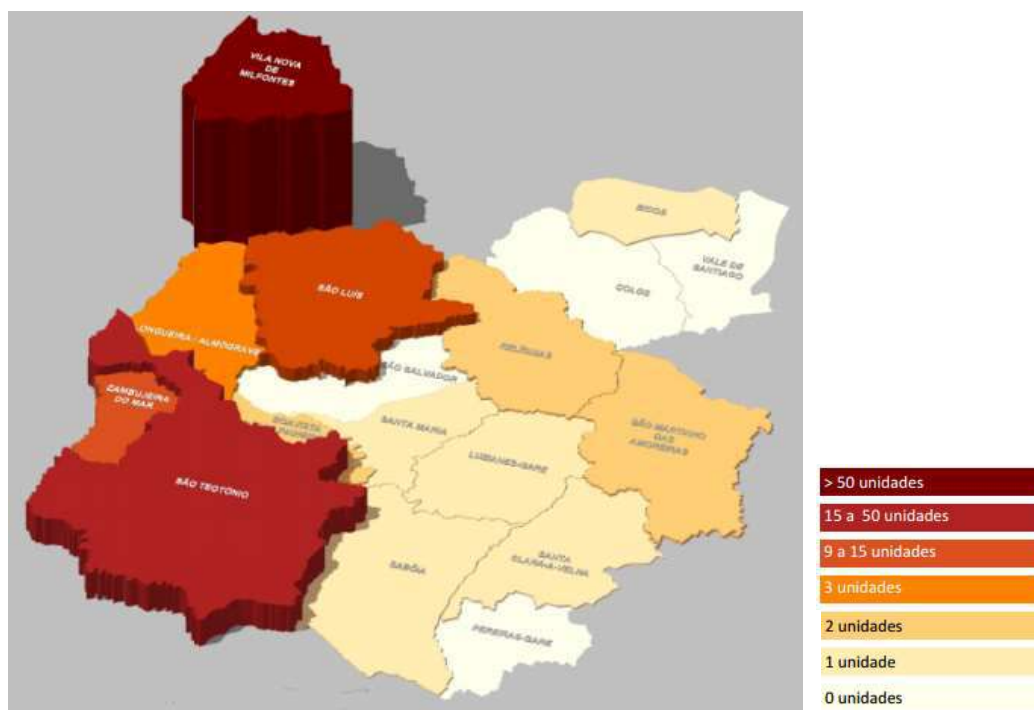


Figura 106 | Alojamentos locais por freguesia.

Relativamente aos alojamentos locais, modalidade que tem vindo a aumentar a passos largos, após a aprovação do regime jurídico no Decreto-Lei nº128/2014, de 29 de agosto. Segundo os dados do Turismo de Portugal, existem 147 unidades no concelho de Odemira. A nível de freguesias é relevante destacar Vila Nova de Milfontes, correspondendo a 62,6% das unidades do total do concelho (Figura 106).

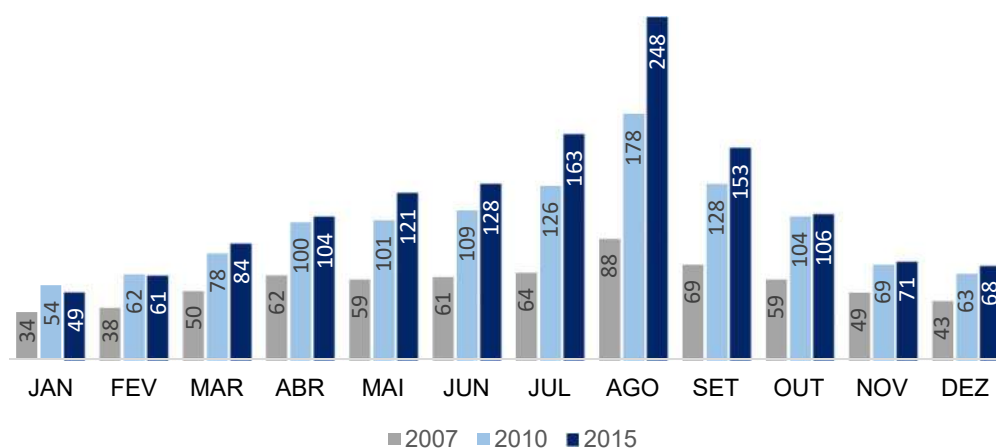


Figura 107 | Distribuição mensal das dormidas na hotelaria em Vila Nova de Milfontes (milhares).

Este fenómeno permite uma maior capacidade de resposta face à procura turística nos meses de Verão.

O número de dormidas na hotelaria em Vila Nova de Milfontes, nos anos 2007, 2010 e 2015. Tornando-se evidente que existe uma elevada procura nos meses quentes (Figura 107). Sendo a freguesia de VNMF uma região onde predomina o sol e a praia, é fortemente afetada pela sazonalidade.

Com o passar dos anos, tem se vindo a verificar uma crescente procura da sociedade por novos produtos. Hoje em dia, as tecnologias assumem um papel importante na medida em que proporcionam novas formas de absorver cultura, pelo que, os museus e centros interpretativos necessitam de fazer um esforço, para se adequar às novas procuras sociais e conseguirem atrair diferentes tipos de público.

Perante a exigência dos novos tempos, o concelho de Odemira criou uma aplicação móvel, “Descubra Odemira” (Figura 108). É uma ferramenta útil, facilitando a escolha dos locais a visitar: define o percurso, mostra as distâncias entre lugares, informação sobre eles, as moradas dos hotéis, curiosidades sobre monumentos, história e locais, imagens e uma agenda com os eventos do concelho (CM Odemira, 2017).



Figura 108 | App Descubra Odemira.

Mais recentemente, já em 2017, foi anunciado que o Forte de São Clemente foi comprado pela Câmara Municipal Odemira, um investimento através do Programa Portugal 2020. O investimento foi justificado pela urgência em tomar medidas para a preservação e valorização do património cultural do Concelho. O atual presidente, referiu que *a reabilitação do Forte de São Clemente passará pela instalação de um núcleo museológico que permitirá a preservação e divulgação das tradições, das heranças, dos costumes das gentes da terra e da História de uma das freguesias mais antigas do Concelho (...) será também uma homenagem ao professor e historiador António Martins Quaresma, personalidade ilustre e acarinhada por todos os Odemirenses.*

Por sua vez, o Presidente da Junta de Freguesia, realçou a importância da intervenção no património cultural do Concelho, *mostrar a quem nos visita que somos mais do que sol e praia, por isso recuperar o centro histórico e dinamizar ainda mais a área junto à foz do Rio Mira é, constantemente, uma prioridade.*

A transformação do Forte em Museu, reforça a intenção de afirmar a identidade cultural da região, e continuar a ser um dos maiores destinos turísticos do Alentejo Litoral.



Figura 109 | Forte de São Clemente.

4.8 Diagnóstico Síntese

O diagnóstico síntese, organizado sob a forma de análise SWOT, segundo pontos fortes e pontos fracos (variáveis internas), oportunidades e ameaças do território (variáveis externas). Tem como objetivo identificar os principais elementos a ter em conta para a definição de uma estratégia urbana. Os pontos fortes referem-se aos valores positivos do território que contribuem para sua distinção e que deverão ser potenciados. Em contrapartida, os pontos fracos referem-se aos valores negativos que deverão ser minimizados. Já as oportunidades correspondem a fatores externos que poderão potenciar as próprias características do território que deverão ser aproveitadas. E por último, as ameaças referem-se aos fatores que poderão contribuir para a desagregação dos valores existentes e que por esse motivo deverão ser contrariadas.

Com base na informação recolhida anteriormente, tanto em documentação como na observação *in situ*, e no diagnóstico síntese do POETSMAL, foi possível agrupar um conjunto de medidas presentes no território, que serão fundamentais para a definição de medidas e estratégias a adotar na proposta.

Pontos Fortes

- Valor natural e paisagístico;
- Extensão de costa;
- Quantidade, diversidade e qualidade das praias;
- Valores patrimoniais histórico-culturais;
- Conforto climático;
- Imagem territorial atrativa e diferenciadora;
- Qualidade dos eventos e espetáculos;
- Qualidade gastronómica e da restauração;
- Imagem promocional - Marca Alentejo Litoral;
- Comboio turístico durante o Verão.

Pontes Fracos

- Poucas acessibilidades;
- Desqualificação territorial;
- Constrangimentos territoriais;
- Fraca rede de transportes públicos;
- Ecossistemas de grande fragilidade;
- Desertificação do território;
- Sazonalidade da procura turística;
- Frágil tecido empresarial;
- Pouca oferta de emprego;
- Escassez de recursos humanos associada à dificuldade de retenção dos mais qualificados;
- Pouca valorização de equipamentos culturais;

Oportunidades

- Localização geográfica;
- Melhoria das acessibilidades;
- Reduzida pressão humana;
- Crescente procura regional dos interesses patrimoniais;
- Novas exigências do consumidor como estímulo a investimentos inovadores;
- Amplo conjunto de recursos naturais, culturais e patrimoniais com capacidade para proporcionar uma oferta turística diferenciada e dirigida a públicos variados;
- Crescente internacionalização do destino;
- Crescimento das preocupações ambientais como fator de indução de novas práticas e exigências urbanas ao nível da mobilidade e dos espaços verdes.

Ameaças

- Restrições legais e regulamentares;
- Limitações das acessibilidades;
- Aumento da pressão humana;
- Limitações do mercado do turismo balnear;
- Desqualificação da oferta de equipamentos e serviços;
- Dispersão de recursos e de estratégias para o crescimento económico;
- Elevados custos de contexto no acesso à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Após a análise SWOT foi possível conhecer melhor a região. Tanto as variáveis internas (Pontos Fortes e Pontos Fracos), como as variáveis externas (Oportunidades e Ameaças) apresentam-se como importantes medidas no planeamento urbano. Permitindo uma maior perceção, tanto dos fatores que condicionam e limitam as ações, como os fatores que as podem potencializar e viabilizar.

Vila Nova de Milfontes, tal como já foi referido ao longo do trabalho, é um território que apresenta uma riqueza de elementos inigualável. A nível das variáveis internas, é uma vila que tem diversos pontos fortes que devem ser potencializados. A sua posição geográfica é responsável pela riqueza dos valores naturais e paisagísticos, pelo que, se associa à marca Alentejo Litoral. Esta associação garante uma maior atratividade, em simultâneo com uma oferta diversificada e qualidade das praias, proporcionam à vila uma diversidade de medidas que devem ser potencializadas. No entanto, se existem qualidades que devem ser valorizadas, existem fraquezas que devem ser minimizadas. Assim como a posição geográfica é fator de qualificação do território, pode trazer ao mesmo tempo algumas consequências. As poucas acessibilidades e a fraca rede de transportes, tornam VNMF mais isolada e com pouca oferta de emprego. Por se encontrar pouco desenvolvida, começasse a assistir a uma desertificação do território, uma vez que grande parte da população residente procura outros destinos que ofereçam melhor qualidade de vida.

A nível dos fatores externos, surgem diversas medidas que devem ser tidas em conta. Se a acessibilidade é um ponto importante, este também se apresenta como uma oportunidade para a qualificação da zona. Para além disso, a reduzida pressão populacional, surge do mesmo modo, como uma oportunidade, que, aliada a um conjunto de recursos (naturais, culturais e patrimoniais) é capaz de potencializar projetos inovadores. A par das ações que podem valorizar o território, surgem as questões ambientais. A crescente preocupação ambiental adquire um papel fundamental para a introdução de novas práticas e intervenções no espaço verde, com maior qualidade. Por último, as ameaças surgem como medidas que devem ser contrariadas. Num território como VNMF, o turismo balnear pode apresentar-se como uma ameaça, limitações que por vezes, desqualificam os equipamentos e serviços. A procura pela região é maioritariamente concentrada no verão, o que traz algumas consequências à vila, que, por vezes não tem capacidade suficiente para garantir o conforto e a qualidade que lhe é associada.

O presente capítulo destinar-se-á exclusivamente à proposta de intervenção. Após as análises feitas e conclusões retiradas, surge a necessidade de intervir de uma forma inovadora e estruturada em Vila Nova de Milfontes.

6.1 Localização da proposta

A caracterização da área de estudo foi realizada através da análise geral ao nível da freguesia, permitindo apontar estratégias e hipóteses de trabalho numa escala abrangente. Numa visão mais aproximada, a proposta terá como área de intervenção a Zona de Expansão 1 (Figura 110) denominada como Zona Central, delimitada no Plano de Urbanização em vigor, segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº179/2005, 17 de novembro. A escolha do terreno de intervenção resultou do reconhecimento da potencialidade desta área, pela sua localização estratégica no contexto do tecido urbano preexistente, com pouca construção e que funciona como charneira de articulação entre a vila e o rio. A área corresponde a cerca de 5,68ha, limitada a sul pelo próprio rio Mira, a oeste pela Rua D. João II e a este pela Rua São Sebastião. A Rua António Mantas atravessa o interior da área de intervenção, e é atualmente a via principal de acesso à praia.



Figura 110 | Localização da Zona de Expansão 1.



Figura 111 | a) e b) Enquadramento da Zona de Expansão 1.



Figura 112| Vista A.



Figura 113 | Vista B.



Figura 114 | Vista C.



Figura 115| Vista D.



Figura 116 | Vista E.



Figura 117 | Vista F.

6.2 Enquadramento Legal

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº179/2005, 17 de novembro, a transformação do uso do solo da Zona de Expansão 1, necessitará da elaboração de um plano de pormenor, nos termos do Decreto Lei nº280/99, de 22 de setembro. O plano de pormenor deverá prever unidades comerciais ou de serviços em número igual ou superior a 10% do número de fogos previstos. Ao mesmo tempo, deverá ser assegurado, no mínimo, por áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva. Estando previstos no PU os seguintes elementos:

- Terminal rodoviário – 2000m²
- Sanitários públicos – 100 m²
- Espaço ajardinado / parque infantil – 900 m²
- Parque de estacionamento para 50 viaturas – 1250 m²
- Centro de dia – 1500 m²

6.3 Estratégias de intervenção

Intervir no território de Vila Nova de Milfontes torna-se desafiante e complexo, perante um leque tão diversificado de elementos sensíveis a ter em conta. A pequena escala (tanto do edificado como das vias) e a irregularidade do tecido urbano do núcleo histórico contrastam de maneira acentuada com a zona mais recente da vila. A proposta urbana para a ZE1 pretende fazer esta mesma ligação (Núcleo histórico-Zona recente), criando lógicas de continuidade e um aumento de escala de forma suave e controlada.

Após a análise e interpretação da ZE1, identificaram-se quatro linhas de estruturação da intervenção que respondem a diferentes temáticas:

1- Em primeiro lugar, o **sistema viário** (Figura 118) foi tido em conta como uma das principais linhas de estruturação da proposta, uma vez que Rua António Mantas, funciona como via principal de acesso à praia, atravessando o interior da área de intervenção e incluindo a rotunda do poço (atualmente pouco valorizada). A intenção de criar este eixo principal de acesso direto à praia de destaque e estruturador, surgiu articulada com o percurso do comboio turístico e com o terminal rodoviário. A orientação deste eixo e topografia do local permitem oferecer um conjunto de alinhamentos visuais que garantem a identidade do lugar. A transição suave entre a cota mais baixa e a cota mais alta promove o conforto tanto do peão como do veículo, ao percorrer esta via.

A partir dessa via principal, surgem vias secundárias que irão sustentar a proposta e criar lógicas de continuidade com a malha existente. Já de carácter terciário, surgem as vias menos marcantes, que privilegiam o acesso e a saída aos/dos parques de estacionamento.

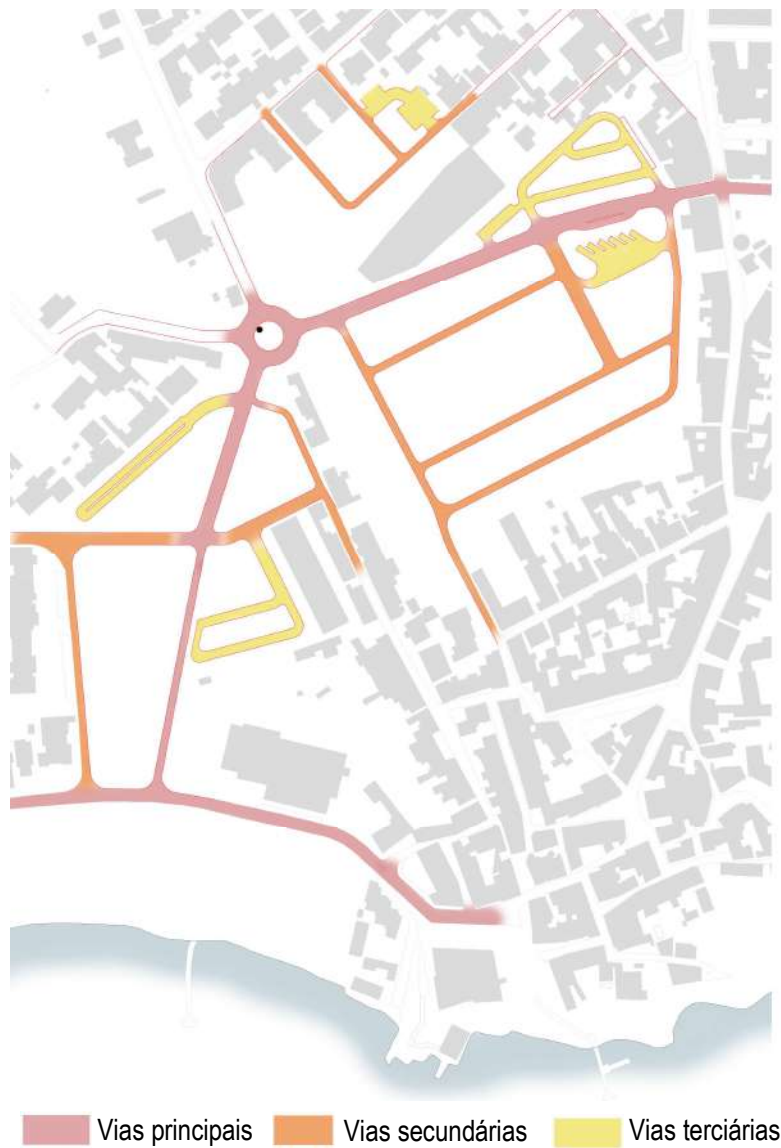


Figura 118 | Esquema de hierarquia viária proposta.

2- A par do sistema viário, surge o percurso pedonal (Figura 123) como elemento agregador de espaços e continuidade de acessos, valorizando o peão e garantindo a segurança e o conforto. Este percurso, de maior destaque, é envolvido num corredor verde, tornando-o mais agradável e aumentando o contato com a natureza. Inicia-se assim na Rua São Sebastião, de forma a criar novas permeabilidades para o interior da área de intervenção e, ao mesmo tempo, revitalizar a capela de São Sebastião que se encontra hoje esquecida e desvalorizada. Este percurso foi pensado de forma continua permitindo que quem o percorre, possa fazer o seu trajeto completo sem

que haja interrupções. No entanto, ele interage com os edifícios propostos, de maneira a proporcionar aos visitantes, uma entrada direta nos próprios edifícios. A sua continuidade é também garantida através da materialidade, a uniformização do pavimento (madeira) torna-se facilmente identificável para quem está fora dele. A materialidade assume-se como um elemento estruturador dos espaços públicos, contribuindo para a legibilidade urbana, essencial para a melhor apropriação dos espaços. Ao longo do percurso, foram criados espaços de diferentes características e ambientes, o percurso pedonal foi então elemento de ligação entre eles de forma integrada e clara. Na envolvente da rotunda (figura 119), foi intenção criar uma praça de modo a promover o convívio e transformá-la num espaço amplo, sem obstáculos. Com a pavimentação da mesma materialidade do corredor pedonal, é possível fazer uma leitura uniforme da praça. O poço (figura 120) circunscrito na rotunda, encontra-se desvalorizado e, é nesse sentido que a intervenção pretende atuar. Criando um espaço evocativo da época em que os poços eram pontos de encontro da população. É essa memória que se pretende trazer a este lugar.



Figura 119 | Rotunda do poço, a) 1990 e b) 2017.



Figura 120 | Poço a) 1970 b) 2017.

Este percurso termina na praia, sob forma de miradouro, ao mesmo tempo, permitindo uma continuidade até à cota da praia.

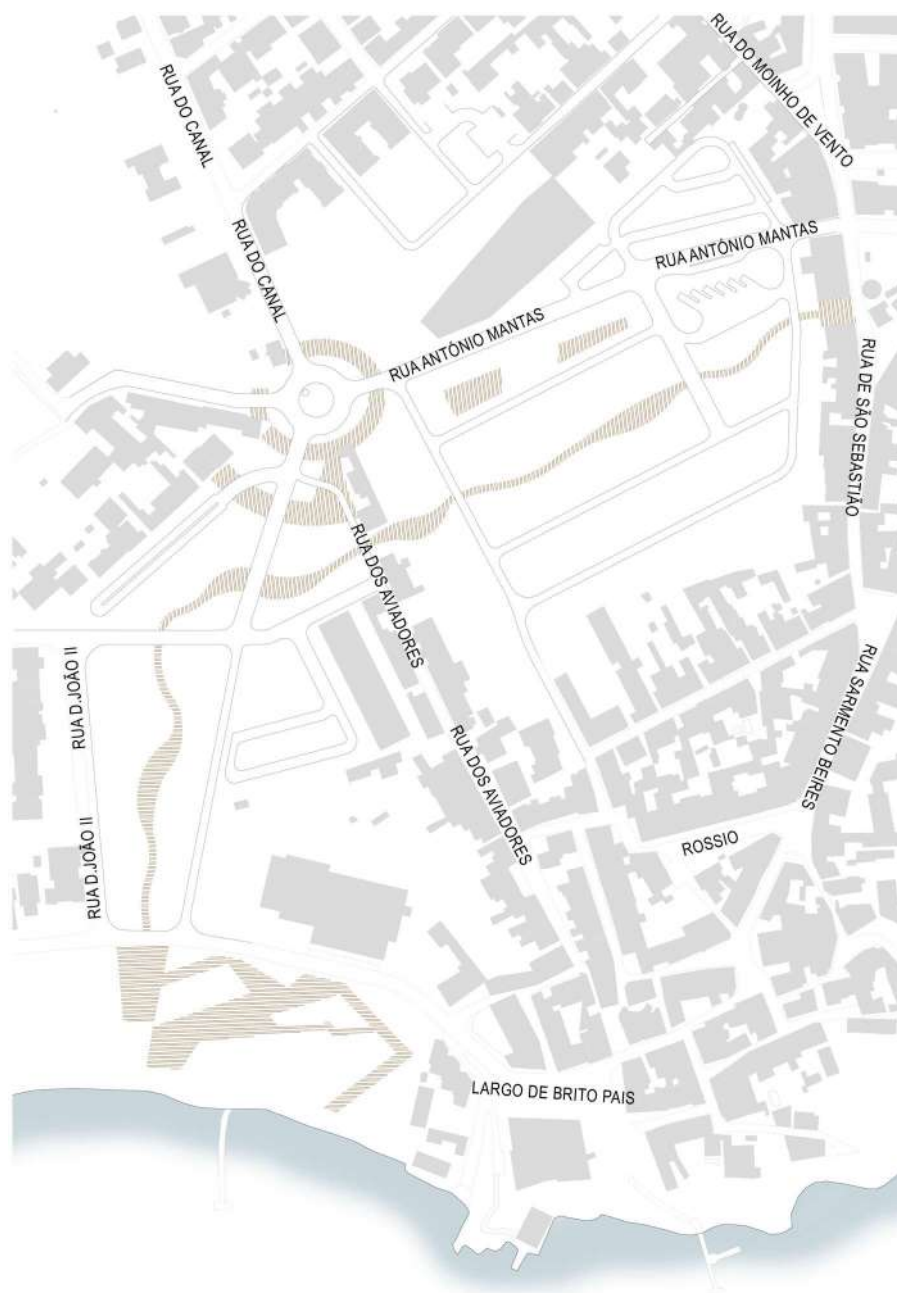


Figura 121 | Esquema do percurso pedonal proposto.

3- Os espaços verdes (figura 121) surgem a par do percurso pedonal, uma vez que a escassez de espaços verdes na vila é uma evidência e era intenção colmatar esta falta. A criação destes espaços, promovem não só uma vivência mais agradável, como criam também lógicas de continuidade e permeabilidade. Tal como o percurso pedonal, a lógica dos espaços verdes, liga-se de forma harmoniosa com o verde urbano 4 (delimitado no PU), junto à praia. Sendo uma proposta de valorização ambiental, considera-se fundamental que sejam criados estes espaços verdes humanizados, privilegiando o peão em detrimento do automóvel.



Figura 122 | Esquema espaços verdes propostos.

4- Por sua vez, o edificado proposto (figura 122) foi uma preocupação presente, na medida em que foi fundamental garantir uma articulação harmoniosa dos diferentes tecidos urbanos. A escala do edificado foi controlada de forma suave e com o mínimo impacto possível. Foram então criados dois polos principais que articulam os restantes, um a norte e outro mais a sul.



Figura 123 | Esquema do edificado e percurso propostos.

Para a realização da estratégia, o projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, nos Açores, auxiliou como referência na medida em que possui também uma frente de água. Para além disso, é um projeto que assenta em eixos estratégicos semelhantes; a valorização do espaço público, hierarquização da rede viária e consolidação da multifuncionalidade (Figura 124).

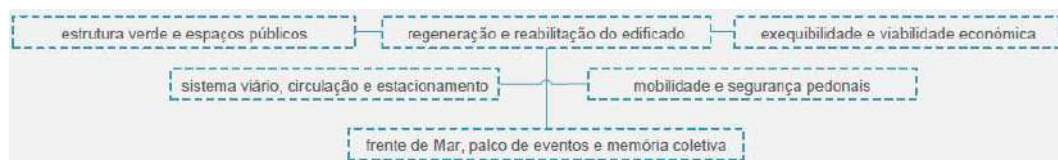


Figura 124 | Programa Base, domínios de intervenção.



Figura 125| Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.

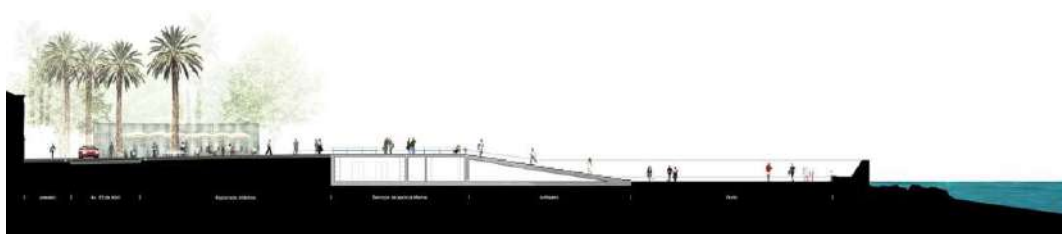


Figura 126 | Corte, Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.



Figura 127 | Alçado, Projeto de requalificação da frente de mar da cidade da Horta, Açores.

6.4 Programa

Há muito tempo que os turistas elegem a região do Algarve como destino para desfrutar do tempo quente. No entanto, hoje em dia existe uma maior procura por novas alternativas, novas regiões e novas ofertas.

Vila Nova de Milfontes dispõe de um leque muito variado de atividades, destacando as atividades ao ar livre, como por exemplo a canoagem, birdwatching, BTT, passeios de barco, pesca, Rota Vicentina, entre outras. Apesar de serem inúmeros os motivos para visitar esta região, existe ainda uma lacuna a nível do turismo cultural. É nesse sentido que a proposta pretende atuar, canalizando a estratégia de intervenção para o desenvolvimento deste pequeno aglomerado urbano, que tanto tem para oferecer. Possibilitar parcerias com a hoteleira envolvente, criando pacotes de atividades, tornando atrativo a qualquer altura do ano e envolver a população de uma forma participada na atividade turística.

A proposta de intervenção para a Zona de Expansão 1, pretende que sejam contempladas as orientações para este local, segundo o Plano de Urbanização em vigor. Para além dessas orientações, surgem novas intenções organizadas essencialmente por 3 zonas temáticas – *Rio*, *Tradição e Paisagem*. Estes três núcleos surgem articulados pelo corredor pedonal referido no ponto anterior, que os atravessa, garantindo um contacto próximo entre o visitante e o edifício.

Ao constatar a carência de equipamentos de carácter cultural, é criado o **Centro Interpretativo da Paisagem** (a norte) e o **Centro Interpretativo do Rio** (a sul). Tornam-se elementos importantes no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de valorização do património da Costa Alentejana.

Um dos objetivos fundamentais é que seja uma ponte entre a sabedoria do passado e as ferramentas criativas do presente.

Qualquer sociedade pretende proteger o seu passado, documentos identitários ou objetos portadores de alguma marca ou sinal de memória coletiva.

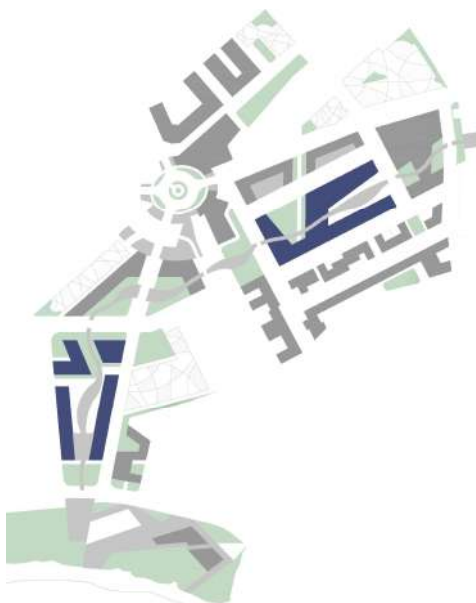


Figura 128 | Centros de Interpretação.

A proposta, pretende ser o local ideal para tal. Um espaço capaz de concentrar e sintetizar a alma de um lugar, capaz de honrar o carácter de uma comunidade. Mais significativo se torna quando este se fraciona em vários núcleos temáticos. Um lugar de partilha de experiências, onde as pessoas possam encontrar simplicidade, gastronomia regional, história e tradições.

A norte da Rua António Mantas, fecharam-se os dois quarteirões de **habitação** que estavam incompletos. Abaixo desses edifícios de habitação, é proposto um **pavilhão desportivo**, dada a sua importância para a Vila, terá também uma grande

relevância para o Centro de dia (existente). Adjacente ao pavilhão e atrás do Centro de dia, foi criado um espaço verde que tem como objetivo servir de elo comum ao Centro de dia e à Creche que lhe é adjacente. Transformá-lo num parque comum, incentivando a interação entre os idosos e as crianças, com a certeza de que será uma mais-valia para ambos.

Paralelamente, considerou-se fundamental que se criasse uma frente continua na Rua António Mantas, essencialmente pedonal, com atividades ao longo desta. É então proposto um **mercado artesanal**, servindo de elemento gerador de interação entre a população e quem visita. Aliados a este mercado, criou-se **oficinas/ateliers** de trabalho, onde os artesãos podem ensinar e praticar as suas atividades. Na envolvente da rotunda, criou-se um edifício destinado à **gastronomia**, onde oferece uma variedade gastronómica e espaços de convívio.

A sul da Rua António Mantas, é também proposto o **terminal rodoviário** mencionado no PU. Na frente de rua, criou-se uma paragem exclusiva para o comboio turístico para que possibilite uma maior mobilidade entre transportes. A presença deste equipamento facilita o acesso ao interior tanto da proposta como da própria vila, servindo então como ponto de distribuição dos visitantes. Perante a escala do edificado existente, é intenção que o terminal rodoviário garanta as permeabilidades

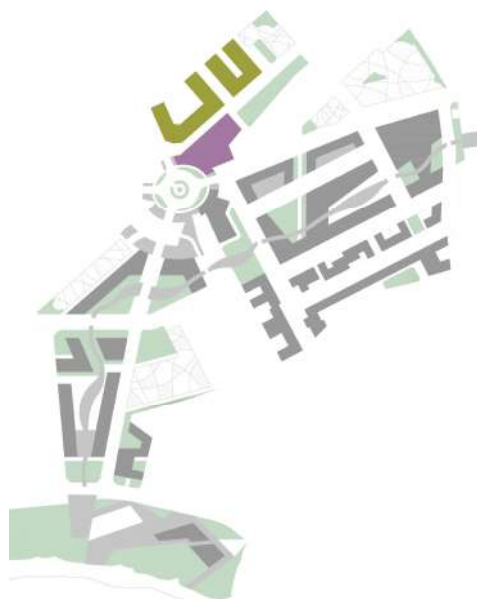


Figura 129 | Habitação e Pavilhão.

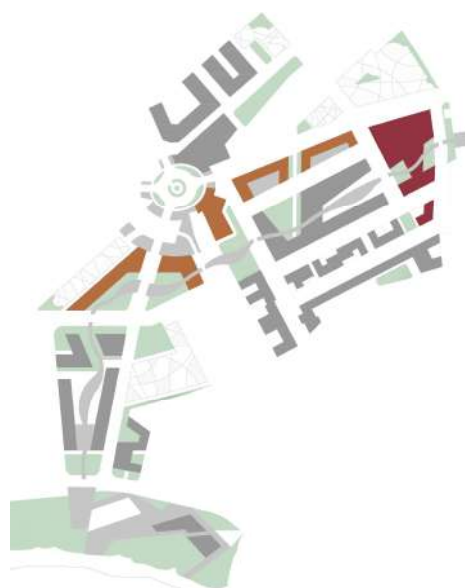


Figura 130 | Terminal e oficinas.

visuais. Optou-se assim, por criá-lo maioritariamente vazado, existindo apenas uma pala que o delimita. Abaixo deste, foi criado um espaço dedicado a táxis, e o seu respetivo edifício de apoio.

O projeto da estação terminal de autocarros em Trujillo, Espanha, do atelier Ismo Arquitetura (Figura 131), torna-se uma referência para o edifício proposto do terminal em Vila Nova de Milfontes, devido à sua configuração e às suas relações interior/exterior.



Figura 131 | Planta do terminal de autocarros, Espanha.

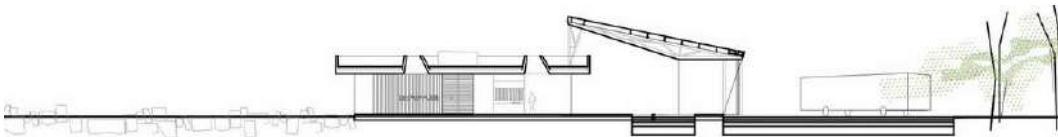


Figura 132 | Corte terminal de autocarros, Espanha.

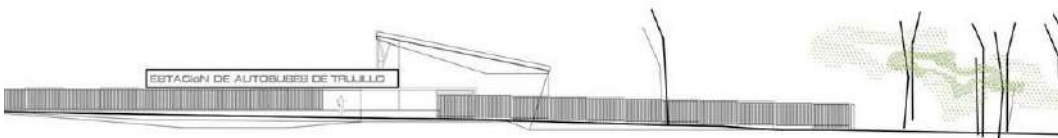


Figura 133 | Alçado terminal de autocarros, Espanha.



Figura 134 | a) e b) Vistas exterior, terminal de autocarros, Espanha.



Figura 135 | a) e b) Vistas interior, terminal de autocarros, Espanha.

Na zona mais perto do rio, considerou-se fundamental a presença de um **balneário público**, trazendo as memórias do antigo balneário público que no passado tanta importância teve na dinamização da praia. Articulado com o balneário, é proposto um bar que funcione de ponto de atração.

A proposta para a zona da praia, é composta por uma estrutura leve da mesma materialidade do corredor pedonal, que “flutua” sobre o verde urbano, permitindo uma gradual e controlada intervenção na natureza, até chegar à praia.

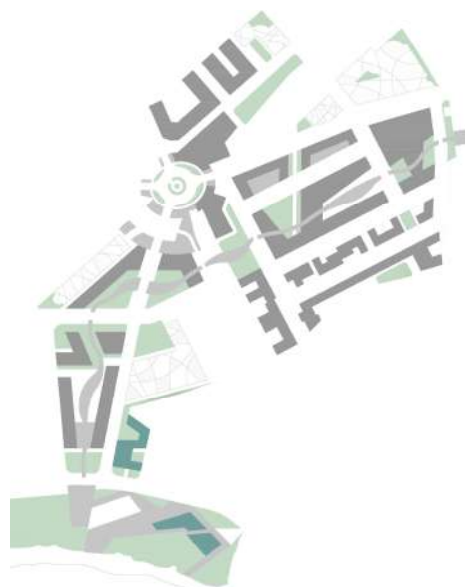


Figura 136 | Apoios de praia.

Este percurso gera novos espaços com ambientes diferentes, um exemplo desses espaços é a escadaria proposta, que tem como principal função ser uma zona de estar e contemplação do rio (Figura 137). A descida até à praia, de forma mais confortável, pode ser feita através da rampa.



Figura 137 | Escadaria no bairro do Cambuci, em São Paulo.



Figura 138 | Ewha Womans University
Dominique Perrault Architecture.

Esta intenção de intervenção na praia, é facilmente identificável no projeto que ganhou o 2º Lugar do Concurso de Ideias Requalificação e Renovação da Praia e Orla de Figueira da Foz e Buarcos (Figura 139). Apesar da situação em VNMF apresentar uma escala significativamente mais reduzida, a lógica de intervenção é semelhante.



Figura 139 | a) e b) 2º Lugar: Concurso de Ideias Requalificação e Renovação da Praia e Orla de Figueira da Foz e Buarcos / atelier RUA.

Já na cota do verde urbano, é criado um **bar e edifício de apoio** de uso exclusivo aos desportos no rio, como a canoagem. Uma vez que atualmente os clubes não têm um espaço qualificado e adequado para as suas atividades.

Perante o edificado proposto, considerou-se fundamental a criação de **estacionamentos** longitudinais nas vias e de bolsas de estacionamento que tenham capacidade para colmatar a carência de lugares que existe atualmente. Para além disso, a cobertura proposta para estas bolsas, torna a sua leitura facilmente identificável. Esta, composta de cheios e vazios, garante uma harmoniosa ligação entre o construído e a natureza. Enquanto os espaços cheios oferecem sombra se forma uniforme, os espaços vazios são compostos por uma estrutura vazada facilmente absorvida por vegetação. A apropriação desta vegetação, confere-lhe um ambiente mais agradável e vivo. Tal como acontece no St. Vincent's Hospital na Irlanda (Figura 140).

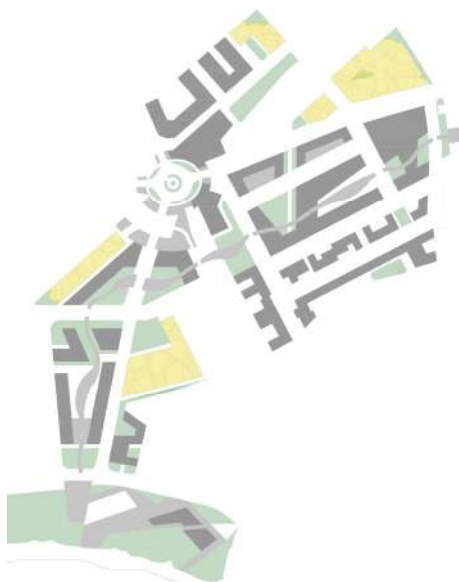


Figura 140 | Estacionamento.



Figura 141 | a) e b) AIDS Memorial Receives Approval / studio a+i, St. Vincent's Hospital Park, Irlanda.

Quadro síntese

Tradição	Centro Interpretativo Rio	Centro Interpretativo Paisagem
<ul style="list-style-type: none"> - Exposições temporárias e permanentes; - Mercado Artesanal permanente; - Valorização dos produtos locais; - Oficinas/ateliers para que os artesãos possam ensinar e praticar as suas atividades (articulação com o Centro de dia); - Envolver instituições de carácter associativo; - Gastronomia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com o desporto (espaços e promoção de atividades - canoagem, futebol praia, vólei praia); - Exposições temporárias e permanentes; - Seminários; - Quadros interativos; - Envolver instituições de carácter associativo; - Museu do Rio Mira (história, instrumentos, pesca, atividade comercial, atividades extintas (ex: salinas)). 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposições temporárias e permanentes; - Visitas de interpretação ambiental (fauna e flora); - Seminários; - Quadros interativos; - Envolver instituições de carácter associativo; - Museu do Mundo rural (história, instrumentos, agricultura, atividades e tradições extintas).



Figura 142 | Síntese de intenções da proposta.

CONCLUSÃO

A escolha do local para o desenvolvimento do Projeto Final de Mestrado, foi sem dúvida o mais adequado perante os objetivos propostos. Um território que não articulava o rio e a vila, acentuando as descontinuidades quer no tecido edificado, quer na estrutura de espaço público. As heterogeneidades desta área, representaram um grande desafio na proposta de projeto. Foi necessário ter um cuidado particular em zonas específicas, não sendo possível aplicar um modelo único que resolvesse a globalidade das situações. A área de intervenção assume-se atualmente como um espaço de convergência de diferentes tecidos, pela ação do tempo e pelo pouco planeamento.

A proposta começou a ganhar forma, após uma análise histórica do lugar, com a certeza de que é através das memórias e elementos do passado que se constrói a visão de futuro. Uma visão que aposta na consolidação das atuais heterogeneidades, com a afirmação de uma nova centralidade que beneficie das condições exclusivas deste lugar.

O lugar não é simplesmente um fenómeno estático, preso e pouco possível de sofrer metamorfoses (Paiva, 2009). A envolvimento deste com a restante vila, foi sem dúvida, uma experiência bastante gratificante tanto a nível académico, como pessoal. A vontade de compreender cada detalhe foi crescendo significativamente ao longo do trabalho, revelando-se num exercício complexo, mas imprescindível.

A arquitetura, sendo uma criação introduzida num lugar, pode apresentar novas formas de apropriação do espaço e criar novos ambientes, interpretando os elementos próprios do lugar, sem que isso retire a sua identidade.

É perante esta premissa que surge o interesse em reforçar o turismo cultural através da arquitetura. Este é procurado, maioritariamente, por turistas provenientes de áreas urbanas, que pretendem um envolvimento próximo com o meio rural e com as tradições populares. Pelo que, a história e a cultura da região visitada ocupam um lugar de destaque, em que a viagem deixa de ser apenas uma observação passiva para se transformar numa aprendizagem. De uma maneira geral, o turista é visto como um público superficial, que está de passagem e que dispõe de pouco tempo para permanência e aprendizagem. O turismo remete-nos para a uma desvalorização dos produtos, associando-os a uma descaracterização da identidade dos espaços. A proposta atuou de forma direta para que seja alterado esse paradigma, reforçando a ideia de que cada vez mais o turista deseja um envolvimento com a sociedade e a cultura que visita.

A autenticidade do lugar é o reflexo do sentimento de pertença dos residentes que, de forma consciente ou não, carregam no seu jeito de ser, de estar e de viver, a identidade cultural do lugar. Uma sociedade que não tem conhecimento da sua história e cultura, *é como uma árvore sem raízes*.

Deste modo, a estratégia veio regenerar um território vivido maioritariamente no Verão. Resultou num conjunto de estruturas e equipamentos polivalentes, de características únicas na região promovendo a educação ambiental, o desporto, as gentes e a cultura. Possibilitando um conhecimento genérico do território, valorizando e preservando os seus aspetos mais enriquecedores, funcionará como canal de distribuição turística direto, para diversas rotas e itinerários. O turismo cultural possui uma grande capacidade de proporcionar diferentes tipos de experiências, que por sua vez dão resposta a diferentes expectativas e motivações de visita ao local.

O património cultural assumiu-se como o recurso de maior relevância para o desenvolvimento da vila. De acordo com a Estratégia de Turismo 2020, o fator principal de qualquer plano de combate à sazonalidade é oferecer novos produtos que gerem procura na época baixa. Se Vila Nova de Milfontes apresenta uma atratividade elevada quando o clima é favorável, ainda existem lacunas a esse nível, quando o clima é menos favorável.

A valorização do território, enquanto destino turístico de qualidade, teve o património cultural como fator fundamental. As vilas alentejanas vivem repletas de memórias e tradições, estes elementos devem ser a base para um desenvolvimento integrado a nível turístico, com atividades criativas e inovadoras.

BIBLIOGRAFIA

PAISAGEM E AMBIENTE

BRUNDTLAND (1987) *O nosso futuro comum*, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nova Iorque, Universidade de Oxford.

CABRAL, Francisco (1993) *Fundamentos da arquitectura paisagista*, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

Comissão das Comunidades Europeias (1990) *Livro Verde*, Sobre o ambiente urbano, Luxemburgo, Direcção-Geral Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil.

FADIGAS, Leonel (2011) *Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem*, Edições Sílabo, Lisboa.

HOWARD, Ebenezer (1992) *Garden Cities of To-morrow*, Swar Sonnenschein & Co. Ltd, Londres.

JODIDIO, Philip (2007) *Ando: Complete works*, Taschen, Alemanha.

LAMAS, José in *Ar - Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa*, nº4 (2005), Arquitectura, paisagem e água Universidade de Lisboa, Lisboa.

MAGALHÃES, Manuela (2007) *Paisagem - Perspectiva Da Arquitectura Paisagista*, Philosophica, 29, Lisboa, pp. 103-113.

MARSH, George (1847) *Man and Nature*, John F. Trow & Co, Nova Iorque.

NABAI, Ana (2016) *A Paisagem Natural como Elemento Reestruturador Urbano*, Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa.

NORBERG-SCHULZ, Christian (1980) *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York.

PEREIRA, Paulo (2012) *Raul Lino – Arquitectura e Paisagem (1900-1948)*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

SARAIVA, Maria in *Ar - Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa*, nº4 (2005), Arquitectura, paisagem e água Universidade de Lisboa, Lisboa.

THERMES, Laura in *Ar - Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa*, nº4 (2005), Arquitectura, paisagem e água Universidade de Lisboa, Lisboa.

ESPAÇO PÚBLICO

ALVES, Fernando (2003) *Avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

BRANDÃO, Pedro (2002) *O Chão da Cidade – Guia de avaliação do Design de Espaço Público*, Ed. CPD, Lisboa.

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni (2003) *Design de espaço público: deslocação e proximidade*, Centro Português de Design, Lisboa.

CULLEN, Gordon (2006) *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa.

CUSTÓDIO, Ana (2013) *O Espaço e Equipamentos Públicos na Estruturação dos Espaços Turísticos*, Tese de mestrado, Faculdade de Arquitetura, Lisboa.

FERREIRA, Carlos (2016) *A Cidade Multidimensional – Lisboa Metrópolis XXI*, Caleidoscópio, Lisboa.

GEHL, Jan (1996) *Life Between Buildings: Using Public Space*, Danish Architectural Press, Copenhagen.

GEHL, Jan (2007) *Public spaces for a changing public life* in THOMPSON, C. W. e TRAVLOU, P. (2007), *Open space: People space*. London and New York: Taylor & Francis.

GEHL, Jan; GEMZOE, L. (2010) *Cities For People*, Island Press, Washington.

JACOBS, J. (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, Pimlico, Londres.

SALGADO, Manuel in REIS, Patrícia (2000), *Manuel Salgado, Espaços Públicos, Critério – Produção Gráfica*, Lda.

TURISMO BALNEAR

ALMEIDA, António (2015) *Comportamento Sazonal do Mercado Turístico – O Caso Do Minho*, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro.

BAUM, Tom; HAGEN, Laura (1999) *Responses to seasonality: The experiences of peripheral destinations*, *Journal of Tourism Research*, 299-312.

BRITO, Sérgio (2010) *Turismo, Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*, Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação, Principia Editora, Lda.

BUTLER, Richard (1994) *Seasonality in tourism: Issues and problems* in Seaton, A.V. (Ed.), *Tourism: The State of Art* (332-339), Chichester: John Wiley & Sons.

BUTLER, Richard; MAO, Baodi (1996) *Seasonality in tourism: Problems and measurement*. In *Quality Management in Urban Tourism*, Peter Murphy, Chichester: John Wiley & Sons, UK: Wiley.

CE, Comissão Europeia (2001) *A União Europeia e as zonas costeiras, inverter as tendências nas zonas costeiras europeias*, Direção-Geral do Ambiente, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Confederação do Turismo Português (2005) *Reinventando o Turismo em Portugal: Estratégia de desenvolvimento turístico português no 1º quartel do século XXI*, CTP, Lisboa.

COSTA, Carlos (1991) *Planning for Tourism in Portugal – A Comparison Between the Tourist Organization in Portugal and England*, Tese de Mestrado não publicada, Universidade de Surrey.

CUNHA, Licínio (2003) *Perspetivas e Tendências do Turismo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

DIAS, Alvarinho (2005) *Evolução da zona costeira portuguesa: Forçamentos antrópicos e naturais, Encontros Científicos*, Revista da área de seminários da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve, Faro.

DIAS, João, FERREIRA, Óscar (1997) *Gestão Costeira e Conhecimento Científico: Uma Perspetiva Integrada* in *Coletânea de Ideias sobre a Zona Costeira Portuguesa*, Associação Eurocoast, Portugal, Lisboa: 229-237.

FERREIRA, Carlos (2014) *As Utopias urbanísticas do Lazer e o turismo sustentável*, ALP, Lisboa.

FERREIRA, Luís (2009) *Sustentabilidade, Competitividade e Planeamento em Turismo* in F. Dias, J. Soifer e L. Ferreira (eds.) *O Futuro do Turismo*, Porto, Estratégias Criativas.

FONSECA, Luís (2007) *A Saga do Litoral Português (ou só mais um capítulo do infortúnio lusitano)* in *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Lisboa.

FREITAS, Tiago (2011) *Mutações e Transformações da cidade Balnear em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa.

HARTMANN, Ritchie (1986) *Tourism, seasonality and social change*. Leisure Studies.

HORA, Alberto; CAVALCANTI, Keila (2003) *Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar*, in *Turismo Contemporâneo*, Brasil.

JEAN-PIERRE, Paulet (2007) *Les villes et la mer*, Éditions Ellipses Marketing, Paris.

REIS, Elisabeth; MOREIRA, Raúl (1993) *Pesquisa de Mercados*, Edições Sílabo, Lisboa.

SILVA, Antónia (2015) *A gestão territorial em zonas costeiras, o exemplo de São Martinho do Porto*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

SILVA, Carlos (2002) Beach Carrying Capacity Assessment. How important is it? in *Journal of Coastal Research Special Issue 36*, Proceedings of ICS.

SILVA, Jorge Santos (2004) *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento - Uma Análise Urbano, Regional Baseada em Cluster*, Universidade de São Paulo.

UMBELINO, Jorge; SOUSA, João (1998) Os portugueses e o mar: roteiro de imagens e usos, Espaço Fronteiras, Transições in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

VIEIRA, João (2007) *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma perspectiva estratégica*, Lisboa, Editorial Verbo.

RELACIONADOS COM A ÁREA DE INTERVENÇÃO

COELHO, Alana (2010) *Análise do planeamento e da gestão turística: caso de estudo do concelho de Odemira*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

D'ABREU, Margarida; MONTEIRO, Maria; NUNES, Zulmira; VIEIRA, Manuel (1989) *Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Bases de ordenamento e gestão*, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Lisboa.

GONÇALVES, Maria (2012) *A Cultura Material, A Musealização e o Turismo*, Tese para obtenção do Grau de Doutor em Turismo, Universidade de Évora, Évora

GUERREIRO, José Alberto (2009); Turismo em Odemira- Que modelo de desenvolvimento turístico? in *Revista FACECO – Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira*, S. Teotónio 16 a 19 Julho; Edição Município Odemira; 30-31

LOBO, Susana (2012) *Arquitectura e Turismo: Planos e projectos, as cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à democracia*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

LOPES, Renata (2010) *Transformação do uso do solo urbano em áreas litorais do continente*, Dissertação de Mestrado em Planeamento do Território, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, Aveiro.

MONTEIRO, Ana (2010) *Turismo e território, Litoral Alentejano- Turismo como meio de desenvolvimento de pequenos aglomerados urbanos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

MORAIS, João (1995) *Metodologia do Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*, Lisboa, Editorial Estampa.

PINHO, Luísa; ALBUQUERQUE, Helena; MARTINS, Filomena (2008) *Vozes de mar não chegam a terra – Segunda Residência em áreas de risco costeiro*, Estudos Regionais, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, Angra do Heroísmo, pp. 77-95.

PINTO, Luísa (2012) *Conhecimento comum e percepção do risco na gestão territorial costeira*, Tese de Doutoramento, Departamento do Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

QUARESMA, António (1988) *Apointamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes*, 2ª Edição, Câmara Municipal de Odemira.

QUARESMA, António (1989) *Odemira, Subsídios para uma monografia I*, Câmara Municipal de Odemira.

QUARESMA, António (2003) *O turismo no litoral alentejano, do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes*, milfontes.net.

QUARESMA, António (2003) *Vila Nova de Milfontes - História*, 1ª Edição, Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes.

URBANISMO E TERRITÓRIO

ARCHE, François (1995) *Metapolis - Acerca do futuro da cidade*, Lisboa, Celta Editora.

DGOTDU (1998) *Carta Europeia do Ordenamento do Território*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

GASPAR, Jorge (1987) *Portugal: os próximos 20 anos, ocupação e organização do espaço – retrospectivas e tendências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GOITIA, Chueca (1996) *Breve história do urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença.

KOOLHAAS, Rem (2010) *Três textos sobre a cidade*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

LAMAS, José (1993) *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LYNCH, Kevin (1999) *A boa forma da cidade*, Lisboa, Edições 70.

MEIRELES, Luís (2015) *Direito ao Urbanismo*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades* Faculdade de Ciências e Tecnologias, Lisboa.

LEGISLAÇÃO

D.R. n.º 31/2005, de 14 de fevereiro Série I-A (Convenção Europeia da Paisagem)

Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de outubro. D.R. n.º208, Série I

Decreto n.º 8714, de 14 de março de 1923

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. D.R. n.º183, Série I (RAN)

Decreto-Lei n.º 321/1983, de 5 de julho. D.R. n.º152, Série I (REN)

Decreto-Lei n.º 201/93, de 27 de agosto. D.R. N.º4538 Série I -B (PROTALI)

Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de junho. N.º155

Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de setembro. D.R. n.º184, Série I

Decreto-Lei n.º 191/2009, 17 de agosto (bases das Políticas Públicas de Turismo)

Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho. D.R. n.º174, Série I

Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto. D.R. n.º158, Série I

Resolução do Conselho de Ministros n.º82/2009, 8 de setembro. D.R. n.º174, Série I

Resolução do Conselho de Ministros n.º90/2008, 3 de junho. D.R. n.º106, Série I

Resolução de Conselho de Ministros n.º 173/2001, de 28 de dezembro

Resolução de Conselho de Ministros n.º53/2010, de 2 de agosto. D.R. n.º148, Série I (PROTA)

Resolução de Conselho de Ministros n.º152/1998, de 30 de dezembro. D.R. n.º300, Série I – B (POOC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º179/2005, 17 de novembro. D.R. n.º221, Série I – B (PU)

SITES WEB

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA, disponível em: www.cm-odemira.pt/

JUNTA DE FREGUESIA VILA NOVA DE MILFONTES, disponível em: www.jf-vnmilfontes.pt/pt/

PORTAL DO TURISMO, disponível em: www.turismo.cm-odemira.pt

ROTA VICENTINA, disponível em: www.rotavicentina.com/

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS, disponível em: www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnsacv

TURISMO DE PORTUGAL, disponível em: www.turismodeportugal.pt/

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO, disponível em: www.adl.litoralalentejano.pt/

POLIS LITORAL SUDOESTE, disponível em: www.polislitoralsudoeste.pt/

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO, disponível em: www.dgterritorio.pt/

TURISMO DO ALENTEJO, disponível em: www.visitalentejo.pt/pt/

GRUPO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO DE ODEMIRA, disponível em: www.gesto-odemira.pt/

CONFEDERAÇÃO TURISMO PORTUGUÊS, disponível em: www.confederacaoturismoportugues.pt/

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, disponível em: www.ine.pt/

WORLD TOURISM ORGANIZATION, disponível em: www2.unwto.org/en

PROJECT FOR PUBLIC SPACES, disponível em: www.pps.org/reference/grplacefeat/

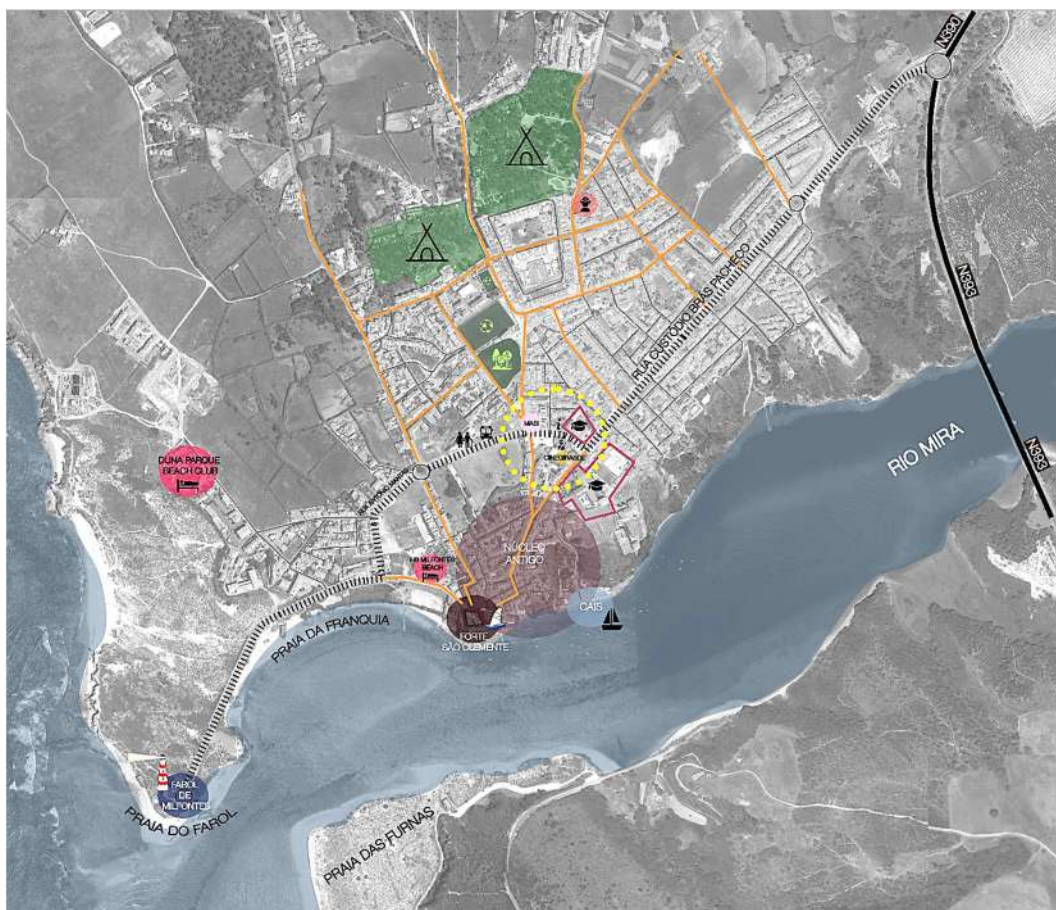
ESTRATÉGIA TURISMO 2020, disponível em:
www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Pages/Turismo2020.aspx

ESTRATÉGIA TURISMO 2027, disponível em: www.estrategia.turismodeportugal.pt/

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO, disponível em:
www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf

ENTIDADE REGIONAL DO TURISMO, disponível em:
www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/apresentacoes/Documents/Turismo-2020-Alentejo.pdf

1- Esquema síntese de Vila Nova de Milfontes



2- Catálogo de detalhes recolhidos de Vila Nova de Milfontes

Vãos



Portas



Chaminés



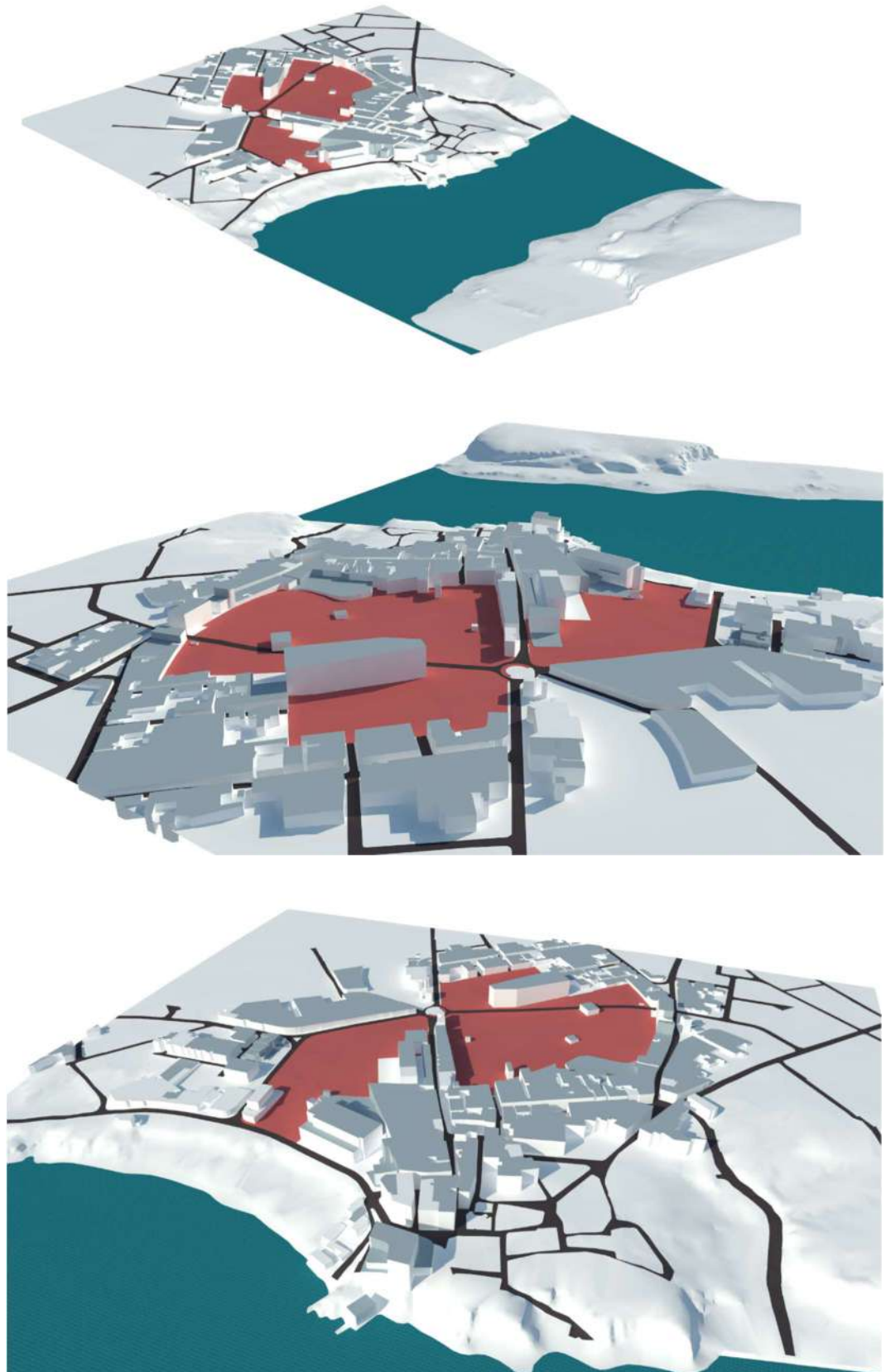
Números de porta



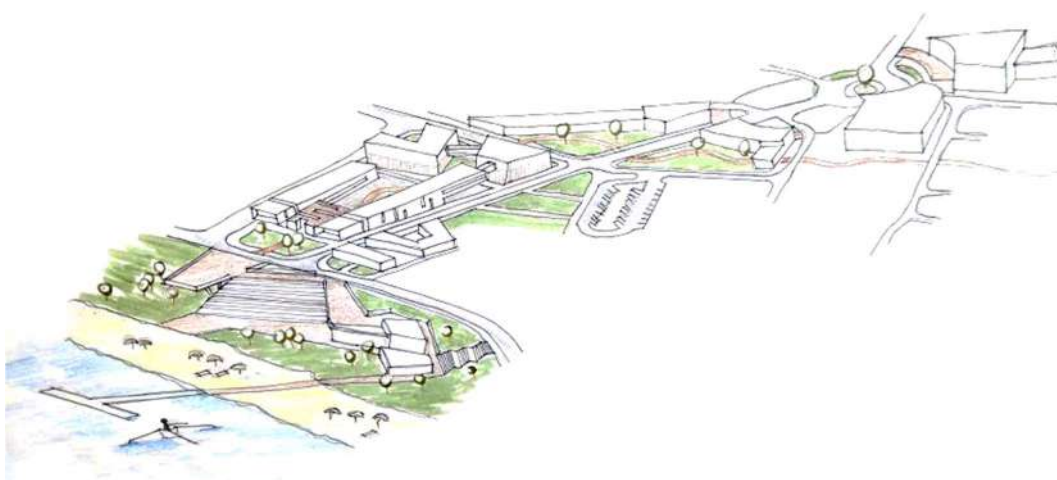
[illegible][illegible]

[illegible]

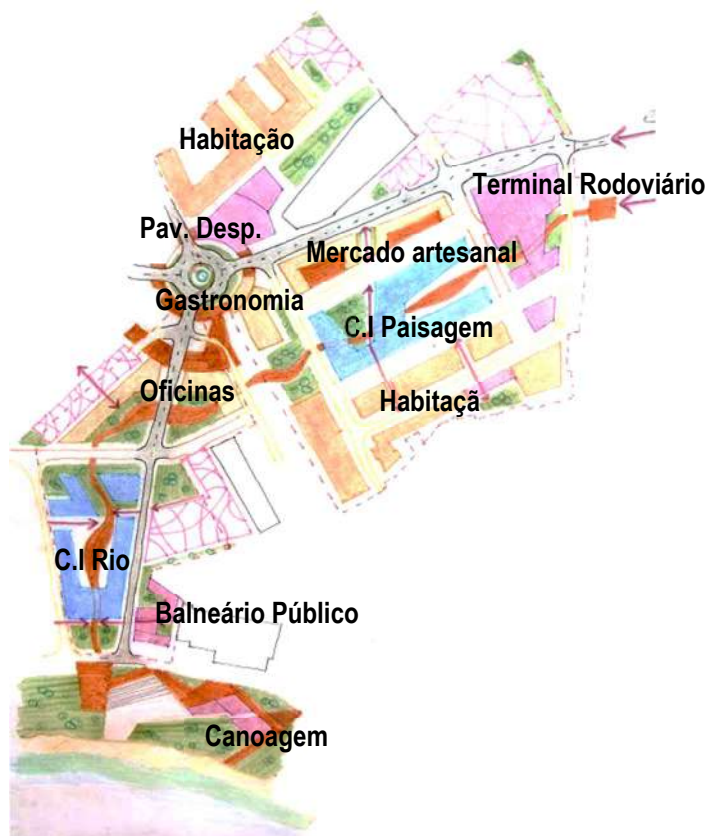
3- Modelo tridimensional do terreno existente



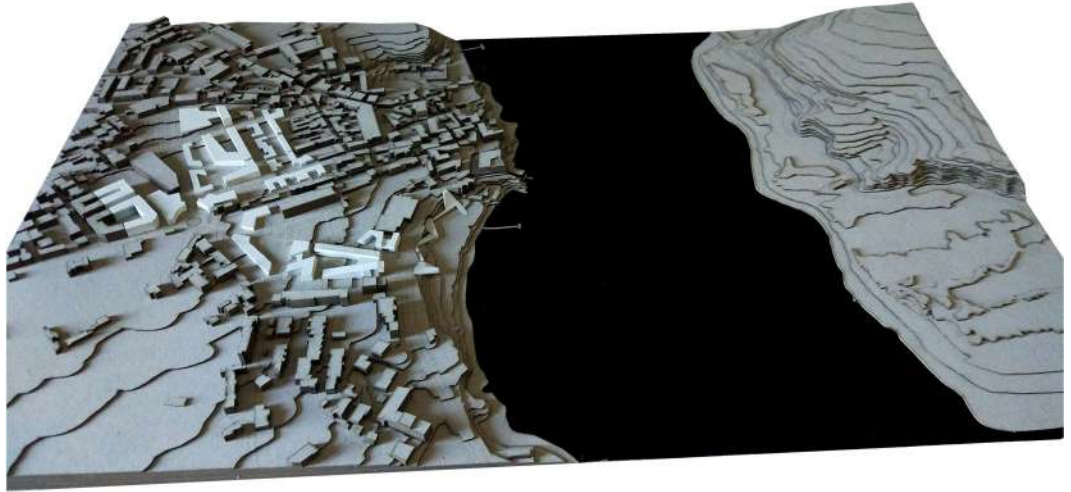
4- Modelo tridimensional do edificado proposto



5- Estratégia urbana



6- Maquete | Escala 1:1000



7- Características da área de estudo | Mapa de áreas | Estimativa de custos e receitas

Caracterização da área de estudo

<u>registo</u>			<u>unidade</u>	-	<u>valor</u>
População Residente			habitantes	-	203
Domínio da propriedade e afetação do solo	Superfície total da área de estudo		m ²	-	69 660
	Área de Domínio Público		m ²	-	7 083
	Permeabilidade do solo	Área Verde (área permeável)	m ²	-	300
		Área Impermeabilizada	m ²	-	6 783
	Área de Domínio Privado		m ²	-	62 577
	Permeabilidade do solo	Área Verde (área permeável)	m ²	-	25 139
		Área Impermeabilizada	m ²	-	4 215
	Estrutura Edificada	Áreas Totais	Área Total de Implantação	m ²	4 215
			Área Total de Construção	m ²	8 346
		Usos	Área Total de Construção de Equipamentos de natureza pública	m ²	3 809
			Área Total de Construção de outros usos	m ²	454
			Área Total de Construção de Habitação (Ac hab)	m ²	4 058
			Número de fogos	fogos	50

Índices e parâmetros fundamentais		unidade	valor	observações
Índices	Índice de ocupação do solo (ou de implantação)	%	6%	$Io = (\sum Ai / As) \times 100$ $Ai = 4215,19 \text{ m}^2$; $As = 69659,98 \text{ m}^2$
	Índice de utilização do solo (ou de construção)	[adimensional]	0,12	$Iu = (\sum Ac / As) \times 100$ $Ac = 8345,82 \text{ m}^2$; $As = 69659,98 \text{ m}^2$
	Índice de impermeabilização	%	43%	$Iimp = (\sum Aimp / As) \times 100$ $\sum \text{Área Impermeabilizada} = 4215,19 \text{ m}^2$; $As = 69659,98 \text{ m}^2$
Densidades	Densidade Habitacional	Fogos / ha	7,2	$Dhab = F / As$ $F = 50$; $As = 7 \text{ ha}$
	Densidade Populacional	Habitantes / ha	29,1	$D = P / As$ Média hab./fogo = 2,5 $P = 203$; $As = 7 \text{ ha}$
Dimensões	Número médio de pisos	Pisos	2,0	$Pm = \sum Ac / \sum Ai$ $Ac = 8345,82 \text{ m}^2$; $Ai = 4215,19 \text{ m}^2$
	Dimensão média do fogo	[adimensional]	167	$\sum Ac / \text{n}^\circ \text{ de fogos}$ $Ac = 8345,82 \text{ m}^2$; $\text{n}^\circ \text{ de fogos} = 50$
Rácios	Área verde Total por habitante	m2 / habitante	267	$\sum \text{Área Verde} / \text{Total hab}$ $\sum \text{Área Verde} = 39539,63 \text{ m}^2$; habitantes = 203
	Área total de solo afecta a equipamentos de utilização colectiva por habitante	m2 / habitante	0	Área afecta a equipamentos de utilização colectiva / Total hab
	Relação entre domínio público e domínio privado	[adimensional]	0,11	domínio público / domínio privado Domínio público 7082,98; Domínio privado 62577 m2
Valorização	Coeficiente de Localização (para efeitos de calculo do valor patrimonial tributário)	Habitação	1,7	Portaria nº 420-A/2015 de 31 de dezembro
		Comércio	1,3	
		Serviços	1,5	

QUADRO DE ÁREAS DA ESTRUTURA CADASTRAL EXISTENTE

ID	DESCRIÇÃO	Área de Solo (m²)	Área de Implantação do edificado (m²)	Pisos (média)	Habitantes (nº médio família 2,5)	Área de Construção (m²)	Área Impermeável (m²)	Área Permeável (m²)	Uso	Estado de Conservação	Tipo de Intervenção
E1	CMO	7 065,47	43,12	—	—	43,12	43,12	7 022,35	Canoagem	Mau	Requalificação
E2	Privado	695,69	386,82	2	2	773,64	386,82	308,87	Habitação	Razoável	Demolir
E3	Privado	1 926,35	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E4	Privado	10 990,91	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E5	Privado	2 087,58	853,99	3	100	2 561,97	853,99	1 233,59	Habitação	Bom	Manter
E6	Privado	450,91	102,33	1	2	102,33	102,33	348,58	Habitação	Mau	Demolir
E7	Privado	404,01	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E8	Privado	59,56	46,42	2	3	92,84	46,42	13,14	Hab+Com	Bom	Manter
E9	Privado	119,86	84,89	2	4	169,78	84,89	34,97	Habitação	Bom	Manter
E10	Privado	67,40	30,60	1	3	30,60	30,60	36,80	Habitação	Bom	Manter
E11	Privado	100,25	100,25	1	3	100,25	100,25	0,00	Habitação	Bom	Manter
E12	Privado	132,25	24,40	1	0	24,40	24,40	107,85	Anexo	Razoável	Demolir
E13	Privado	95,19	71,26	1	2	71,26	71,26	23,93	Habitação	Bom	Manter
E14	Privado	147,38	117,61	1	2	117,61	117,61	29,77	Habitação	Bom	Manter
E15	CMO	7 073,94	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E16	Privado	2 309,64	378,26	1	—	378,26	378,26	1 931,38	Comércio	Bom	Demolir
E17	Privado	13 588,81	25,11	—	—	25,11	25,11	13 563,70	—	Mau	Requalificação
E18	Privado	2 370,69	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E19	Privado	141,11	45,61	1	2	45,61	45,61	95,50	Anexo	—	Requalificação
E20	Privado	7 588,88	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
E21	Associação de Refor. e Idosos	2 293,20	1 904,52	2	80	3 809,04	1 904,52	388,68	Centro de dia	Bom	Manter
E22	Privado	2 867,92	—	—	—	—	—	—	—	—	Requalificação
22 Lotes	TOTAIS	62 577,00	4 215,19	203	203	8 345,82	4 215,19	25 139,11			

A DEMOLIR



LOTE E1



LOTE E2



LOTE E6



LOTE E12



LOTE E15



LOTE E16



LOTE E19

PLANO DE PORMENOR

MAPA DE ÁREAS GLOBAIS

MAPA DE ÁREAS GLOBAL

	ÁREA (m2)
Área de Intervenção (Ai)	69 660
DESIGNAÇÃO DOS PARÂMETROS	VALOR
Índice de utilização (Iu)	0,46
Índice de ocupação (Io)	21%
Densidade Habitacional (Dh) [em f/ha]	16
Superfície Vegetal Ponderada (Spv)	37%

DESIGNAÇÃO DOS USOS DA ESTRUTURA EDIFICADA	% de afectação / ABC	ABC: Área Bruta de Construção (m ²)
Área de Construção para Habitação (Ac hab)	43%	31 888
Área de Construção para Serviços (Ac ser)	22%	16 555
Área de Construção para Comércio (Ac com)	4%	2 780
Área de Construção para Estacionamento (Ac Est)	2%	1 296
Área de Construção para Outros Usos (Ac usos)	10%	7 470
Sub-total	81%	59 989
Área de Construção para Equipamentos (AcEq)	19%	14 488
Totais (inclui área de construção para equipamentos)	100%	74 477

ÁREAS DE CEDÊNCIA	% de terreno / AI	Área de terreno de cedência (m2)
Terreno para localizar Equipamentos públicos de utilização colectiva (As eq)	29%	20 452
Terreno para áreas verdes públicas de utilização colectiva (As av)	8%	5 668
Totais	37%	26 120

MAPA DE ÁREAS DETALHADO

36 Lotes

Lote			Estrutura Edificada												
ID	Regime de Propriedade (*1)	Área Total (*2)	Área Permeável	Área de Implantação	Área total de Construção		Número de Pisos		Usos	N.º de Fogos	Tipologias				Estacionamento
					acima solo	abaixo solo	acima solo	abaixo solo			T1	T2	T3	T4	
		m²	m²	m²	m²	m²	pisos	pisos							lugares
P1	Priv. Partic.	7 065	562	411	411	0	1		Médico/Bar/Apoio Car	0					0
P2	Priv. Partic.	2 980	3 255	2 052	6 156	0	2	1	C.I. Rio Mira	0					0
P3	Priv. Partic.	1 010	563	455	455	0	1		Balneário Público/Bai	0					0
P4	Priv. Partic.	3 023	2 268	1 217	1 217	0	1		Oficinas/Ateliers	0					0
P5	Priv. Partic.	593	593	593	1 779	100	2	1	Gastronomia	0					10
P6	Priv. Partic.	1 084	1 084	1 084	3 251	100	2	1	Pavilhão Desportivo	0					10
P7	Priv. Partic.	1 600	1 056	1 056	4 223	544	3	1	Habitação	48	21	14	13		48
P8	Priv. Partic.	964	819	819	3 278	144	3	1	Habitação	36		12	12	12	72
P9	Priv. Partic.	837	776	505	505	0	1		Mercado Artesanal	0					0
P10	Priv. Partic.	649	591	395	395	0	1		Mercado Artesanal	0					0
P11	Priv. Partic.	2 184	1 887	294	294	0	1		Terminal Rodoviário	0					0
P12	Priv. Partic.	3 931	3 419	2 363	4 725	0	2		C.I. Paisagem	0					0
P13	Priv. Partic.	263	189	189	378	24	2		Habitação	1				1	2
P14	Priv. Partic.	263	189	189	378	24	2		Habitação	1				1	2
P15	Priv. Partic.	236	175	175	350	24	2		Habitação	1				1	2
P16	Priv. Partic.	236	175	175	350	24	2		Habitação	1				1	2
P17	Priv. Partic.	236	175	175	350	24	2		Habitação	1				1	2
P18	Priv. Partic.	145	113	113	226	12	2		Habitação	1			1		1
P19	Priv. Partic.	145	109	109	218	12	2		Habitação	1			1		1
P20	Priv. Partic.	142	112	112	224	12	2		Habitação	1			1		1
P21	Priv. Partic.	145	109	109	217	12	2		Habitação	1			1		1
P22	Priv. Partic.	145	109	109	218	12	2		Habitação	1			1		1
P23	Priv. Partic.	145	113	113	227	12	2		Habitação	1			1		1
P24	Priv. Partic.	175	128	128	256	36	2		Habitação	1				1	3
P25	Priv. Partic.	175	128	128	256	36	2		Habitação	1				1	3
P26	Priv. Partic.	207	145	145	145	0	1		TÁXIS	0					0
P27	Priv. Partic.	349	264	264	264	36	1		Habitação	3	1	1	1		3
P28	Priv. Partic.	242	174	174	174	24	1		Habitação	2	1		1		2
P29	Priv. Partic.	201	201	201	402	0	2		Habitação+Comércio	4		4			0
P30	Priv. Partic.	79	79	79	79	12	1		Habitação	1			1		1
P31	Priv. Partic.	79	79	79	79	12	1		Habitação	1			1		1
P32	Priv. Partic.	79	79	79	79	12	1		Habitação	1			1		1
P33	Priv. Partic.	79	79	79	79	12	1		Habitação	1			1		1
P34	Priv. Partic.	79	79	79	79	12	1		Habitação	1			1		1
P35	Priv. Partic.	84	84	84	84	12	1		Habitação	1			1		1
P36	Priv. Partic.	88	88	88	88	12	1		Habitação	1			1		1
Totais Dominio Privado		29 935	20 046	14 418	31 888	1 296	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	113	23	31	40	19	174
Dominio Público / Arruamentos		69 660	5 668	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	309
Totais		99 595	25 714	14 418	31 888	1 296	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	113	23	31	40	19	483

ESTIMATIVA DE CUSTOS E RECEITAS (PLANO DE FINANCIAMENTO)

CUSTOS DA OPERAÇÃO

Centro Custo	Item	Unidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor global	% valor global	Observações
Terreno	Valor do terreno (activo)	m ² (ABC)	269,0 €	69 660	18 737 880,9 €	28,7%	Valor do terreno depende em grande medida da respectiva capacidade construtiva. Ou seja corresponde a um valor por cada m2 de ABC susceptível de comercialização.
	Sub-total				18 737 880,9 €	28,7%	
Estudos e projectos	Estudos topográficos e geotécnicos	vg	50 000,0 €	1	50 000,0 €	0,1%	Considera-se, a título exemplificativo, um valor fixo.
	Projectos de urbanização e de edificação (inclui custos de comercialização)	% custo global urbanização+edif.	5,0%	40 722 514	2 036 125,7 €	3,1%	O calculo dos custos de projecto obedece ao quadro de livre concorrência da União Europeia
	Sub-total				2 086 125,7 €	3,2%	
Indemini-zações	Custos de demolição	m ² (ABC)	55,0 €	190	10 463,2 €	0,0%	Considerando valores meramente indicativos (uma vez que valores diferem muito de caso para caso)
	Indemnização por expropriação de terreno	m ² (solo)	300,0 €	0	0,0 €		Considerar só nos casos em que proprietário não seja incluído na operação de perequação
	Indemnização por demolição de estrutura edificada	m ² (ABC)	80,0 €	867	69 392,8 €	0,1%	
	Sub-total				79 856,0 €	0,1%	
Urbanização	Movimento de Terras	m ³	20,0 €	15 600	312 000,0 €	0,5%	Somente das áreas integrantes do domínio público
	Aruamentos: faixas de rodagem e estacionamento	m ² (solo)	120,0 €	10 932	1 311 782,4 €	2,0%	Inclui vias com todas as infra-estruturas de abastecimento e de saneamento
	Aruamentos: passeios/áreas predominantemente pedonais	m ² (solo)	60,0 €	14 974	898 418,4 €	1,4%	Inclui mobiliário urbano
	Áreas Verdes Públicas	m ² (solo)	50,0 €	5 668	283 389,0 €	0,4%	Inclui arborização, rede de rega, iluminação pública e mobiliário urbano
	Taxas e licenças de Urbanização	m ² (ABC)	10,0 €	69 660	696 599,8 €	1,1%	Taxa aplicável tendo em conta a capacidade de edificação da operação
	Sub-total				3 502 189,6 €	5,4%	
Edificação	Construção / uso residencial	m ² (ABC)	750,0 €	31 888	23 916 352,5 €	36,6%	Considerando um ranking imobiliário médio
	Construção / outros usos que não residencial (não inclui equipam. públicos)	m ² (ABC)	600,0 €	19 335	11 600 970,0 €	17,8%	Considerando construção em "tosco"
	Estacionamento em cave (não inclui estacionamento afecto a equipam. públicos)	m ² (ABC)	300,0 €	1 296	388 824,0 €	0,6%	Considerando construção em "tosco"
	Movimento de Terras	m ³	20,0 €	10 529	210 586,0 €	0,3%	Somente as afectas à estrutura edificada
	Áreas Verdes Privadas (não inclui áreas verdes afectas a equipamentos públicos)	m ² (solo)	40,0 €	1 467	58 692,4 €	0,1%	Inclui arborização, rede de rega, iluminação e mobiliário urbano
	Taxas e Licenças de edificação	m ² (ABC)	15,0 €	69 660	1 044 899,7 €	1,6%	Taxa aplicável tendo em conta a capacidade de edificação da operação
	Sub-total				37 220 324,6 €	57,0%	
Total sem custos financeiros					61 626 376,8 €	94,3%	
Centro Custo	Item	Unidade	% de juro anual	Montante do crédito	Custo total dos juros (em €)	% valor global	Observações
Custos financeiros	Custo do dinheiro	€	6,0%	30 813 188	3 697 582,6 €	5,7%	Considerando que será necessário recorrer durante dois anos a um empréstimo no valor de metade dos custos totais
	Sub-total				3 697 582,6 €	5,7%	
TOTAL DOS CUSTOS					65 323 959,4 €	100%	

ESTIMATIVA DE CUSTOS E RECEITAS (PLANO DE FINANCIAMENTO) / CONTINUAÇÃO

RECEITAS DA OPERAÇÃO

Tipo de Receita	Item	Unidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor global	% valor global	Observações
Vendas de produto	Venda de ABC de Habitação	m ² (ABC)	2 100,0 €	31 888	66 965 787,0 €	73,6%	Considerando um ranking imobiliário médio. Inclui as áreas de estacionamento directamente afectas
	Venda de ABC de outros usos que não habitação	m ² (ABC)	1 200,0 €	19 335	23 201 940,0 €	25,5%	Considerando um ranking imobiliário médio. Inclui as áreas de estacionamento directamente afectas
	Venda de ABC de estacionamento	m ² (ABC)	600,0 €	1 296	777 648,0 €	0,9%	Considerando um ranking médio. Inclui áreas de estacionamento independentes de outros usos e comercializadas autonomamente
TOTAL DAS RECEITAS					90 945 375,0 €	100,0%	

RESULTADO DA OPERAÇÃO

25 621 415,6 € 28,2%

RECEITAS PARA C.M. ODEMIRA

Tipo de Receita	Item	Unidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor global	% valor global	Observações
Impostos e Taxas	Taxas e Licenças de Urbanização	m ² (ABC)	10,0 €	69 660	696 599,8 €	6,9%	Já calculado nos custos da operação
	Taxas e Licenças de Edificação	m ² (ABC)	15,0 €	69 660	1 044 899,7 €	10,4%	Já calculado nos custos da operação
	Sub-total				1 741 499,5 €	17,3%	Não são consideradas outras receitas como taxas de conservação, licenças de ocupação da via, publicidade, etc...
Impostos e Taxas	IMI (imposto municipal sobre imóveis)	€	0,33%	72 756 300	2 400 957,9 €	23,9%	Considerando: i) receita para 10 anos; ii) 20% das fracções têm isenção
	IMT (imposto municipal sobre transações)	€	6,50%	90 945 375	5 911 449,4 €	58,8%	Considerando que i) todas as fracções são transaccionadas; ii) as fracções só são transaccionados um vez nos primeiros 10 anos
	Sub-total				8 312 407,3 €	82,7%	
TOTAL DAS RECEITAS PARA CÂMARA MUNICIPAL (para 10 anos)					10 053 906,8 €	100,0%	



PAINEIS DE APRESENTAÇÃO

